

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

167 abr./jun. 2010

ISSN 1413-1536



Entrevista: Constantino Mendes

A busca de novas
bases para o
desenvolvimento
do Nordeste

Ponto de vista: Moacir Gadotti

A crise de 2008
e o papel do Estado

**Reforma e
modernização
do Estado**

**Reflexos e
perspectivas
para 2010**

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

167 abr./jun. 2010

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

7

Economias brasileira e baiana sinalizam recuperação

Elissandra Britto,
Rosângela Conceição

Entrevista

16

Por uma nova agenda de desenvolvimento regional

Constantino
Cronemberger Mendes

Artigos

20

Estado, políticas públicas e *governance*

Mercejane W. Santana

38

Comércio baiano mantém crescimento das vendas

Maria de Lourdes Caires

29

Crise econômica internacional: reflexos na economia baiana, superação e perspectivas para 2010

Carlos Martins Marques de Santana

46

Política cambial e desenvolvimento econômico: o desafio brasileiro

Carlos Eduardo Iwai Drumond,
Cleiton Silva de Jesus

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ANTÔNIO ALBERTO VALENÇA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Jackson Ornelas Mendonça, Jair Sampaio Soares Junior, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Marcus Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Jorge Caffé

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/NORMALIZAÇÃO
Raimundo Pereira Santos

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Márcia Santos

PADRONIZAÇÃO E ESTILO/EDITORIA DE ARTE
Elisabete Cristina Teixeira Barretto
Aline Santana (estagiária)

REVISÃO DE LINGUAGEM
Calixto Sabatini

PRODUÇÃO EXECUTIVA
Maria Eunice dos Santos Silva

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

FOTOS
Agecom, Aiba, Bibi, Ford, Stock XCHNG

IMPRESSÃO
EGBA – Tiragem: 1.000

Seção especial

52

Bahia mantém trajetória de crescimento e expande 9,5% no primeiro trimestre

Denis Veloso da Silva,
João Paulo Caetano
Santos

Ponto de vista

58

Crises e oportunidades: sentimentos e aprendizados de um educador

Moacir Gadotti

Investimentos na Bahia

60

Estado da Bahia deve receber 643 investimentos industriais até 2013

Fabiana Karine Santos de
Andrade

64

Livros

66

Conjuntura econômica baiana

Indicadores conjunturais

77

Indicadores econômicos

83

Indicadores sociais

93

Finanças públicas

Colaboraram com este número os jornalistas Mariana Gusmão e Luiz Carlos de Souza.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2010.

n. 167

Trimestral

Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.

ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



**Governo do
Estado da Bahia**

Secretaria do Planejamento

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

BRASIL E BAHIA NA NOVA CONFIGURAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

**VI ENCONTRO
DE ECONOMIA
BAIANA**
16 e 17 de setembro de 2010

LOCAL Bahia Othon Palace Hotel Av. Oceânica, 2294, Ondina, Salvador - BA
PERÍODO DE INSCRIÇÃO 09/08 a 10/09
INFORMAÇÕES www.mesteco.ufba.br e (71) 3116.1780

Áreas Temáticas:

- Economia Baiana
- Economia Regional
- Financiamento do Desenvolvimento

PATROCÍNIO MASTER

PATROCÍNIO



APOIO



REALIZAÇÃO



Carta do editor

A apreensão quanto ao futuro da economia brasileira não é mais presente. Transcorrido o momento do impacto causado pelo surgimento da crise financeira internacional, o desempenho da atividade econômica não se mostra mais comprometido. O PIB e os principais indicadores da atividade econômica, mais precisamente o comércio varejista, mostram uma recuperação significativa, com taxas de crescimento bem elevadas no primeiro trimestre do ano, como será destacado na seção especial desta revista.

Nesse cenário, a revista *Conjuntura & Planejamento*, na sua edição de nº 167, traz para os seus leitores informações que permeiam não somente essa discussão, mas também sobre a construção de políticas públicas na atual conjuntura. A fim de enriquecer a análise, na seção *Entrevista*, o pesquisador do IPEA Constantino Cronemberger Mendes discorre a respeito de uma possível integração regional de mercados e de uma agenda de desenvolvimento local que negue a tendência histórica de concentrar o dinamismo econômico no litoral nordestino, em detrimento das cidades do interior. Já na seção *Ponto de Vista*, Moacir Gadotti, diretor do Instituto Paulo Freire e professor da Universidade de São Paulo, expõe sua opinião sobre as crises e oportunidades: sentimentos e aprendizados de um educador.

Entre os artigos, tem-se o trabalho de Mercejane W. Santana, *Estado, políticas públicas e governance*. Nele, a autora discorre sobre a reforma e modernização do Estado inseridas em um novo paradigma de gestão, de desenvolvimento e planejamento, que, dentre outras variáveis, busque a articulação dos diversos atores locais para, dessa forma, garantir a sustentabilidade. No artigo de Carlos Martins Marques de Santana, *Crise econômica internacional: reflexos na economia baiana, superação e perspectivas para 2010*, há uma avaliação da economia baiana diante da crise internacional. O autor afirma que o cenário macroeconômico de 2010, sem dúvidas, mostra-se bem mais confortável do que o de 2009 e sugere uma recuperação moderada das receitas públicas. Além disso, a revista traz os trabalhos de Carlos Eduardo Iwai Drumond e Cleiton Silva de Jesus, *Política cambial e desenvolvimento econômico: o desafio brasileiro*, e Maria de Lourdes Caires, *Comércio baiano mantém crescimento das vendas*.

Com o texto de Denis Veloso da Silva e João Paulo Caetano Santos, a seção especial apresenta o cenário conjuntural da economia baiana. *Bahia mantém trajetória de crescimento e expande 9,5% no primeiro trimestre* é um trabalho em que os autores destacam o resultado do PIB baiano e analisam as atividades envolvidas neste resultado, sinalizando, também, o comportamento do PIB brasileiro. Na avaliação dos autores, no que concerne à economia brasileira, a taxa de expansão também foi bastante significativa, alcançando 9,0% no mesmo período. Ademais, apesar de não se ter um indicador do consumo das famílias na Bahia, é possível afirmar que no estado, a exemplo do que ocorre no Brasil, esse dado foi decisivo para o crescimento da atividade econômica no primeiro trimestre.

Assim, mais uma vez, a SEI, cumprindo a sua missão de disseminar a informação a serviço da sociedade, através da revista *Conjuntura & Planejamento*, busca esclarecer a seus leitores o comportamento da atividade econômica estadual, diante deste cenário de recuperação, após momentos de tensões e incertezas vivenciados pelos países desenvolvidos, traçando, em linhas gerais, as perspectivas da conjuntura baiana para os próximos meses.





Economias brasileira e baiana sinalizam recuperação

Elissandra Britto*
Rosângela Conceição**

O desempenho das economias brasileira e baiana no primeiro trimestre de 2010 superou todas as expectativas mais otimistas. Passado o período de turbulência que marcou o cenário internacional nos fins de 2008 e princípio de 2009, o país dá sinais de que superou a recessão. A trajetória da economia nos últimos meses do ano passado e início do ano corrente, consubstanciada pelos resultados dos indicadores econômicos, valida a perspectiva de que o crescimento econômico seja consistente em 2010.

* Mestra em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

** Mestranda em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs); especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb); licenciada em matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB); graduada em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

Resultado do bom momento da conjuntura internacional e das expectativas das empresas e famílias, a indústria brasileira está entre as que apresentaram os melhores desempenhos no mundo

A elevação do Produto Interno Bruto (PIB) com 9,0% em relação ao primeiro trimestre de 2009 corrobora um cenário de recuperação da economia brasileira. Os três grandes setores de atividade — indústria, serviços e agropecuária — apresentaram elevação de 14,6%, 5,9% e 5,1%, respectivamente. Quando analisado o comportamento por unidade da Federação, observa-se que a Bahia se destacou no período com a significativa expansão no nível de atividades de 9,5%.

Setor mais atingido pela crise financeira, a indústria nacional apresentou, nos primeiros três meses do ano, variação positiva, sendo a maior taxa para o período desde 1991. A melhoria da produção, favorecida pelo aquecimento da demanda interna, acelerou o ritmo de crescimento dos investimentos industriais. De acordo com dados oficiais do IBGE, no primeiro trimestre de 2010, em relação a igual período de 2009, a indústria cresceu 18,1%. Na ótica das categorias de uso, o destaque foi para a produção de bens de capital, com elevação de 25,6%, reflexo da ampliação dos investimentos no setor (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2010).

O comportamento da indústria geral e de seus componentes é respaldado não somente pelas fontes de crédito, mas também pela recuperação do mercado de capitais e ação das instituições financeiras. Resultado do bom momento da conjuntura internacional e das expectativas das empresas e famílias, a indústria brasileira está entre as que apresentaram os melhores desempenhos no mundo.

Outro aspecto relevante para o comportamento industrial no pós-crise é a retomada da demanda externa, confirmada pelos resultados apresentados para o comércio exterior. De acordo com as informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2010), nos primeiros três meses do ano de 2010, as exportações acumuladas foram de US\$ 39,229 bilhões, e as importações, US\$ 38,334 bilhões, apresentando um saldo de US\$ 895 milhões. O crescimento apresentado pelo setor ao longo do período, mesmo numa conjuntura internacional ainda incerta, principalmente em relação aos países europeus, criou a expectativa de vendas mais intensas para o exterior, uma vez que a análise é feita em comparação a um período em que os países ainda vivenciavam os efeitos da crise (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2010).

Confirmando a recuperação da economia, em março, o comércio varejista nacional acelerou o ritmo de vendas crescendo a uma taxa de 15,7%. No acumulado do ano, a variação foi de 12,8%. Além de uma conjuntura econômica mais favorável, com reflexos no aumento do crédito, melhoria da massa salarial real dos trabalhadores e variação dos preços dos alimentos abaixo da inflação, o setor foi influenciado, ao longo dos primeiros meses de 2010, pela base comparativa deprimida, uma vez que, no mesmo período em 2009, o comércio registrou ritmo de crescimento reduzido.

A intensificação da atividade varejista é ratificada pelos dados da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), ao apresentar crescimento de 2,4% nas consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito (SCPC) e de 0,6% no sistema Usecheque, referente ao mês imediatamente anterior. No primeiro trimestre, os acréscimos foram de 6,6% e 6,4%, respectivamente, em comparação a igual período do ano de 2009 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) variou 0,52% em março, ante 0,78% em fevereiro, acumulando no trimestre uma alta de 2,06%. Apesar da pressão exercida pelo grupo de alimentação e bebidas, contribuindo com 0,35 ponto percentual para o resultado global, houve, no mês de março, uma desaceleração da inflação para esse indicador, por

conta do fim do impacto do reajuste das mensalidades escolares, verificado no mês anterior (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

Entretanto, em abril de 2010, a variação do IPCA foi de 0,57%, superando a taxa de março em 0,05 ponto percentual e a do mesmo mês do ano anterior (0,48%). No acumulado do ano, o percentual registrado foi de 2,65%, superior ao apresentado em igual período do ano anterior (1,72%) (IBGE..., 2010).

A despeito de o cenário econômico sinalizar para uma aceleração do processo inflacionário, os analistas de mercado estão otimistas quanto ao comportamento da economia em 2010. No mercado de trabalho, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2010), observou-se que, em março de 2010, a taxa de desocupação, estimada em 7,6%, apresentou queda de 1,4 ponto percentual comparada a igual mês do ano anterior, tendo o poder de compra do trabalhador registrado melhoria na ordem de 1,5% nessa mesma comparação.

Na iminência de um aquecimento da economia e em contrapartida à aceleração da inflação, o Copom elevou a taxa de juros Selic para 9,5% em 28 abril de 2010, buscando garantir a convergência da inflação à trajetória de metas. Assim, numa conjuntura pautada por um revigoramento do nível de atividade econômica, passa-se a analisar o comportamento da Bahia, estado que, apesar da crise, manteve a sua economia com um modesto crescimento, haja vista o aumento de 1,7% do PIB no ano em relação ao mesmo período de 2008, quando o PIB do Brasil variou em -0,2%.

INDÚSTRIA

A produção física da indústria baiana (transformação e extrativa mineral) no primeiro trimestre de 2010 registrou acréscimo de 13,4%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (2010) do IBGE, comparado com o mesmo período de 2009. Esse desempenho foi influenciado pelo resultado positivo em seis dos oito segmentos da indústria de transformação (que cresceu 13,9%). Os maiores impactos positivos foram observados em *Produtos químicos* (21,0%), em razão do aumento na

A despeito de o cenário econômico sinalizar para uma aceleração do processo inflacionário, os analistas de mercado estão otimistas quanto ao comportamento da economia em 2010

produção de etileno não saturado e polietileno de baixa densidade; *Refino de petróleo e produção de álcool* (13,6%), em razão da maior produção de óleo diesel e nafta para petroquímica; e *Metalurgia básica* (41,9%). Por outro lado, as contribuições negativas vieram dos segmentos de *Veículos* (-1,9%) e *Borracha e plástico* (-3,1%). Quando comparado ao desempenho no primeiro trimestre de 2009 em relação a 2008, verifica-se uma retração de 10,0%. O indicador acumulou, nos últimos 12 meses, em relação a igual período anterior, recuperação de apenas 0,7%.

O choque sofrido pela indústria baiana em 2009, advindo da crise financeira internacional, foi exaustivo. Podemos

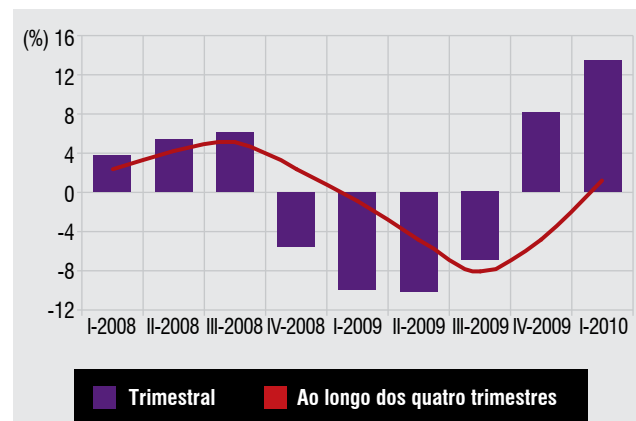


Gráfico 1
Variações trimestrais da produção física industrial (1)
Bahia – 2008/2010

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Em relação ao mesmo período ano anterior

observar, no Gráfico 1, esse comportamento para ambas as análises. Com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (2010), acumulados nos últimos quatro trimestres, pode-se visualizar que o setor declinou a partir do último trimestre de 2008, apenas revertendo trajetória da curva no último trimestre de 2009 e seguindo a mesma trajetória no primeiro trimestre de 2010.

O comportamento ascendente na produção física da indústria refletiu positivamente no nível de emprego industrial, que, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (2010) do IBGE, registrou acréscimo, na indústria geral, de 3,7% no primeiro trimestre de 2010, comparando-se com o mesmo período de 2009. O indicador acumulado nos últimos 12 meses ainda registra decréscimo (-1,0%), comparado com o período anterior.

Conforme ilustra o Gráfico 2, a curva de pessoal ocupado assalariado apresentou comportamento similar ao da produção física da indústria, com redução a partir do quarto trimestre de 2008 e retomada do nível de emprego industrial no último trimestre de 2009, seguindo a mesma trajetória no primeiro trimestre de 2010.

Entre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador nos três primeiros meses destacam-se *Calçados e couro* (18,7%), *Alimentos e bebidas* (4,8%) e *Produtos de metal* (8,7%). Por outro lado, entre os segmentos que apresentaram contribuições

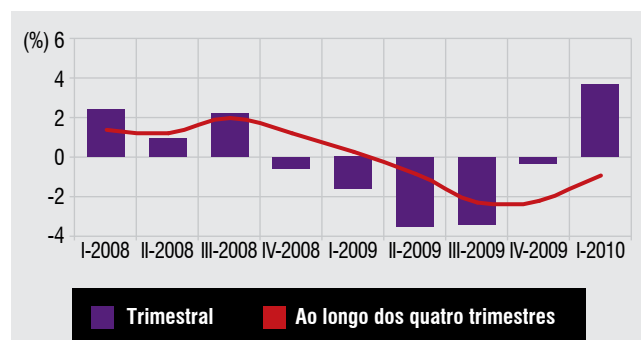


Gráfico 2
Variações trimestrais do pessoal ocupado assalariado na indústria geral (1) – Bahia – 2008/2010

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período ano anterior.

negativas no número de pessoas ocupadas nesse período sobressaem-se *Produtos químicos* (-8,9%) e *Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação* (-13,3%).

COMÉRCIO EXTERIOR

O câmbio desfavorável ao exportador não foi suficiente para conter as exportações da Bahia. No mês de março de 2010, o crescimento das exportações baianas foi acelerado em 54,1%, atingindo US\$ 731,8 milhões, maior valor histórico para este mês.

Quando analisado o destino dos produtos exportados, constata-se que o estado baiano recuperou alguns mercados. A melhora nas cotações de *commodities* como petróleo e cobre possibilitou a intensificação do comércio realizado anteriormente à crise com alguns países.

No mês de março de 2010, verificou-se que as exportações para países da América Latina e da Ásia cresceram em 90,0% e 57,0%, respectivamente. Registrou-se também aumento nas vendas para os Estados Unidos e China, na ordem de 74,0% e 89,0%, respectivamente, sendo decisivo para o estado baiano fortalecer suas relações comerciais.

O volume de produtos importados no mês analisado cresceu 50,3%, alcançando um recorde de US\$ 595,2 milhões. Esse desempenho é atribuído ao aquecimento da demanda interna, principalmente pela necessidade de o setor industrial adquirir matérias-primas para ampliar a produção, e à valorização do real.

No primeiro trimestre de 2010, as exportações baianas cresceram 56,8%, em relação a igual período de 2009, atingindo US\$ 2,1 bilhões. Já as importações foram aceleradas em 87,3%, alcançando US\$ 1,6 bilhão. Esses resultados configuraram um superávit no saldo comercial de US\$ 506 milhões.

Quanto ao destino das exportações do estado nos primeiros três meses do ano, constata-se que os EUA, com um crescimento de 113,6%, foi o maior demandante dos

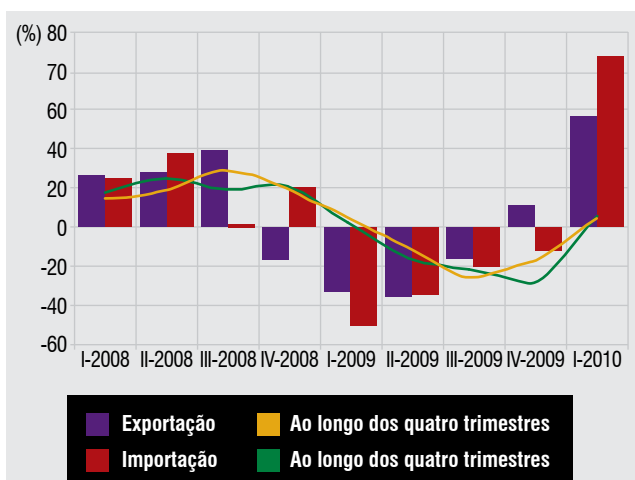


Gráfico 3
Variações trimestrais da balança comercial (1)
Bahia – 2008/2010

Fonte: Secex.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período ano anterior.

produtos baianos, muito embora esse valor seja em parte devido à fraca base de comparação. Entretanto, a Ásia segue como principal bloco, sendo a China, com 24,4% de participação, o maior comprador.

As aquisições do estado no primeiro trimestre não foram alteradas em relação ao final do ano anterior. A Argélia lidera (20,3%), seguida pelo Chile (17,0%), Argentina (13,0%), EUA (11,1%) e China (7,1%).

COMÉRCIO VAREJISTA

Os resultados divulgados pela pesquisa de comércio revelam que o varejo cresce na Bahia em ritmo acelerado. A taxa de 19,0% apurada pela PMC no mês março de 2010, comparada a igual mês de 2009, revela que o estado teve uma grande participação na composição da taxa do comércio varejista do país, juntamente com São Paulo (16,2%), Rio de Janeiro (12,3%), Minas Gerais (14,0%), Paraná (16,7%) e Rio Grande do Sul (13,3%).

O crescimento do setor resultou, para os acumulados do primeiro trimestre e dos últimos 12 meses, em variações de 15,0% e 9,9%, respectivamente. A expansão apresentada nos três primeiros meses do ano de 2010

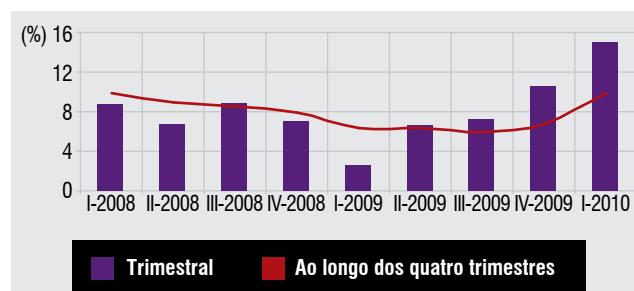


Gráfico 4
Variações trimestrais do volume de vendas do comércio varejista (1) – Bahia – 2009/2010

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período ano anterior.

pode ser atribuída não somente à base de comparação, uma vez que, sob efeito da crise financeira, o setor apresentou desaquecimento nas vendas, registrando uma taxa de 2,6%, mas também à ampliação do crédito, ao alongamento dos prazos de parcelamento, à melhoria da renda dos consumidores e ao aumento do emprego formal no estado (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS, 2010a).

A análise das variações trimestrais verificadas nos anos de 2009 e 2010 leva à constatação de que, desde o segundo trimestre do ano passado, o varejo baiano já sinalizava uma recuperação do nível de atividade. Esse prognóstico é confirmado quando se observa o comportamento do setor nos trimestres seguintes (Gráfico 4).

A análise das variações trimestrais verificadas nos anos de 2009 e 2010 leva à constatação de que, desde o segundo trimestre do ano passado, o varejo baiano já sinalizava uma recuperação do nível de atividade

No acumulado dos três primeiros meses do ano de 2010, todos os oito ramos varejistas que compõem o indicador do volume de vendas do comércio apresentaram contribuições positivas. Por ordem de contribuição, os destaques ao longo desse período foram os seguintes: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (13,5%); *Móveis e eletrodomésticos* (31,4%) e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (37,3%). *Tecidos e vestuários* está crescendo (13,2%) – bens não essenciais. Geralmente isso acontece quando há uma disponibilidade maior na renda. *Veículos* continua crescendo (20,1%), fruto das isenções concedidas pelo governo federal. *Materiais de construção* (18,4%) confirma a confiança na economia pelas isenções fiscais de IPI, que potencializaram este segmento, reflexo do Programa Minha Casa, Minha Vida. Já o segmento *Outros artigos de uso pessoal* tem maior destaque nos últimos 12 meses (19,6%), proveniente do comportamento apresentado no ano passado.

O aquecimento nas vendas favorece uma elevação dos preços no período. De acordo com os dados da SEI, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Salvador acumulou, nos três primeiros meses de 2010, acréscimo de 2,12%, taxa superior à apurada no mesmo período de 2009 (1,74%), acumulando, nos últimos 12 meses, taxa de 3,40%.

Em termos desagregados, por grandes grupos, observa-se que as maiores contribuições para a inflação em Salvador, no primeiro trimestre, vieram de *Alimentos e bebidas* (2,76%), *Despesas pessoais* (4,57%) e *Habitação e encargos* (2,46%). Nesses grupos, entre os itens que mais

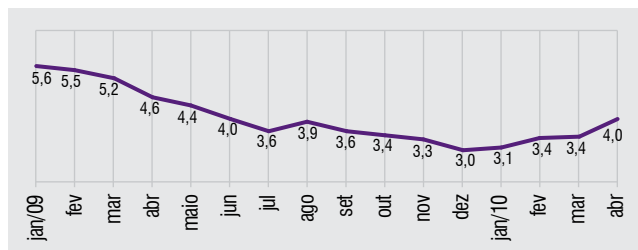


Gráfico 5
Taxa de inflação (1) – Bahia – jan. 2009-abr. 2010

Fonte: IBGE, SEI.
Elaboração: SEI/CAC
(1) Variação (%) acumulada em 12 meses.

influenciaram esse resultado no período em análise, destacam-se *Alimentação no domicílio* (2,89%), *Educação e leitura* (6,66%) e *Encargos e manutenção* (3,50%).

O índice já aponta, no primeiro quadrimestre, acúmulo de 2,73%, fortemente influenciado pelo aumento apresentado sobretudo nos grupos de *Alimentos e bebidas* (3,74%), *Despesas pessoais* (4,86%) e *Habitação e encargos* (2,73%). Na análise para os últimos 12 meses, o índice acumula acréscimo de 3,96%, taxa superior à apurada no mesmo período de 2009 (4,61%).

Quanto ao IPCA, segundo os dados divulgados pelo IBGE, a variação da inflação para o mês de abril em Salvador foi de 0,67%. No acumulado do ano, a taxa alcançou 3,16%, sendo a terceira maior apresentada entre as nove regiões metropolitanas do país, além dos municípios de Goiânia e Brasília, perdendo apenas para Belém (3,49%) e Rio de Janeiro (3,28%).

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

As estimativas para a safra de 2010 de produtos agrícolas, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, indicam expansão na produção baiana de grãos nas previsões de abril, com variação de 12,0% em relação à safra anterior, totalizando 6,7 milhões de toneladas.

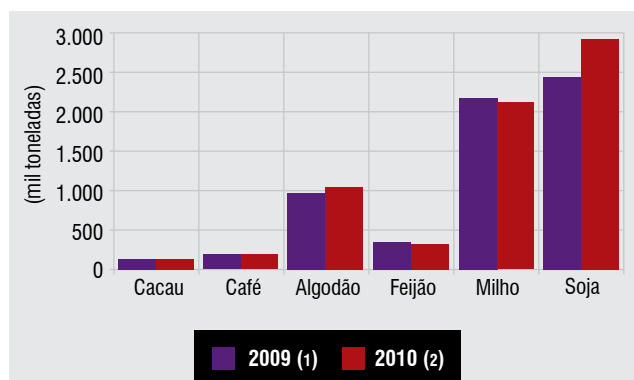


Gráfico 6
Taxa de inflação (1) – Bahia – jan. 2009-abr. 2010

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Safra 2009.
(2) Safra 2010 (abril/10).

Entre os grãos, estimam-se incrementos em relação à safra anterior na produção de soja (20,7%), algodão (8,7%) e sorgo (168,1%). Para as demais lavouras, verifica-se estimativa positiva para a produção de cana-de-açúcar (11,3%) e café (1,5%), enquanto na produção de mandioca e cacau projeta-se queda de 4,0% e 3,6%, respectivamente. Destaca-se, para a safra 2010, a estimativa de aumento da produtividade dos grãos de 10,1%, atribuída principalmente ao acréscimo no rendimento estimado por hectare do algodão (15,2%), milho (2,2%) e sorgo (116,3%).

MERCADO DE TRABALHO

As informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (2010), na Região Metropolitana de Salvador (RMS), indicaram aumento do desemprego total, que registrou taxa de 19,9% no mês de março, ante 18,8% em fevereiro. Esse resultado decorreu do incremento da taxa de desemprego aberto, de 11,6% para 12,4% da PEA, e da taxa de desemprego oculto, de 7,2% para 7,5%, no mesmo período. Em março de 2009, a taxa de desemprego era de 20,1%, indicando redução de 0,2 ponto percentual no período.

Analisando o total de ocupados, ocorreu um decréscimo de 1,3% em março, comparado com o mês imediatamente

anterior. Entre os ocupados por setores de atividade econômica, em termos relativos, com exceção de *Outros setores*, que registrou acréscimo de 5,1%, e *Construção civil*, que se manteve estável, os demais apresentaram queda, seguindo a mesma comparação, destacando-se *Indústria* e *Comércio*, com taxas de -4,7% e -3,2%, respectivamente. Dentre as categorias de posição na ocupação, os assalariados apresentaram decréscimo de 1,5%. Ressalta-se neste grupo a redução de 1,8% dos assalariados do setor privado com carteira assinada. O nível de ocupação dos autônomos caiu 3,1%, e o dos domésticos aumentou 2,8% no período.

Com base na geração de empregos formais, os dados apurados, em março, pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2010), revelam a criação de 10.226 postos de trabalho na Bahia, representando um aumento de 0,7% no estoque de emprego. Este resultado é proveniente principalmente do incremento de postos nos setores da construção civil (4.348 postos), da indústria de transformação (3.146 postos) e de serviços (2.033). Ressalte-se que o saldo no mês de março foi superior ao observado no mesmo mês de 2009 (4.497 postos de trabalho).

Em termos espaciais, em março, a Região Metropolitana de Salvador contribuiu positivamente, apresentando acréscimo de 5.774 novos postos de trabalho formais. Isso representa 56,5% dos empregos gerados em todo o estado.

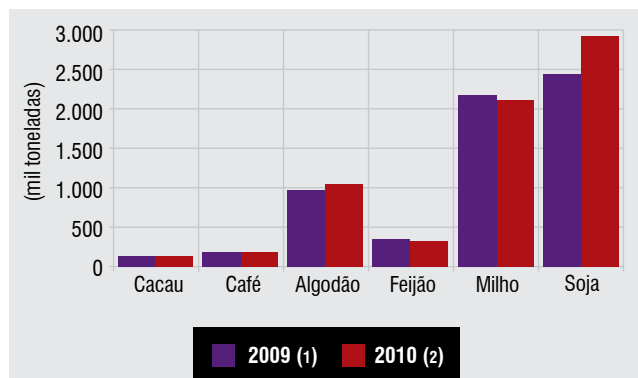


Gráfico 7
Variações da taxa de desemprego
RMS, Bahia – 2008/2010

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: Mensal: mês/mês exatamente anterior.
Anual: mês/mesmo mês do ano anterior.

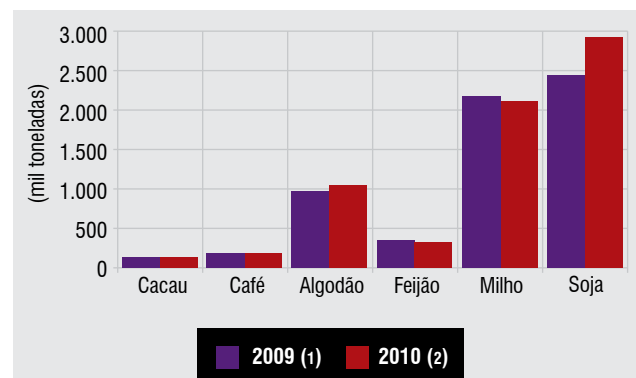


Gráfico 8
Emprego formal (1) – Bahia – jan. 2009-abr. 2010

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Saldo líquido. Todos os setores inclusos.

No primeiro quadrimestre, o indicador sinaliza que 41.328 pessoas tiveram suas carteiras de trabalho assinadas, representando um crescimento de 2,88% em relação ao mesmo período de 2009. Esse comportamento deve-se à expansão apresentada pelos setores da construção civil e indústria de transformação, com 13.743 e 9.410 empregos, respectivamente. Diante dos cenários, caso o mercado de trabalho continue com o ritmo apresentado, o estado baiano poderá registrar cerca de 90 mil postos de trabalho no ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas para o ano de 2010 são favoráveis diante dos resultados dos indicadores para o primeiro trimestre e das expectativas dos agentes econômicos frente à melhora no consumo, na renda e nos investimentos. Por outro lado, as autoridades econômicas estão atentas aos níveis de preços e às tensões no mercado externo, principalmente na Europa.

Nesse sentido, a ação do Banco Central ao elevar a taxa de juros Selic sinaliza a preocupação das autoridades em cumprir a meta inflacionária, diante de um aquecimento da economia. Setores como o comércio varejista poderão se beneficiar com transferências de recursos governamentais, crescimento da massa salarial e recuperação das condições de acesso ao crédito.

Um outro aspecto que chama a atenção, de acordo com os indicadores evidenciados, é a evolução significativa no mercado de trabalho e na produção industrial, esta última incentivada pelo grau de utilização da capacidade instalada. A manutenção da taxa de inflação e da taxa de juros em níveis mais baixos proporciona afastamento de possíveis arrefecimentos na atividade econômica nos próximos períodos, contribui para elevar a confiança dos consumidores e dos empresários e traz dinamismo à economia.

A dinâmica esperada para a economia brasileira nos próximos trimestres também deverá ser percebida na economia baiana. A aceleração nas vendas do comércio baiano e a melhora no nível de renda dos trabalhadores, além da expansão na produção de grãos, contribuirão para ampliar e atrair novos investimentos.

Os impactos potenciais associados aos investimentos industriais em implantação, além das perspectivas sobre o mercado trabalho interno decorrentes das medidas do governo estadual de incentivo às micro e pequenas empresas, associados a uma trajetória mais tênue dos preços, deverão aquecer o mercado baiano nos próximos trimestres.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO da safra brasileira: grãos. Brasília-DF: COMAB, abr. 2009a. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/6graos_08.09.pdf>. Acesso em: 7 maio 2010.

ACOMPANHAMENTO da safra brasileira: café. Brasília-DF: COMAB, jan. 2009b. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/4cafe08.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília-DF: MDIC, [2010]. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2010.

BANCO CENTRAL (Brasil). *Indicadores Econômicos*. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 12 maio 2010.

BANCO CENTRAL (Brasil). *Ata do Copom 27 e 28 de abr. 2010*. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br/?COPOM149>>. Acesso em: 12 maio 2010.

CADASTRO DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Brasília-DF: MTE, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 18 maio 2010.

IBGE: produção de bens de capital sobe 3% em março. *A Tarde*, Salvador, 4 maio 2010. Economia. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br>>. Acesso em: 4 maio 2010.

LAVOURAS. Rio de Janeiro: IBGE, [2010]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_200902comentarios.pdf>. Acesso em: 6 maio 2010.

MERCADO eleva novamente projeção para inflação em 2010. *A Tarde*, Salvador, 4 maio 2010. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br>>. Acesso em: 4 maio 2010.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Salvador: SEI, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 3 maio 2010.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 maio 2010.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 maio 2010.

_____. *Índices especiais de categoria de uso por atividade*. Bens de capital. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DO EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 maio 2010.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2010.

PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pesquisa Mensal de Comércio: em março, vendas do comércio aumentam 19,0%*. Salvador: SEI, mar. 2010a. (Boletins Técnicos). Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 14 maio 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Boletim do Comércio Exterior: desempenho do comércio exterior baiano*. Salvador: SEI, mar. 2010b. (Boletins Técnicos). Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 4 maio 2010.



Constantino
Cronemberger
Mendes

Por uma nova agenda de desenvolvimento regional

A revisão do modelo de desenvolvimento nordestino, com a perspectiva de reduzir a pobreza e aumentar a presença da região no PIB nacional, guia as reflexões do economista Constantino Mendes. Na contramão da guerra fiscal e de outras batalhas para atrair investimentos, o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) fala a respeito de uma possível integração regional de mercados e de uma agenda de desenvolvimento local que negue a tendência histórica de concentrar o dinamismo econômico no litoral nordestino, em detrimento das cidades do interior. Esta filosofia de combate à pobreza e às desigualdades ganha forma com a representação do IPEA no Nordeste, que comparece dentro do processo de redistribuição de órgãos federais na região. Inaugurado em abril deste ano, e com sede

na Paraíba, o escritório, comandado por Mendes, tem como meta contribuir com estudos e pesquisas que observem, com lente ampliada, a realidade nordestina. A tarefa será realizada em parceria com os administradores públicos locais. “Existe todo um processo de discussão com os estados da região para se definir quais as prioridades, quais são as especificidades de cada estado na construção de uma agenda regional”, detalha Mendes. Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), o piauiense Constantino Mendes é pesquisador do IPEA desde 1996. A escolha da Paraíba como sede da representação nordestina do órgão foi determinada por conta da sua localização estratégica, praticamente equidistante em relação aos outros estados da região. Em visita a Salvador para um evento na Universidade Federal da Bahia (UFBA), ele concedeu a entrevista a seguir.



É necessário avaliar e definir em que medida e/ou instância se encontra o papel do agente público nessa visão de crescimento e desenvolvimento econômico e social do país

C&P – A partir de 2007, o IPEA adotou uma nova visão, com foco no planejamento de longo prazo. Dentro deste contexto, foi iniciado o processo de descentralização do órgão. Quais os objetivos do IPEA com a criação de escritórios regionais?

Constantino Mendes – A passagem da visão de curto prazo para uma de longo prazo deve-se, principalmente, à inserção institucional do IPEA. Antes de 2007, o IPEA estava vinculado ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. A partir de então, o instituto passa a estar subordinado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com a missão de pensar a ação da esfera federal com foco no longo prazo. Hoje, com uma pauta bastante consensual, estamos em um processo de reestruturação, com a visão de que o planejamento precisa, cada vez mais, ser descentralizado. A União não tem todos os controles institucionais e de instrumentos para fazer uma ação efetiva em um país com as dimensões do Brasil. É preciso articular essa relação federativa, se

aproximar mais dos estados e dos municípios para discutir prioridades e uma agenda que possa conciliar uma ação macronacional e uma ação regional e subregional.

C&P – Como o senhor avalia a perspectiva do Estado brasileiro como indutor do desenvolvimento?

CM – Existe toda uma discussão sobre a recomposição do Estado como agente importante do ponto de vista do crescimento e do desenvolvimento econômico do país. Esta questão precisa ser rediscutida a partir de uma articulação federativa, para reduzir a possibilidade de uma grande pulverização de ações e recursos dentro do território brasileiro. Portanto, é necessário avaliar e definir em que medida e/ou instância se encontra o papel do agente público nessa visão de crescimento e desenvolvimento econômico e social do país.

C&P – Como podemos pensar um projeto de longo prazo que possa dinamizar a economia nordestina com a meta de reduzir as desigualdades regionais no País?

CM – Para que se configure no Nordeste um processo de redução da lacuna em relação às demais regiões do país, é preciso ter perspectivas que se descolem de uma agenda muitas vezes vinculada às outras regiões, principalmente à Região Sudeste. Dentro da Região Nordeste há localidades nas quais o crescimento é bastante superior à média nacional, mas, em muitos casos, isso reflete a própria concentração no litoral e nas grandes capitais. É preciso rever no longo prazo, exatamente, em que medida esse processo novo de crescimento nacional e regional pode reforçar uma concentração histórica. Temos que acompanhar os movimentos recentes de interiorização, da capacidade de alguns municípios do interior dinamizarem suas economias. Isto pode ser intensificado, para que se crie uma organização territorial e regional um pouco mais equânime, mais equilibrada do ponto de vista da sua atividade econômica e populacional menos concentrada nas grandes metrópoles. É preciso pensar um pouco sobre esse processo de crescimento de longo prazo.

Na Bahia, algumas cidades médias, a exemplo de Juazeiro, Barreiras, Vitória da Conquista e Feira de Santana, podem ter um papel dinamizador um pouco deslocado dessa dinâmica que o litoral já vem apresentando de maneira muito forte e recorrente.

C&P – Qual o papel das instituições de pesquisas dos estados dentro desse novo modelo que o IPEA pensa para a questão do planejamento?

CM – Da mesma forma como o IPEA, nos últimos anos, tem buscado reestruturar sua capacidade de fazer planejamento e pesquisa na área de política pública, os estados também estão precisando fazer movimentos semelhantes. Alguns estados do Nordeste estão mais avançados e conseguiram iniciar o processo de reestruturação da área de planejamento. Mas, na maioria dos estados da região, essa capacidade é ainda bastante baixa. E é óbvio que essa nova estrutura não se trata só das secretarias de Planejamento, mas dos institutos de pesquisa e de planejamento estaduais, que também têm um papel fundamental nesse processo.

A questão infraestrutural é básica para a solução de diversos gargalos do Nordeste, para melhorar sua dinâmica econômica, só que ela não tem um fim em si mesma

C&P – Um dos objetivos da criação do escritório regional aqui do Nordeste é a formulação de uma agenda de desenvolvimento para a região. Nós sabemos que o Nordeste tem diferenças muito fortes. Há estados com indicadores altamente positivos e outros com indicadores muito ruins. Como o IPEA vai tentar construir essa agenda diante dessa heterogeneidade entre os estados?

CM – Esta questão surge depois de um debate com os estados, e isso está sendo feito, orientado por essa proposta que a representação trouxe para a região, mas que não é determinada a partir da visão que o IPEA tem do Nordeste. Existe todo um processo de discussão com os estados para se definir quais as prioridades. Do ponto de vista da União, o IPEA, com sua visão macronacional, tem algumas propostas para uma agenda que poderiam ser colocadas no nível regional. É preciso que essa agenda seja confrontada com as especificidades de cada estado, para que as ações sejam compatibilizadas. Essa consolidação, em última instância, se daria na relação entre os PPA (planos plurianuais) estaduais e o PPA federal.

C&P – Existe possibilidade de uma superposição entre a agenda e o papel do PPA? Eles vão caminhar de maneira integrada?

CM – É preciso ver essa questão não como uma proposta *a priori*, mas como o resultado de uma discussão que está sendo iniciada agora. O processo de definição de prioridades tem, inicialmente, um conteúdo bastante técnico, porque exige todo um trabalho de homogeneização de dados, de comparações entre estados, de definição

de indicadores, que são relevantes do ponto de vista do diagnóstico regional. Esses elementos precisam ser compatibilizados para depois haver um debate que esteja mais no âmbito político, de uma definição de uma agenda política estadual que, não necessariamente, defenda as mesmas prioridades que uma discussão técnica. Nós temos etapas de trabalho em que partiríamos de uma configuração de indicadores, de dados, de sistemas de informações em que pudéssemos ter uma certa homogeneidade de análise. A partir daí, poderíamos definir algum tipo de prioridade setorial e temática, e, em seguida, transformar em sugestões para uma discussão do que seria o debate sobre a renovação do PPA no ano que vem.

C&P – Como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Nacional de Logística de Transportes (PNLT) se inserem aqui na Região Nordeste, no sentido de resolver problemas infraestruturais?

CM – É preciso uma discussão melhor sobre o papel fundamental da infraestrutura, do ponto de vista regional. A questão infraestrutural é básica para a solução de diversos gargalos do Nordeste, para melhorar sua dinâmica econômica, só que ela não tem um fim em si mesma. No passado, os eixos de desenvolvimento eram questionados, sob o aspecto de que a infraestrutura, praticamente sozinha, não poderia solucionar o problema do desenvolvimento. Da mesma forma, hoje, a discussão sobre a infraestrutura tem que estar atrelada com a questão produtiva e também com a capacidade regional de mobilizar a sua população para uma dinamização local.

C&P – Como se pode ter um processo de desconcentração em que possamos observar que a participação da Região Nordeste na geração de renda aumente daqui a dez ou 15 anos, tomando como base o PIB?

CM – Os dados mostram que essa mudança estrutural que houve no país, e também na Região Nordeste, desde a década de 50, não se refletiu numa participação relativa do Nordeste maior do que era nessa época (em torno de 13%). Apesar da mudança bastante grande nesse período, é preciso se questionar de que maneira o Nordeste se insere no país como um todo, porque existe um problema de desigualdades interregionais no país, mas também um processo de desigualdade intrarregional. Recentemente, as cidades médias tiveram um papel forte nos estados nordestinos, como é o caso de Barreiras aqui na Bahia, também de Petrolina e Juazeiro. Esse processo de descentralização tem que ser visualizado dentro de várias escalas, tanto do ponto de vista interregional quanto do ponto de vista intrarregional, para que o processo de desenvolvimento da região não esteja simplesmente concentrado no litoral, como historicamente tem acontecido.

C&P – Nesse contexto em que vocês estão buscando uma agenda de desenvolvimento e também um plano estratégico para o Nordeste, houve o ressurgimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Qual seria o papel da Sudene nessa nova agenda e nesse novo planejamento estratégico para o desenvolvimento do Nordeste?

CM – A Sudene, assim como o Banco do Nordeste e outros órgãos federais com ação regional (BNDES, IBGE, Embrapa, IPEA, entre outros), tem um papel central na discussão regional, a despeito de que a Sudene de hoje não seja a Sudene do passado, tanto em termos de capacidade orçamentária, quanto dos instrumentos de que dispõe. De qualquer forma, ela tem uma missão institucional. O papel dos estados da região em contribuir com uma instituição regional como a Sudene tem um caráter muito importante. Porque quem poderia dar um suporte maior para que a Sudene se torne uma instituição regional seriam os estados. Isso pode ser uma posição politicamente ousada, mas os estados têm um papel fundamental de colocar a Sudene como uma instituição importante do ponto de vista regional.

C&P – A Bahia, ao longo dos anos, teve uma tradição na questão do planejamento, com Rômulo Almeida e outros grandes formuladores de políticas econômicas. Como você espera que nosso estado possa contribuir dentro dessa proposta da agenda de desenvolvimento para o Nordeste?

CM – Rômulo Almeida, assim como outros grandes intelectuais do passado, como Celso Furtado, Josué de Castro, Caio Prado Júnior e tantos outros que começaram essa discussão regional no país, trazem a perspectiva histórica de colocar a questão regional dentro de uma plataforma nacional. Este tema é de interesse de todo o país, pois uma política para o Nordeste tem que ser pensada dentro de uma política nacional de desenvolvimento regional. Existe uma demanda por parte do governo federal para

É preciso se questionar de que maneira o Nordeste se insere no país como um todo, porque existe um problema de desigualdades interregionais no país, mas também um processo de desigualdade intrarregional

que os estados também assumam o papel de definir prioridades de caráter estadual, mas com uma visão regional — considerando que os estados não trabalham de forma isolada. O caso da Bahia é bastante referencial porque é a maior economia da região. Então, ela tem um papel importante na discussão regional do Nordeste. Não é apenas uma visão de que a Bahia é isolada das outras economias estaduais da região. É necessário que a Bahia, assim como outros estados da Região Nordeste, possa constituir pautas que olhem menos a questão da guerra fiscal, de competição por investimentos e outras questões que muitas vezes criam um processo de isolamento, e olhem mais para um projeto que seja interestadual. Um projeto em que a Bahia e os outros estados da região possam constituir um mercado regional propriamente dito, um mercado que possa ser considerado do ponto de vista integrado, e não compartimentalizado ou estadualizado, de maneira desagregadora.

Estado, políticas públicas e *governance*

Mercejane W. Santana*

A reestruturação da economia capitalista nas últimas décadas do século passado e a consequente estruturação de uma nova ordem mundial trouxeram para a centralidade das discussões o tema da reforma do Estado. A despeito do predomínio do diagnóstico neoliberal, impulsionado pela ascensão de governos conservadores como o da Inglaterra, dos Estados Unidos e do Canadá, do inchaço e do gigantismo do Estado, do seu excesso de gastos e da necessidade da redução radical do seu tamanho, havia um consenso por parte de progressistas e conservadores da existência de um Estado ineficiente, anacrônico e burocrático e de um modelo de desenvolvimento insustentável. Esse modelo era calcado na forte presença do Estado, mais especificamente do governo federal, através de um planejamento inflexível e centralizado que tornava irrelevante o papel dos níveis subnacionais de governo e dos demais agentes econômicos, políticos e sociais, na formulação e implementação de políticas públicas.

* Mestra em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); analista técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e professora da Faculdade Ruy Barbosa. mercejane@sei.ba.gov.br



Na América Latina, embora também tenha havido uma agenda de reforma do Estado de corte neoliberal, os processos de redemocratização vivenciados nas últimas décadas implicaram profundas transformações nas relações entre o Estado e a sociedade civil. Transparência, participação, democratização das informações, eficiência e foco nos resultados passaram a ser alguns dos valores e critérios exigidos e estabelecidos como padrões para os novos governos da região, em consonância com as políticas e diretrizes para um Estado acometido por uma grave crise financeira e de gestão.

Nesse contexto, e dentro de um ideário democrático, discute-se também a reforma e modernização do Estado inseridas em um novo paradigma de gestão, de desenvolvimento e planejamento que, dentre outras variáveis, busque a articulação dos diversos atores locais para, dessa forma, garantir a sustentabilidade. É um modelo de desenvolvimento descentralizado e participativo que pressupõe a interação dos diversos agentes e uma rede de conceitos, tais como inclusão, solidariedade, participação, produção e competitividade, que se articulam e se reforçam mutuamente.

No Brasil, a Constituição de 1988 estabelece e institucionaliza novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil. O processo participativo foi estimulado e fortalecido em todo o país, e um dos fatores que contribuíram para isso foi o estímulo à institucionalização de conselhos representativos da sociedade civil para atuar no assessoramento ou diretamente no processo de tomada de decisão de políticas públicas e projetos. Houve uma multiplicação de conselhos atuando de forma deliberativa, ou não, nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, segurança, turismo, defesa de direitos da mulher, da criança, do adolescente, dentre outros, que se estenderam pelos estados e municípios. Camargo (2003) pondera que “[...] os conselhos são, no entanto, o fundamento institucional de

No Brasil, a Constituição de 1988 estabelece e institucionaliza novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil. O processo participativo foi estimulado e fortalecido em todo o país

construção da governança que gerou transformações importantes nas relações entre a sociedade e o Estado, ainda durante o regime militar e mesmo depois dele”. Diniz (1997) menciona que os conselhos municipais, bem como os exemplos de orçamento participativo, ilustram experiências de local *governance* cada vez mais difundidas.

Farah (2000) considera que o debate sobre a reforma do Estado no Brasil pode ser contextualizado em dois momentos. O primeiro momento, que se inicia nos anos 70 e se intensifica nos anos 80, com o processo de democratização no país, “[...] teve como eixos a democratização dos processos decisórios e a equidade dos resultados das políticas públicas, sendo a democratização vista como condição de equidade dos resultados”. Já no segundo momento, diante da evidência da crise, a escassez de recursos do Estado passa a ser uma questão central, o que faz com que “[...] ao lado da preocupação com a democratização dos processos e com a equidade dos resultados, são introduzidas na agenda preocupações com a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação estatal, assim como a qualidade dos serviços públicos”.

UM NOVO ESTADO

Esse repensar sobre o Estado, como já foi citado, além de incluir propostas de gestão profissionalizada, isto é, dentro de critérios gerenciais focados em resultados, à semelhança das organizações privadas, é perpassado por uma relação mais democrática com a sociedade, que se concretizará através das alianças, coalizões e parcerias.

Muitos são os pesquisadores e estudiosos que se debruçam sobre essa temática e passam a delinear formatos e construir cenários para esse novo Estado. Kliksberg (1997) destaca alguns traços institucionais e gerenciais que devem estar presentes numa proposta de redesenho do Estado, isto é, de um “Estado inteligente”:

- a. O governo federal deve concentrar-se na aplicação de um processo eficiente de formulação, monitoramento, avaliação e retroalimentação das políticas públicas.
- b. Deve-se descentralizar a ação do Estado. O avanço da descentralização é muito significativo para a democratização, a eficiência gerencial e a participação. Entende-se que as regiões e os municípios estão mais próximos dos cidadãos do que a administração central e, conseqüentemente, estão em melhores condições de atender às demandas locais, inclusive com uma utilização mais eficiente dos recursos.
- c. Um Estado “rede”, em lugar de um Estado “pirâmide”, isto é, um paradigma gerencial que preveja redes de instituições inter-relacionadas, podendo, dessa forma, maximizar a coordenação e a obtenção de ganhos de escalas.
- d. Desenvolver capacidades para a administração inter-governamental, o que significa uma ação conjunta e combinada de diversas instituições para atender aos objetivos do setor público.
- e. Modelos organizacionais flexíveis. Torna-se necessária a substituição das antigas estruturas burocráticas weberianas, que são inadequadas para o cenário contemporâneo de incertezas, que exigem estruturas mais dinâmicas e flexíveis.
- f. Um novo estilo gerencial público. O novo paradigma gerencial exige um perfil de gestor mais ativo, que se comunica com todos os atores, que descentraliza,

que negocia, em substituição ao administrador tradicional, que só se relaciona com as pessoas da instituição através da comunicação formal.

- g. Revalorização do pessoal. Assim como na empresa japonesa, que vê o pessoal como prioridade, seguido do cliente e dos acionistas, a proposta é que se torna imprescindível uma gestão pública profissionalizada, avaliada pelos resultados, bem-remunerada, participativa e com possibilidades de capacitação permanente.
- h. Cultura corporativa pública. As transformações propostas nessa nova concepção de gestão pública implicam a necessidade de influir gradativamente na cultura corporativa, no sentido de uma renovação de mitos e atitudes e, portanto, de construção de uma nova cultura.
- i. Enfoque no cidadão. A reinvenção do governo significa que os serviços públicos sejam direcionados para os cidadãos, que a qualidade dos serviços seja vista sob o ponto de vista dos cidadãos.
- j. Credibilidade. A recuperação da credibilidade é fundamental para a articulação do Estado com a sociedade civil e para a autoestima dos funcionários, no sentido de que possam sentir que seu trabalho é reconhecido e valorizado pela sociedade.

Dowbor (1998) considera que, guardadas as especificidades inerentes à gestão pública, é fundamental conhecer os processos que estão ocorrendo na administração privada e utilizar as experiências positivas para melhorar o desempenho da administração pública. Ele pontua que as mudanças que estão ocorrendo na ambiência

É fundamental conhecer os processos que estão ocorrendo na administração privada e utilizar as experiências positivas para melhorar o desempenho da administração pública

externa têm motivado as organizações privadas a adotarem estruturas mais flexíveis, maior agilidade na gestão, para melhor se adaptarem às contingências, mais autonomia, maior amplitude das informações e, sobretudo, a descentralização das decisões. O autor menciona o potencial que essas transformações possibilitam para a administração pública, que já vem sendo estudado por alguns pesquisadores, como Robert D. Putnam, no livro *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália*, que descreve os processos de mudança das administrações públicas locais.

O mesmo autor ressalta a importância da esfera local, que vem absorvendo uma gama de problemas decorrentes do processo de urbanização e da necessidade de uma gestão mais eficiente pautada nos princípios da participação, da democracia. Ele cita que, embora as cidades estejam na linha de frente dos problemas, estão no último escalão das decisões administrativas, sendo necessário rever esse modelo e possibilitar aos municípios a condução do seu processo de desenvolvimento e de organização social.

Dowbor (1998) destaca alguns pontos presentes nessa proposta:

- a. Princípio da proximidade: as decisões devem ser tomadas no nível mais próximo da população interessada.
- b. Papel mobilizador da administração local: a despeito dos serviços básicos prestados, cabe à administração local o papel de catalisador das forças sociais em torno dos objetivos da comunidade.
- c. Organização dos atores sociais: as administrações locais devem criar espaços, foros de consensos em torno de questões relativas ao desenvolvimento, com representantes de empresas, sindicatos, organizações comunitárias, organizações não governamentais, institutos de pesquisas, abrindo espaços para uma gestão mais participativa.
- d. Enfoque da inovação: as administrações devem estar abertas às inovações constantes, deixando a sociedade se pronunciar sobre o acerto de determinadas novidades.
- e. A visão da sustentabilidade: no lugar de um turismo predador, há espaços para ações coorde-

O próprio processo de democratização do Estado, [...] a escassez de recursos necessários para a viabilidade e implementação das políticas públicas, força uma nova dinâmica, [...] e o direcionamento no sentido de uma gestão mais horizontalizada

nadas e planejadas em torno dos interesses da comunidade.

- f. Enfoque da gestão intergovernamental: no espaço do município, há o cruzamento de diversas esferas do governo, cada uma reportando-se ao seu nível, sem que o prefeito, muitas vezes, tenha conhecimento sobre o que as agências programaram para o município e sem que elas tenham uma coordenação entre si. É fundamental que a racionalização da gestão intergovernamental fique sob a coordenação do prefeito, que irá buscar atender aos interesses da comunidade local.
- g. Recentrar as atividades nos objetivos humanos: as parcerias e a organização dos atores sociais em torno do desenvolvimento devem ter como objetivo maior os interesses e a qualidade de vida humana.

Observa-se que o próprio processo de democratização do Estado, assim como a escassez de recursos necessários para a viabilidade e implementação das políticas públicas, força uma nova dinâmica, uma reorientação no seu formato original e o direcionamento no sentido de uma gestão mais horizontalizada. Isso só é possível pela construção de redes e parcerias com os diversos atores da sociedade civil, o que vem a se constituir numa nova forma de governar, denominada de governança pública.

O CONCEITO DE GOVERNANÇA (GOVERNANCE) E SUA RELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO, O DESENVOLVIMENTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de *governance* emerge mais precisamente no campo da administração pública e da ciência política, e sua definição expressa um novo padrão de gestão pública e de desenvolvimento, que inclui a articulação entre diversos atores políticos, administrativos e sociais. A *governance* passa a ser uma necessidade diante das demandas e dos desafios exigidos pelo mundo contemporâneo, dentre eles a globalização, que vem causando impactos diretos nos espaços, nas territorialidades, nas identidades, provocando conflitos e tensões nas relações entre o local e o global. Só a coesão e as articulações dos diversos segmentos da sociedade poderão promover posicionamentos e formatos organizacionais e institucionais para o enfrentamento dessa realidade.

Instituições como o Banco Mundial (BIRD) passam a incorporar e entender o conceito de *governance* como a capacidade do governo de criar e manter um ambiente institucional que promova o desenvolvimento sustentável e integrado e o exercício do poder na administração dos recursos para o desenvolvimento econômico e social de países, regiões e cidades. Outros organismos, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o IPEA/PNUD, o secretariado da ONU e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), passaram a entender a viabilização das reformas políticas e administrativas do Estado e a sua modernização como um processo de interação entre diversos atores, portanto, de *governance*.

***Governance* [...] expressa um novo padrão de gestão pública e de desenvolvimento, que inclui a articulação entre diversos atores políticos, administrativos e sociais**

Camargo (2003) faz uma distinção entre governo e governança. Ressalta que, em casos extremos, pode haver governança sem governo e governo sem governança. Para ela, governo sugere uma autoridade formal que garante a implementação de políticas instituídas.

Governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns e partilhados, que abrangem tanto as instituições governamentais quanto mecanismos informais de caráter não-governamental, mas que funcionam se forem aceitos pela maioria ou, mais precisamente, pelos principais atores de um determinado processo. Em outras palavras, governança é um fenômeno mais amplo do que governo (CAMARGO, 2003, p. 307).

Diniz (1997) faz uma distinção entre governabilidade e governança. Ela considera que governabilidade refere-se às condições sistêmicas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder em uma dada sociedade, tais como as características do regime político, a forma de governo, os sistemas partidários, as relações entre os poderes, o sistema de intermediação, dentre outras. Já *governance*, para a autora, “[...] diz respeito à capacidade governativa em sentido amplo, envolvendo a capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas. Refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade, o que implica expandir e aperfeiçoar os meios de interlocução e de administração do jogo de interesses”.

A autora pondera ainda que o contexto internacional, assim como a complexidade da ordem social, exige um Estado mais flexível, que seja capaz de delegar e transferir responsabilidades, descentralizar funções, sem, no entanto, abrir mão do controle e da coordenação. Ela acrescenta que o fraco desempenho do governo na consecução das metas coletivas seria um dos pontos de estrangulamento na condução das políticas estatais, comprometidas pela baixa capacidade de coordenação do Estado. A coordenação vem a ser um dos itens da *governance*, além das capacidades de comando e coordenação. Uma das suas conclusões é que

[...] a reforma do Estado, crucial para a construção de uma nova ordem, implica maximizar as condições de

governance do sistema estatal, através da expansão das capacidades de comando, de coordenação e de implementação do Estado, e também do aperfeiçoamento dos meios de intervenção na ordem associativa. Em última instância, tais objetivos requerem uma estratégia política para conduzir acordos e alianças, articulando arenas de negociação às instituições estatais (DINIZ, 1997).

Kissler e Heidemann (2006), ao analisarem a modernização do setor público na Alemanha, inspirada na administração pública gerencial (*new public management*), discorrem sobre o modelo de governança pública (*governance public*) que surge e se torna atrativo devido às insatisfações com as administrações públicas que, embora tenham se tornado mais eficientes, mais empresariais com as reformas, resultaram menos favoráveis aos cidadãos. Eles questionam até que ponto trata-se de um novo conceito para regular as relações de troca entre os setores público e privado, entre Estado, mercado e sociedade. Ambos consideram que o conceito de governança pública não é muito claro e que não existe um conceito único,

[...] mas antes uma série de diferentes pontos de partida para uma nova estruturação das relações entre o Estado e suas instituições nos níveis federal, estadual e municipal, por um lado, e as organizações privadas, com e sem fins lucrativos, bem como os atores da sociedade civil (coletivos e individuais), por outro (KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

Os autores citam que o significado original de governança estava associado ao debate político-desenvolvimentista, no qual o termo era utilizado para referir-se a políticas de desenvolvimento que se orientavam por determinados pressupostos sobre elementos estruturais como gestão, responsabilidades, transparência e legalidade do setor público. Esses aspectos eram fundamentais e considerados necessários ao desenvolvimento de todas as sociedades e prescritos por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Já no contexto atual, Löffler (2001, p. 212 apud KISSLER; HEIDEMANN, 2006) entende a governança como

O significado original de governança estava associado ao debate político-desenvolvimentista, no qual o termo era utilizado para referir-se a políticas de desenvolvimento

[...] uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes.

Eles acrescentam que, sob a ótica da ciência política, a governança pública está associada a uma mudança na gestão política, que pode ser vista como uma opção à gestão baseada na hierarquia e no mercado. Permite um novo arranjo, recorrendo cada vez mais à autogestão no campo social, econômico e político e,

[...] em relação à esfera local, ela significa que as cidades fortalecem cada vez mais a cooperação com os cidadãos, as empresas e as entidades sem fins lucrativos na condução de suas ações. A cooperação engloba tanto o trabalho conjunto de atores públicos, comunitários e privados, quanto também novas formas de transferência de serviços para grupos privados e comunitários (LÖFFLER, 2001, p.212 apud KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

Para Kissler; Heidemann (2006), os fundamentos normativos da governança resultam da resposta às perguntas: que significado tem o Estado nas estruturas de governança e o que distingue governança de governo? A resposta a essas perguntas traz à tona as três fases do debate que marcam a transição de um Estado tradicional para um modelo novo de Estado:

a) De um Estado de serviço, produtor do bem público, em um Estado que serve de garantia à produção do bem público; b) de um Estado ativo, provedor solitário do bem público, em um Estado ativador, que aciona e coordena outros atores a produzir com ele; c) de um Estado dirigente ou gestor em um Estado cooperativo, que produz o bem público em conjunto com outros atores.

Os autores entendem também que o conceito de governança pública permite uma amplitude de atribuições pelas quais o Estado pode transferir ações para o setor privado ou agir em parceria com agentes sociais. É um Estado ativador, que impulsiona as forças da sociedade civil.

“Para essa perspectiva, é decisiva a transição do Estado gestor (hierárquico), com ingerência na sociedade, para o Estado cooperativo, que atua em conjunto com a sociedade e as organizações empresariais, por meio de parcerias estratégicas” (KISSLER; HEIDEMANN, 2006). Fica cada vez mais evidente que o modelo tradicional, cujas distinções entre Estado, organizações privadas e sociedade civil eram bem rígidas, passa a dar lugar a um novo modelo caracterizado por interações, redes de parceiros que se articulam em prol de um objetivo comum.

Kissler e Heidemann (2006) mencionam que as redes têm como aspectos positivos o fato de solucionar problemas em conjunto, protegendo, dessa forma, os atores, que não ficam sobrecarregados e tendo que

atuar isoladamente. Elas são mais elásticas do que as alianças, “[...] ampliam os grupos de atores e criam espaços intermunicipais, como bases abrangentes e multiopcionais para novas formas de ação cooperativa. Elas abrem caminho para coalizões regionais de desenvolvimento e para uma governança regional em diferentes campos políticos”.

De acordo com Bresser-Pereira (2007), o desenvolvimento econômico só será possível quando um Estado-nação puder contar com um Estado eficaz. Isso porque, embora a maior parte dos investimentos parta dos empresários privados, as instituições são fundamentais para o processo de desenvolvimento. Respondendo às questões “que tipo de organização ou administração pública contribui para um Estado eficaz? Apenas um serviço profissional?”, o autor apresenta um modelo específico de reforma da gestão pública — o modelo estrutural de governança pública —, que inclui um aspecto organizacional e um aspecto gerencial ou de responsabilização por parte dos servidores públicos e envolve as organizações estatais, públicas não estatais, corporativas e privadas. Ele explica que se trata de um modelo estrutural porque as mudanças propostas não se restringem às estratégias de gestão e modificações organizacionais. Elas vão além e implicam mudanças estruturais, na medida em que envolvem vários tipos de parcerias público-privadas. E se constitui num modelo de governança porque, no processo de governar, envolve outros atores, além do próprio governo.

Bresser-Pereira (2007) pondera que é útil fazer uma distinção entre governo e governança:

[...] o governo, como entidade, é formado pelos órgãos superiores de tomada de decisões do Estado; à medida que a comunicação flui, é o processo de tomada de decisões dos funcionários públicos (políticos e servidores públicos de alto escalão). A governança também envolve um processo, mas um processo mais amplo, na medida em que transmite a idéia de que as organizações públicas não estatais ou as organizações da sociedade civil, empresas comerciais, cidadãos individuais e organizações internacionais também participam do processo de tomada de decisões, embora o governo continue sendo o ator central.

O conceito de governança pública permite uma amplitude de atribuições pelas quais o Estado pode transferir ações para o setor privado ou agir em parceria com agentes sociais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inúmeras são as dificuldades enfrentadas pelo Estado para desempenhar suas funções de forma efetiva e eficaz e atender às demandas coletivas e crescentes na área social. Observa-se na literatura difundida que são muitos os desafios impostos, tanto do ponto de vista administrativo como da gestão dos recursos, que se tornaram cada vez mais escassos, gerando uma série de propostas e alternativas para enfrentamento da situação considerada crítica.

O Estado, em vez de assumir sozinho a responsabilidade pelo desenvolvimento, pelo atendimento das demandas sociais, passa a ter um novo papel, que seria o de articulador e de regulador. E ao tempo em que controla a rapidez e voracidade dos agentes do mercado, cria as condições para um maior protagonismo de atores da sociedade civil comprometidos com a inclusão social, com a qualidade de vida, com a solidariedade, com o desenvolvimento humano.

A *governance* surge como um mecanismo que irá viabilizar a implementação de reformas administrativas e até mesmo políticas, através da articulação entre os diversos atores copartícipes do processo. Irá permitir novas formas de interação entre o Estado e a sociedade na busca de soluções de problemas que são coletivos. Trata-se de um novo modelo de cooperação e parceria entre o Estado e a sociedade, que depende, sobretudo, de vontade política, de uma mudança de cultura e de que haja continuidade, amplitude e consistência desde a formulação das políticas públicas até a implantação. É importante que a institucionalização da governança não se torne uma mera formalidade, mas que seja um instrumento que, dentre outros, venha a viabilizar a participação dos cidadãos no planejamento e nas decisões do Estado.

Souza (2002) pondera que a questão hoje referente às políticas públicas não se restringe à formulação de políticas corretas, mas à possibilidade de construir um ambiente propício para que elas sejam implementadas.

E aí vale o papel ativo do governo e dos demais agentes da sociedade envolvidos. Ela destaca que,

[...] na visão de *governance*, o papel das lideranças — de governo, partidos políticos, do empresariado, organizações não governamentais e lideranças comunitárias — é estratégico para que as políticas e o planejamento sejam operacionalizados.

REFERÊNCIAS

- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. O modelo estrutural de governança pública. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, Salvador, n. 10, jun./jul/ago. 2007. Disponível em: [www.direitodoestado.com/revista/RETE-10-junho-2007-BRESSER %20 PEREIRA.pdf](http://www.direitodoestado.com/revista/RETE-10-junho-2007-BRESSER%20PEREIRA.pdf). Acesso em: 05 maio 2010.
- CAMARGO, Aspásia. Governança para o século 21. In: TRI-GUEIRO, André (Coord.) *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 307-321.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA) *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS: Chapada Diamantina*. Salvador: CAR, 1997. p. 128-139.
- DINIZ, Eli. *Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985 - 95*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil. *Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 7, n. 17, p. 59-86, jan./abr. 2000.
- KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, maio/jun. 2006, 15 p.
- KLIKSBERG, Bernardo. *O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente*. São Paulo: FUNDAP, 1997.
- SOUZA, Celina. O debate sobre o conceito de *governance* na formulação e implementação de políticas públicas. *Revista Planejamento Regional: desenvolvimento sustentável: caminhos para o futuro*, Salvador, 2002.





Crise econômica internacional: reflexos na economia baiana, superação e perspectivas para 2010

Carlos Martins Marques de Santana*

Após experimentar um significativo período de expansão de sua economia no início do século XXI, com o crescimento de importantes indicadores macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e as exportações, o Brasil enfrentou, no último quadrimestre de 2008 e, principalmente, nos primeiros meses de 2009, fortes momentos de turbulência causados pela crise econômica iniciada em setembro de 2008 nos Estados Unidos (difundida a partir da crise dos mercados imobiliário e financeiro). Os efeitos da crise se espalharam pelo mundo e afetaram não só os EUA como o Brasil e quase todos os países da Europa.

Como consequências desse momento adverso, além da natural desconfiança mundial causada pelo ambiente de instabilidade da economia, houve aumento da taxa de juros, restrição do crédito, redução da produção e investimentos por parte das empresas, assim como do consumo. Para tentar manter o nível de crescimento, o governo federal tomou rápidas e criativas medidas fiscais de inspiração keynesiana, compatíveis com a urgência do momento: expansão de gastos, desoneração tributária — principalmente para os setores mais atingidos — e fomento à expansão do crédito, através dos bancos federais, suprindo o mercado financeiro doméstico.

* Mestre em Administração de Empresas e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); atual Secretário da Fazenda do Estado da Bahia. cmsantana@sefaz.ba.gov.br

É possível, portanto, dizer que o ano de 2009 foi de recuperação. Tudo isso após a economia brasileira ter entrado em uma breve recessão no primeiro trimestre e ter experimentado expansão do PIB nos dois trimestres seguintes. Ao final, o saldo foi de que a economia encerrou o exercício de forma estável, fechando o ano com uma retração da ordem de -0,2%.

E esse resultado, levando-se em conta que o país atravessou uma das mais fortes crises econômicas de alcance global, deve ser encarado de forma extremamente positiva. Isso ocorre principalmente se levarmos em conta o desempenho obtido em outras situações econômicas adversas do passado, assim como a performance de outras economias em relação à crise atual, principalmente as de nações desenvolvidas.

Diante desse cenário, alguns fatores levaram a economia brasileira a ter um desempenho de relativo sucesso. É importante destacar que o Brasil entrou na crise munido de instrumentos de política macroeconômica mais consistentes, sustentados no tripé metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário. Esses instrumentos permitiram enfrentar o cenário de adversidades com elevado nível de reservas internacionais, baixa inflação e contas públicas administradas, fatores fundamentais para atenuar os efeitos da crise no mercado interno.

Outro fator significativo foi o tamanho do Estado, com a forte presença dos bancos oficiais, a reduzida participação do setor externo na economia doméstica e as elevadas taxas de juros combinadas com baixa alavancagem do

crédito. Este último fator, que até então estava associado ao rol de problemas ainda a serem enfrentados na agenda econômica brasileira, considerado como ponto de travamento do crescimento econômico, funcionou como antídoto no período de crise.

Na outra ponta, a baixa participação do comércio externo no PIB também mitigou os efeitos negativos inerentes à dependência do país ao comércio exterior. Enquanto em países como a Coreia do Sul a soma das exportações chega a 90% do PIB, no Brasil, onde o mercado interno ainda é considerado relativamente protegido, essa taxa não chega a 20%. Por fim, os juros elevados, combinados com a escassez de crédito doméstico, além de evitarem que no Brasil se reproduzissem as condições para o estabelecimento de uma *subprime* à brasileira, possibilitaram que o Banco Central promovesse, ao longo de 2009, a redução da taxa básica de juros em cinco pontos percentuais, sem que com isso comprometesse as metas de inflação.

A BAHIA DIANTE DA CRISE

Nos estados brasileiros, a crise econômica mundial também deixou marcas significativas. Seguindo a linha do governo federal, o Governo do Estado da Bahia procurou agir de forma rápida para fazer frente a tais efeitos adversos. Uma das principais medidas foi o contingenciamento de despesas, inicialmente da ordem de R\$ 700 milhões, assim como a busca de recursos novos através do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia (Proconfis) e da Operação Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estabilização fiscal.

Nesse contexto, a Bahia concentrou esforços para a conclusão do processo de contratação e liberação do empréstimo de US\$ 409 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), voltado ao Proconfis, com prazo de 20 anos. A liberação desses recursos, em duas etapas, proporcionou ao tesouro estadual o ingresso de aproximadamente R\$ 749 milhões. Já com o BNDES, o governo celebrou operação de crédito no valor total de R\$ 375 milhões, no âmbito do Programa de Auxílio Financeiro aos Estados da Federação (PEF).

O Brasil entrou na crise munido de instrumentos de política macroeconômica mais consistentes, sustentados no tripé metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário

Desse montante, ingressaram efetivamente nos cofres públicos aproximadamente R\$ 192 milhões.

Dessa forma, essas operações proporcionaram um ingresso de R\$ 941 milhões no exercício de 2009, os quais representaram em torno de 80% do efeito financeiro da crise econômica internacional sobre as contas públicas e foram extremamente importantes para a manutenção do equilíbrio financeiro do estado nesse período de crise.

Outras medidas tomadas pelo governo foram voltadas para estimular o setor produtivo, garantir os empregos e atenuar os efeitos na economia baiana. Ainda no final de 2008 e ao longo de 2009, diversas ações foram efetivadas. O comércio varejista teve prazo especial de recolhimento do ICMS para as operações de saídas de mercadorias realizadas nos meses de dezembro de 2008 e 2009. O imposto pôde ser dividido em quatro parcelas mensais, iguais e consecutivas. Os contribuintes participantes da Campanha Liquida Salvador também tiveram a possibilidade de parcelar o pagamento do ICMS, tanto em 2008 como em 2009.

Para as empresas calçadistas, o governo garantiu a liberação automática de créditos acumulados de no máximo 5% sobre o valor exportado, limitado a R\$ 5 milhões/ano por setor. Além disso, as empresas com projetos de ampliação tiveram um novo enquadramento dentro do Programa Desenvolve, com o crescimento do crédito presumido e a extensão dos benefícios até 2020. Através da Desenhavia, empresas do segmento de alimentos e bebidas, têxteis e confecções, calçados, informática e eletrônica e transformação de plástico tiveram linhas de crédito especiais, em um montante de R\$ 110 milhões, com recursos originados principalmente do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (Fundese). Esse valor foi destinado à oferta de capital de giro e investimento fixo para pequenas e médias empresas.

Já as indústrias do segmento de cerâmica foram dispensadas do ICMS relativo à substituição tributária incidente nas operações internas com produtos cerâmicos. O objetivo da medida foi resgatar a competitividade desse segmento industrial, responsável pela geração de mais de 2.500 empregos diretos. Também foi feita alteração da carga tributária do ICMS para produtos de informática,

Em 2010, novo termo de compromisso foi firmado com a Benteler Componentes Automotivos Ltda, que faz parte do Complexo Automotivo Ford, em Camaçari, no valor total de R\$ 15 milhões

com o objetivo de estimular as empresas comerciais baianas a consumirem os produtos do segmento na própria região. Outra medida foi o parcelamento em três vezes do recolhimento do ICMS relativo às operações realizadas nos meses de fevereiro, março e abril, para os contribuintes que desenvolvem a atividade de metalurgia básica, com a condição de que as empresas mantivessem os postos de trabalho, que chegam a 40 mil. Houve também a assinatura de termo de cooperação na área de substituição tributária entre os estados da Bahia e de São Paulo, para ampliar o combate à sonegação fiscal, tornar mais eficiente a administração tributária, trocar experiências entre os estados e aumentar a arrecadação.

Não se pode deixar de falar também da liberação de créditos fiscais acumulados do ICMS. O primeiro acordo foi firmado com as empresas Oxiten e Elekeiroz, que resultou em um total de mais de R\$ 150 milhões em créditos fiscais liberados. Outro acordo foi feito com 11 indústrias de fertilizantes e insumos agropecuários com créditos acumulados de mais de R\$ 36 milhões. Em 2010, novo termo de compromisso foi firmado com a Benteler Componentes Automotivos Ltda, que faz parte do Complexo Automotivo Ford, em Camaçari, no valor total de R\$ 15 milhões.

Isso sem falar no acordo feito com a Braskem para gerar novos investimentos no estado. O termo prevê, por parte do governo, através da Sefaz, redução da tributação sobre a nafta, principal insumo do polo petroquímico.

A tributação, que era de 11,75%, passou para 10% em março de 2010, irá diminuir para 8% até setembro e para 5,5% até março de 2011. Haverá também o diferimento, instituto tributário em que o pagamento que antes era feito na importação da nafta fica postergado para a saída dos produtos resultantes de sua industrialização. A medida irá possibilitar a redução da acumulação de créditos fiscais do ICMS e, posteriormente, do saldo de créditos existente, em torno de R\$ 640 milhões. Já a Braskem se compromete a fazer investimentos na implantação, ampliação e modernização das linhas de produção no Polo Industrial de Camaçari, com geração de novos empregos e expansão ou modernização da infraestrutura básica que atende ao complexo.

Tudo isso sem falar que, durante o período da crise, um grupo de avaliação dos impactos da crise financeira internacional, com trabalhos coordenados pela equipe técnica da Secretaria da Fazenda, foi criado com o intuito de monitorar todos os efeitos desse problema internacional na economia baiana, assim como apontar caminhos e soluções.

Já em 2010, momento propício para auxiliar aqueles contribuintes que enfrentaram dificuldades durante a crise, o governo da Bahia, através da Lei nº 11.908/10, aprovada pela Assembleia Legislativa, iniciou o Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Com o Refis, que vigorou até 31 de maio, os contribuintes baianos tiveram até 100% de dispensa das multas e acréscimos moratórios relativos ao ICMS decorrente de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2009. Para aqueles que optaram pelo parcelamento em até oito vezes, o abatimento foi de 80%.

No caso das penalidades pecuniárias por descumprimento de obrigações acessórias, os débitos puderam ser quitados com redução de 90%, se recolhidos integralmente até 31 de maio de 2010. A redução foi de 50% para aqueles que realizaram o recolhimento em até oito parcelas mensais. Desde 2007, nenhuma anistia fiscal havia sido concedida, em função da atual gestão da Sefaz acreditar que a medida não deve ser utilizada como uma política tributária regular e frequente e sim em situações como a da crise, quando os contribuintes tiveram dificuldades de pagar os impostos em dia.

No caso das penalidades pecuniárias por descumprimento de obrigações acessórias, os débitos puderam ser quitados com redução de 90%, se recolhidos integralmente até 31 de maio de 2010

ANÁLISE DOS IMPACTOS NA ECONOMIA BAIANA

Um dos itens mais importantes que compõem a receita corrente, a receita oriunda das transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para a Bahia estava prevista, inicialmente, em R\$ 4,955 bilhões. Com a crise financeira internacional, a receita do FPE sofreu um forte impacto negativo no ano de 2009, alcançando somente R\$ 4,252 bilhões, o que equivaleu a 85,8% do previsto, importando em uma frustração de receita da ordem de R\$ 703 milhões. Isso ocorreu em função da drástica redução do nível da atividade econômica e mesmo com as oportunas ações do governo federal, dentre as quais vale citar a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a indústria automobilística e outros setores (o IPI, juntamente com o Imposto de Renda, compõe a base de cálculo do FPE).

A situação não foi muito diferente quando analisado o item receita tributária. Em termos globais, houve uma retração de R\$ 550 milhões, ou 5,5% na receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo estadual. Na análise do ICMS, foram descontados os repasses constitucionais aos municípios, considerando-se apenas a parcela pertinente ao tesouro estadual.

Um ponto a se destacar é que os segmentos não tiveram queda uniforme. O petróleo apresentou uma frustração de R\$ 700 milhões, o segmento de utilidade pública, de

R\$ 72,6 milhões, e a indústria como um todo teve queda de R\$ 59 milhões. Por outro lado, o comércio — atacado, varejo e supermercado — contribuiu de forma positiva, com crescimento de R\$ 298 milhões.

Entre os motivos para a queda da arrecadação do petróleo estão a redução dos volumes demandados de óleo diesel e óleos combustíveis, diretamente correlacionados à produção industrial, e a queda dos preços da nafta no mercado internacional. O segmento de utilidade pública sofreu com a redução da demanda de energia nas indústrias e o efeito da forte competição no segmento de telecomunicações. Já o comércio se beneficiou de diversos fatores, dentre os quais é possível destacar incentivos concedidos pelo governo, aumento do poder aquisitivo das classes menos favorecidas e, finalmente, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem estimulado a construção civil e a construção pesada.

Essas variações ocorridas entre os segmentos que compõem a arrecadação, no período da crise econômica, causaram uma mudança na matriz do ICMS. Os setores do comércio (atacado, varejo e supermercados) e de serviços (formado por utilidade pública, serviços de transporte e misto serviços) evoluíram de uma participação conjunta de 54,5% (2008) para 59,1% (2009), enquanto o setor industrial manteve-se no patamar de 16,5%, e o petróleo apresentou queda de 4,2%.

Do lado da despesa, o impacto da elevação cambial sobre os dispêndios da dívida foi o efeito mais direto da crise

financeira internacional. As reduções de despesas associadas ao processo de contingenciamento orçamentário não foram interpretadas pelo governo como um efeito direto da crise, mas sim como uma resposta do Estado à redução de receitas impostas pela crise. As medidas de contingenciamento adotadas, como citado anteriormente, importaram em um corte de aproximadamente R\$ 700 milhões. Com a gradativa atenuação dos efeitos financeiros da crise, tornou-se possível uma revisão dos valores contingenciados, reduzidos, ao final do exercício, para R\$ 175 milhões.

No tocante à dívida consolidada do estado da Bahia, no final do exercício de 2009, ela chegou a um montante de aproximadamente R\$ 10,3 bilhões e totalizou dispêndios de R\$ 1,87 bilhão no ano. O impacto da crise financeira internacional em 2009 foi da ordem de 3,48% sobre os dispêndios da dívida pública do estado da Bahia, significando acréscimo de aproximadamente R\$ 62 milhões. Em agosto, a previsão da Secretaria da Fazenda era de que esse efeito seria de 3,7%, e essa sinalização de leve queda, seguida pela manutenção do câmbio e da taxa de juros interna, nos seis meses seguintes, confirmou a previsão de especialistas, feita no primeiro semestre, quanto ao arrefecimento da crise. Outro dado importante a ser destacado é que os reflexos da crise se concentraram desproporcionalmente nos primeiros sete meses do ano: R\$ 56 milhões, frente ao ônus da ordem de R\$ 6 milhões nos cinco meses restantes.

A análise conjunta dos efeitos da crise sobre as contas públicas estaduais feita pelo grupo formado na Secretaria da Fazenda do estado se concentrou no comportamento da receita do ICMS e nas transferências do FPE em razão de os demais componentes da receita terem sofrido efeitos moderados ou mesmo nulos. Do lado da despesa, foi destacado o impacto da elevação cambial sobre os dispêndios da dívida. O processo de apuração do efeito global da crise nas finanças baianas levou à conclusão de que foi imposta ao tesouro estadual uma perda de receita da ordem de R\$ 1,1 bilhão, a qual foi acentuada pela elevação dos dispêndios da dívida em R\$ 62 milhões, proporcionando um efeito negativo total de R\$ 1,175 bilhão.

Por outro lado, a partir da segunda metade do ano passado, foi observada uma moderada recuperação da

No tocante à dívida consolidada do estado da Bahia, no final do exercício de 2009, ela chegou a um montante de aproximadamente R\$ 10,3 bilhões e totalizou dispêndios de R\$ 1,87 bilhão no ano

atividade econômica e, conseqüentemente, das arrecadações tributárias estadual e federal, importando em uma perda adicional de receita menor do que nos primeiros meses do ano. O efeito total para o exercício de 2009, portanto, anteriormente estimado em R\$ 1,10 bilhão, efetivou-se em um montante um pouco maior, de R\$ 1,17 bilhão.

PERSPECTIVAS PARA 2010

A recuperação do país iniciada ainda no ano de 2009 deverá continuar em ritmo mais acelerado em 2010. Estimativas projetam uma taxa de crescimento do PIB entre 5% e 6%. O cenário externo menos adverso, o dinamismo do mercado interno e o avanço das exportações, em particular das *commodities* agrícolas e minerais para atender aos mercados asiáticos, constituirão os fatores condicionantes do crescimento do ano em curso.

No cenário externo, a economia mundial, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), sairá da recessão, porém em um cenário que aponta para uma lenta recuperação. O órgão internacional projeta um crescimento do PIB mundial de 3,1% em 2010. Tal desempenho deverá ser liderado pelos países emergentes e em desenvolvimento (como o Brasil).

O mercado interno, por sua vez, será alavancado pelo aumento da massa salarial ampliada (MAS), pela expansão do crédito e pelo forte crescimento dos investimentos.

A recuperação do país iniciada ainda no ano de 2009 deverá continuar em ritmo mais acelerado em 2010. Estimativas projetam uma taxa de crescimento do PIB entre 5% e 6%

Estudos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) projetam para 2010 um incremento da ordem de 6,7% na MAS, de 24% no volume de crédito com recursos livres (o que fará com que o volume de crédito em 2010 retorne ao ritmo de crescimento verificado no período pré-crise) e de 19,6% nos investimentos, estes últimos representados pela alta esperada na formação bruta de capital fixo (FBCF).

A forte expansão dos investimentos projetada para 2010, após uma contração de 14,6% em 2009, reflete o crescimento de 10,3% esperado para a construção civil e de 26,3% na produção de máquinas e equipamentos. Essa expansão decorrerá, entre outros fatores, dos gastos públicos vinculados ao PAC, dos investimentos voltados ao pré-sal, à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016, e ainda dos investimentos externos diretos (IED) esperados para 2010. Também segundo a FIESP, em 2010 a produção industrial brasileira deve retomar os níveis pré-crise.

Mesmo com esse cenário aparentemente favorável, torna-se fundamental verificar os fatores de risco de recrudescimento da crise econômica internacional antes de se fazer qualquer análise quanto às perspectivas da economia baiana para 2010. O grupo de avaliação da crise da Secretaria da Fazenda, diante dessa perspectiva, levantou algumas questões que merecem atenção ao longo dos próximos meses. No plano externo, podemos destacar: A retirada dos estímulos fiscais vai implicar nova queda de atividade econômica? O mercado de trabalho nos EUA, ainda bastante desfavorável, comprometerá o desempenho da economia americana nos próximos meses? E o aumento da relação dívida/PIB dos países ricos, em especial na Europa? Terá esta variável papel relevante no desempenho das economias desenvolvidas? O crescimento da economia chinesa será mantido de forma sustentável ao longo do ano?

Já no plano interno, a mesma análise foi feita e os riscos observados foram: O PIB potencial da economia foi estabilizado e os investimentos foram atingidos, devendo ser retomados lentamente. Quais efeitos estarão associados a essas possíveis limitações? Há risco de uma eventual retomada da inflação? Neste caso, como ficaria o comportamento dos juros? A redução da capacidade fiscal do setor público, em razão do aumento considerável dos gastos

com custeio, entre eles os da previdência e dos programas de transferência de renda, limitará o papel relevante do governo na retomada sustentável do crescimento?

Diante desse cenário, que se mostra favorável, mas ao mesmo tempo está suscetível aos fatores de risco apresentados, foram feitas análises da receita tributária com o ICMS para 2010, assim como uma projeção do Fundo de Participação dos Estados também para o ano em curso. Alguns parâmetros de natureza macroeconômica foram considerados, conforme mostra o quadro abaixo.

Na linha de um cenário econômico mais robusto, no que se refere à situação externa, balança comercial, câmbio e suas repercussões sobre a arrecadação de ICMS, pode-se argumentar que a estabilidade prevista para o câmbio e a manutenção do real valorizado sinalizam um crescimento mais discreto nas exportações. Assim, considerando-se uma maior demanda interna (mercado doméstico mais aquecido), espera-se um aumento maior das importações, gerando um superávit comercial menor e proporcionando cenários favoráveis para um maior recolhimento do ICMS. Isso porque as indústrias devem direcionar sua produção para atender à demanda interna, o que produz uma operação tributada e que não gera créditos de exportação.

Considerando-se as estimativas de comportamento da economia para 2010, espera-se uma projeção da arrecadação de ICMS da ordem de 8,2% com relação a 2009. Assim, tomando-se por base a arrecadação apurada em 2009, de R\$ 9,850 bilhões, estima-se um valor potencial

A arrecadação esperada do ICMS deverá representar um crescimento nominal de 5,6% em relação à realizada em 2009, superando ainda a previsão orçamentária para 2010 de R\$ 10,250 bilhões

de R\$ 10,658 bilhões. Sobre esse número, aplicam-se ajustes decorrentes de fatores não recorrentes ocorridos em 2009, da ampliação de programas de benefícios fiscais, tais como o Desenvolve e o Procomex, dos volumes negociados para utilização dos créditos oriundos das exportações e da aplicação de desonerações fiscais que visam à manutenção ou estímulo de determinados segmento econômicos, como as reduções de alíquotas para a nafta. Aplicando-se os ajustes acima referidos, obtém-se uma expectativa de realização de R\$ 10,402 bilhões.

Dessa forma, a arrecadação esperada do ICMS deverá representar um crescimento nominal de 5,6% em relação à realizada em 2009, superando ainda a previsão orçamentária para 2010 de R\$ 10,250 bilhões. Em se confirmando as estimativas, haverá recursos adicionais de aproximadamente R\$ 152 milhões.

Indicador	2009	2010	Comentário
PIB Brasil	-0,2%	5,0%	Bacen – Relatório Focus
Desemprego	8,1%	7,8%	Visão do Bacen – salário mínimo de R\$ 510
Benefícios da previdência e programas sociais	5,4%	7,6%	Aumento % e abrangência do Bolsa Família
Operações de crédito/PIB ao final do ano	45%	45,3%	Ênfase em bancos privados
Taxa de câmbio média do período	R\$ 1,99	R\$ 1,73	Estável
Selic	9,81%	8,75%	Visão do Bacen
		10,7%	Visão consolidada do mercado
IPCA	4,31%	4,4%	Bacen – Relatório Focus
IGPM	-1,71%	4,28%	Bacen – Relatório Focus
IGP-DI	-1,44%	4,17%	Bacen – Relatório Focus
Arrecadação de tributos federais (real)	-3,2%	4,00%	Banco Fator – Análise macroeconômica
Formação bruta de capital fixo/PIB	-9,9%	15,8%	Bacen

Atualizado até 28 de maio de 2010

Os números da arrecadação de janeiro a abril de 2010 estão dentro da expectativa prevista, sendo que janeiro e abril ultrapassaram a barreira de R\$ 1 bilhão, com R\$ 1,022 bilhão e R\$ 1,019 bilhão, respectivamente. Em fevereiro e março, a arrecadação foi menor do que a de janeiro e abril, com R\$ 878 milhões e R\$ 861 milhões, respectivamente. No acumulado deste ano, o ICMS arrecadado foi de R\$ 3,78 bilhões, um incremento de 15,80% (corrigido pelo IPCA) em comparação com 2009. Em abril, por exemplo, os três setores econômicos apresentaram crescimento, liderados pela indústria, com variação positiva de 38,58% para um montante de R\$ 423,2 milhões. Em seguida, veio o comércio, com arrecadação de R\$ 356,8 milhões e crescimento de 20,22%, e o setor de serviços, que ficou com R\$ 222,8 milhões e incremento de 5,88%, com correção pelo IPCA.

Independentemente dos resultados e do cenário positivo que podemos vislumbrar, a confirmação dessa expectativa de arrecadação em 2010, no entanto, poderá ser afetada negativamente por alguns fatores de risco. O acirramento da guerra fiscal entre os estados da Federação pode forçar o governo da Bahia a promover desonerações fiscais não planejadas. Destacam-se os incentivos recentemente concedidos pelos estados do Nordeste que estão implantando novas refinarias de petróleo e indústrias petroquímicas de segunda geração. Esse é um risco elevado para a arrecadação.

Outro risco seria uma recuperação da atividade econômica em forma de W, o que poderá afetar de forma significativa a arrecadação de tributos no estado. Como exemplos, uma queda dos preços da nafta e uma redução nos volumes de vendas de combustíveis e energia elétrica atingiriam os principais segmentos da arrecadação do ICMS: petróleo e energia. Mais um fator seria a atividade de planejamento tributário por parte de grandes contribuintes do estado, em especial nos setores de petróleo e petroquímico, o que pode deslocar a arrecadação para outros estados da Federação, em virtude da revisão de sua logística de produção e distribuição.

Uma apreciação cambial, propiciando uma eventual queda de exportações, poderá induzir a redução da

O acirramento da guerra fiscal entre os estados da Federação pode forçar o governo da Bahia a promover desonerações fiscais não planejadas

atividade industrial e do consumo de energia e insumos, que são tributados no processo de produção. E, por fim, a antecipação do término das desonerações fiscais do governo federal (veículos, eletrodomésticos e móveis) terá impacto negativo sobre o volume de vendas e a arrecadação dos segmentos atacadista e varejista.

No caso do Fundo de Participação dos Estados, para o ano de 2010, espera-se obter com as transferências o valor de R\$ 5,005 bilhões, um montante 17% superior à receita de 2009. O retorno à normalidade da atividade econômica no país, com a superação da crise internacional, aliado ao programa de recuperação de créditos em andamento no âmbito da Receita Federal (Refis), levou o governo federal a divulgar uma previsão de receita neste patamar.

Embora o percentual de crescimento nominal em relação ao ano anterior mostre-se desafiador, ele se justifica em virtude de a base de comparação ficar prejudicada por conta da crise financeira de 2009. Se comparada à previsão para 2010 com os valores inicialmente previstos para 2009, o crescimento nominal apresentado é de apenas 1%.

O cenário macroeconômico de 2010, sem dúvidas, mostra-se bem mais confortável do que o de 2009 e sugere uma recuperação moderada das receitas públicas, não sendo ainda esperado um crescimento tão expressivo neste ano. Portanto, diante do cenário mostrado no ano passado e das expectativas traçadas para 2010, a postura firme do governo no sentido de manter o equilíbrio fiscal deve ser reafirmada, principalmente na condução das despesas públicas.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. *A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula*. [2001]. 44 p. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fACOORDENACAOFEDERATIVANOBRASIL.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2010.
- BAHIA. Secretaria da Fazenda. Transparência Bahia. Salvador: SEFAZ, [2010]. Disponível em: <http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/transparencia_bahia/index.htm> Acesso em: 27 jan. 2010
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim FOCUS*. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSRELMERC>> Acesso em: 16 jan. 2010
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Publicações. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/> Acesso em: 21 jan. 2010
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *Banco de dados contendo as finanças públicas dos municípios do Estado da Bahia*. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.stn.gov.br>> Acesso em: 20 jan. 2010.
- GIAMBIAGI, Fabio. À procura de um consenso fiscal: o que podemos aprender da experiência internacional? *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 65-102, jun. 2001. Disponível em: <<http://federalismo.bndes.gov.br/conhecimento>> Acesso em: 5 jan. 2010.
- CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (Brasil). *Boletim do ICMS*. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/>> Acesso em: 15 jan. 2010
- PRADO, Sérgio. Partilha de recursos na Federação Brasileira. In: FÓRUM FISCAL DOS ESTADOS BRASILEIROS, 2006. São Paulo. São Paulo: FGV, 2006. 1 CD-ROM.
- REZENDE, Fernando; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. (Org.). *Descentralização e federalismo fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 333 p.
- SILVA, A. et al. Descentralização, cooperação e coordenação – conceitos. In: FÓRUM FISCAL DOS ESTADOS BRASILEIROS, 4., 2006, São Paulo. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 10-98.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Banco de dados pertinentes aos municípios baianos*. Salvador; SEI, 2008. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>> Acesso em: 18 jan. 2010.

Comércio baiano mantém crescimento das vendas

Maria de Lourdes Caires*

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan), visando atender ao objetivo de produzir e divulgar informações sobre a conjuntura econômica do estado, vem mantendo, desde 2001, um convênio de cooperação técnica com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para análise e divulgação dos dados do comércio varejista do estado da Bahia, apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)¹, realizada, em âmbito nacional, por esse órgão oficial de estatística.

Tomando-se como referência os dados da PMC, este artigo, inicialmente, faz a análise do desempenho do comércio varejista do estado da Bahia em 2009. Em um segundo momento, destaca o comportamento dos dez ramos de atividade pesquisados pelo IBGE nos meses de janeiro a dezembro daquele ano, período em que, por alguns meses, a crise econômica mundial se refletiu negativamente em determinados segmentos do varejo. Por último, traz as considerações finais, dando ênfase às perspectivas do setor para 2010. Os dados analisados tiveram como base comparativa o ano de 2008.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); analista técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). caires@sei.ba.gov.br

¹ Desde janeiro de 2001, o IBGE vem realizando, nas 27 unidades da Federação (UF), a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC). Trata-se de uma pesquisa de caráter conjuntural que visa produzir indicadores que permitam acompanhar o desempenho do comércio varejista e de seus principais segmentos, investigando, unicamente, a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, a partir de uma amostra representativa de suas atividades.

No contexto da economia do estado, o comércio varejista baiano tem se consolidado como um setor de relevante importância. Nesse sentido, a PMC se constitui em importante referencial para os diversos agentes econômicos, por indicar, no curto prazo, a tendência do comportamento do comércio varejista e de seus principais segmentos. Diante disso, a pesquisa se propõe a fornecer subsídios para direcionar as ações desses agentes, auxiliando-os nos seus processos de tomadas de decisões.

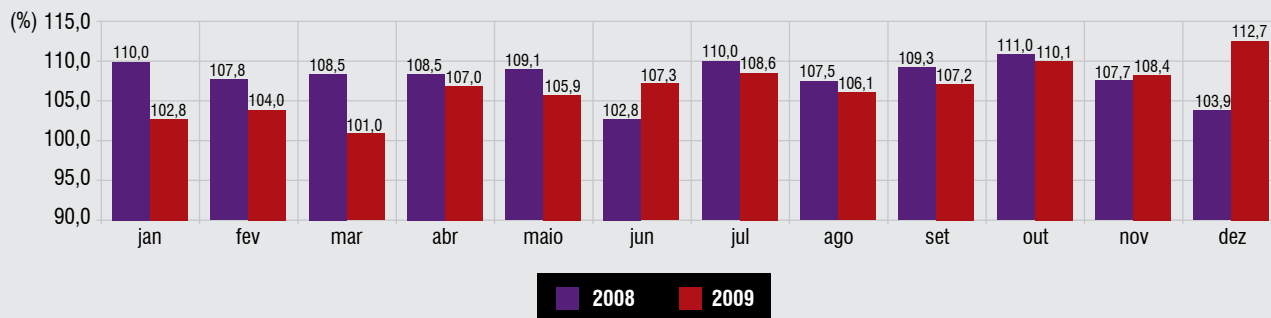
COMÉRCIO BAIANO EM 2009

O comércio varejista do estado da Bahia encerrou 2009 apresentando crescimento de 7,0% no volume de vendas². Esse resultado surpreendeu representantes do setor, em razão das dificuldades que atingiram, desde o último

desfavorável à época, esperava-se que o desempenho do varejo fosse bastante inferior ao apurado no período da base comparativa — ano de 2008 —, quando as vendas aumentaram (7,8%).

Vale ressaltar que a taxa apurada em 2009 para o varejo baiano foi superior à registrada para o comércio varejista nacional, que, no mesmo período, expandiu-se (5,9%).

Como os primeiros meses do ano foram marcados pelos impactos da crise econômica internacional na economia brasileira e na baiana, as suposições eram de que tais reflexos se prolongariam por longo período de 2009. Nesse cenário projetado de forte recessão, esperava-se aumento considerável do desemprego e, conseqüentemente, diminuição da massa salarial, o que seria decisivo para ocasionar acentuada desaceleração do nível da atividade varejista. Entretanto, em que pese o fraco



**Indicador do volume de vendas – Bahia
Comércio varejista – 2008/2009**

Fonte: IBGE-PMC.

trimestre de 2008 até os primeiros meses de 2009, os diversos setores da atividade econômica, dentre os quais o comércio varejista. Diante da conjuntura econômica

desempenho do setor no primeiro trimestre do ano (2,6%), tais prognósticos não se confirmaram.

Nesse período, entre os oito ramos de atividade que compõem o indicador do comércio (volume de vendas), os reflexos da crise internacional foram notados com mais intensidade nos ramos de bens duráveis. Por comercializarem produtos de valores elevados, as transações

² Resulta do deflacionamento da receita nominal bruta de revenda, que é o faturamento total bruto das empresas, por índices de preços específicos (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), para cada grupo de atividade e para cada unidade da Federação (PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO, 2010).

comerciais desses bens, geralmente, são a prazo, portanto sustentadas pelo crédito e pelos juros. Destaca-se o ramo de *Móveis e eletrodomésticos*, no qual se observaram, de janeiro a abril de 2009, sucessivos resultados negativos.

Nesses meses, a inadimplência no comércio varejista se elevou. Como consequência, as instituições financeiras se tornaram mais seletivas na concessão de crédito, deixando-o mais escasso e, devido ao aumento dos juros, mais caro. Ademais, os prazos de parcelamento, que, antes da crise, eram bastante longos, tiveram reduções. Já nos últimos meses de 2008, tais fatores também se refletiram nas vendas do segmento de *Veículos, motos, partes e peças*.

Diante disso, visando reduzir os estoques de automóveis novos nas montadoras e manter o emprego na indústria automotiva, em dezembro de 2008, o governo federal adotou as seguintes medidas: liberação de crédito para investimentos nas montadoras e redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas vendas de veículos. Como resultado dessa intervenção, nos meses seguintes, observou-se que a desoneração fiscal conseguiu baixar os preços dos automóveis e impulsionar os negócios do setor.

Ainda, dando continuidade às medidas de estímulo ao consumo, em março de 2009, os incentivos fiscais foram concedidos também à indústria de material de construção e, em abril, a determinados eletrodomésticos, os

produtos da “linha branca”: geladeira, fogão e máquina de lavar roupa.

Apesar do fraco desempenho dos diversos setores da atividade econômica no primeiro trimestre de 2009, no trimestre seguinte, a economia brasileira e a baiana começaram a demonstrar retomada do nível de atividade. A indicação de que a crise econômica internacional vinha sendo atenuada se constatou pelo crescimento de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado da Bahia no segundo trimestre em relação a igual período de 2008. Em 2009, o PIB do estado apresentou expansão de 1,7% em comparação com o ano anterior (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010). Esse resultado foi sustentado principalmente pelo consumo das famílias e evidenciou a melhora consistente da economia do estado. Por sua vez, em 2009, o PIB brasileiro situou-se em um patamar inferior (-0,2%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).³

Em abril, os reflexos de um cenário econômico mais favorável foram notados no comércio varejista. A partir desse mês, os resultados da PMC passaram a indicar melhor dinamismo do varejo baiano. Ao longo de 2009, os ramos fortemente influenciados pelo rendimento da população, como os de bens não duráveis, apresentaram, por vários meses seguidos, as principais contribuições positivas do indicador do varejo. Coube o destaque ao segmento de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, que, após registrar, ao longo de 2008, acentuada desaceleração nas vendas, retomou o nível de atividade em 2009.

Nesse ano, vários fatores alicerçaram o desempenho do comércio varejista do estado da Bahia, dentre os quais os incentivos fiscais concedidos pelo governo federal, as constantes promoções, a expansão do crédito e a

Em março de 2009, os incentivos fiscais foram concedidos também à indústria de material de construção e, em abril, a determinados eletrodomésticos, os produtos da “linha branca”

³ De janeiro a dezembro, o IPCA acumulou acréscimo de 4,31%, situando-se abaixo do centro da meta (4,5%) estabelecida para 2009. Foi a menor taxa apurada pelo IBGE desde 2006, quando esse índice atingiu 3,14%. Segundo dados desse órgão oficial de estatística, os produtos alimentícios, com aumentos de apenas 3,18%, contribuíram, decisivamente, para a desaceleração do IPCA. Em parte, o arrefecimento da inflação foi resultado do cenário desfavorável. No período, verificou-se redução da demanda internacional por alimentos. Além disso, o dólar mais baixo conseguiu impedir maiores aumentos de preços de vários produtos no mercado interno (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Contribuiu para os resultados positivos do comércio baiano o aumento do consumo em consequência da queda da taxa básica anual de juros (Selic), [...] entre janeiro e julho de 2009, passou de 13,75% para 8,75%,

ampliação dos prazos de parcelamento. Também é importante acrescentar o aumento do emprego formal. Em 2009, foram gerados na Bahia 71.170 postos de trabalho com carteira assinada, considerado recorde histórico da série do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (BOLETIM MENSAL DO CAGED, 2009).

Ademais, contribuiu para os resultados positivos do comércio baiano o aumento do consumo em consequência da queda da taxa básica anual de juros (Selic), que, entre janeiro e julho de 2009, passou de 13,75% para 8,75%, encerrando o ano nesse patamar. Na determinação dessa taxa, as autoridades governamentais levam em consideração o índice de inflação, que, em 2009, dado o comportamento favorável, não ameaçou os cortes dos juros, evidenciado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), adotado como parâmetro para se estabelecerem as metas inflacionárias.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS DEZ RAMOS DE ATIVIDADE

Com crescimento de 30,6%, o grupo *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* liderou as vendas em 2009. Desde o início do ano, a pesquisa vinha constatando as mais expressivas taxas de acréscimo nos negócios desse segmento. No contexto varejista, diversas lojas o integram, as quais comercializam uma variedade de

artigos, a exemplo de joias, material ótico e fotográfico, artigos desportivos, brinquedos etc. Ressalte-se que, nos períodos de sazonalidade, tradicionalmente, a venda desses produtos se expande, razão pela qual esperava-se em dezembro resultado significativo. Entretanto, nesse mês observou-se a variação de menor expressividade (12,8%) registrada pelo ramo de atividade em 2009.

O segmento *Livros, jornais, revistas e papelaria* apresentou, em 2008, expansão de 23,6%. Em 2009, observou-se crescimento inferior (15,8%). Influenciaram esse resultado as condições mais favoráveis de emprego e de renda dos consumidores e o aumento das vendas de artigos de papelaria e de materiais escolares, essencialmente no início do período letivo, cujas taxas atingiram, em janeiro, 53,7%, e, em fevereiro, 34,6%. Apesar de, nos meses de agosto a outubro, o segmento apresentar taxas negativas, nos últimos meses do ano as variações foram expressivas: em novembro, 49,5%, e, em dezembro, 22,9%.

As vendas de *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* expandiram-se (9,6%). A estabilização dos preços dos medicamentos e a concorrência com os "genéricos" conseguiram impulsioná-las. A grande variedade desses medicamentos encontrada nas farmácias permitiu à população, notadamente a de menor poder aquisitivo, adquiri-los, já que esses remédios apresentam preços mais baixos se comparados aos originais. Acrescente-se a esses fatores o aumento da demanda por produtos de higiene, de beleza, cosméticos etc., comercializados pelo subgrupo de perfumaria, em razão de integrar o ramo de atividade lojas nas quais se encontram uma diversidade de produtos.

Com expansão de 8,5%, o segmento *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* foi o que mais contribuiu para o resultado satisfatório do comércio baiano em 2009. Dentre os oito ramos de atividade que compõem o volume de vendas, ele exerce destacada influência. A explicação para isso reside no fato de ser o mais representativo do varejo, respondendo por mais de 50% da formação da taxa que mede o comportamento do setor, cujas vendas são determinadas pelo poder de compra da população, já que comercializa predominantemente alimentos. No contexto das redes que o integram, destacam-se as lojas da Cesta do

Povo, as quais estão instaladas na quase totalidade dos municípios baianos. Como as receitas dessas lojas são provenientes das vendas de produtos básicos, elas se direcionam a atender, prioritariamente, os consumidores de baixa renda.

Em uma demonstração de que a conjuntura adversa não atingiu o segmento supermercadista, nos primeiros meses de 2009, o seu desempenho foi muito superior ao do período da base comparativa. A estabilidade ou queda dos preços dos alimentos, a melhoria do rendimento da população, essencialmente da camada de menor poder aquisitivo, devido à política de recuperação do salário mínimo, e a ampliação dos programas de transferência de renda do governo federal permitiram a elevação do consumo desses produtos.

No subgrupo *Hipermercados e supermercados* constatou-se expansão de 7,2%, o que se atribui à diversidade de produtos comercializados por esses estabelecimentos, ao funcionamento ininterrupto de algumas dessas lojas e às constantes campanhas de *marketing* empreendidas pelas grandes redes varejistas. Diante da acirrada concorrência, as promoções têm representado uma prática inevitável para dinamizar o comércio, tanto nesse como nos demais segmentos.

Em 2009, as vendas de *Tecidos, vestuário e calçados* revelaram crescimento de 2,2%. Após vários meses seguidos apresentando variações negativas, no último trimestre do ano o segmento registrou os melhores resultados. A explicação para esse comportamento se dá pelo fato de esse ramo comercializar artigos de menor preço unitário. Desta forma, a melhoria de rendimento da população constitui um dos fatores para impulsionar as vendas do segmento. Apesar da recuperação gradativa da renda dos consumidores, essa taxa foi pouco expressiva, creditada, em parte, à alta dos preços desses artigos, como demonstrou a variação acumulada pelo IPCA no ano (6,4%).

Já o segmento *Combustíveis e lubrificantes* registrou expansão de apenas 1,2%. Dentre os ramos que compõem o volume de vendas, ele apresenta peso significativo: cerca de 20,0%. Por isso, os seus resultados têm grande impacto na formação da taxa que mede o

comportamento do comércio varejista. Embora a variação acumulada em 2009 tenha sido modesta, pode-se afirmar que o aumento do consumo se deu em decorrência da expansão da frota de veículos em circulação no estado, motivada pelas maiores facilidades para se adquirir automóveis. Por outro lado, vale ressaltar que, ao longo do ano, determinados combustíveis apresentaram quedas nos preços, enquanto que o álcool teve aumento (6,23%), conforme evidenciou o Índice de Preços ao Consumidor (2010), calculado pela SEI.

No que se refere às contribuições negativas, os dados da PMC indicaram acentuada queda (18,3%) nas vendas de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*. Dentre as demais atividades, o grupo apresenta peso variando em torno de 2,0% da taxa global do varejo. Entre os produtos comercializados, incluem-se aparelhos de telefones celulares.

Uma vez que a pesquisa se restringe apenas aos estabelecimentos do ramo específico de equipamentos de informática e comunicação, a concorrência enfrentada pelo segmento com as lojas de móveis e eletrodomésticos e os hipermercados e supermercados, que também comercializam tais produtos, foi preponderante para se atingir tal resultado. Em 2009, a PMC apurou variações positivas neste segmento apenas em setembro (2,4%) e em dezembro (38,4%). A queda de preços desses produtos, os incentivos do governo federal, isentando as empresas do ramo de determinados impostos, e as

**Ao longo do ano,
determinados combustíveis
apresentaram quedas nos
preços, enquanto que o álcool
teve aumento (6,23%),
conforme evidenciou o Índice
de Preços ao Consumidor
(2010), calculado pela SEI**

condições facilitadas de pagamento em prazos mais longos contribuíram para essas taxas.

No ramo de *Móveis e eletrodomésticos*, o incremento nas vendas (5,6%) foi o de menor expressividade desde 2004. Os impactos da crise econômica mundial que atingiram os segmentos de bens duráveis justificaram tal desempenho. De janeiro a abril de 2009, o segmento apresentou variações negativas. A partir de maio, os dados indicaram recuperação do ritmo dos negócios no ramo varejista. Como exemplo, em dezembro, a variação atingiu 21,1%. Além de ser a mais representativa apurada no ano, confirmou as expectativas dos lojistas de que, nesse mês, as vendas se concentrariam em bens de maior valor. Os juros mais baixos, o aumento do crédito, a elasticidade dos prazos de parcelamento, a redução do IPI para determinados eletrodomésticos e a reação favorável do mercado de trabalho aumentaram a confiança dos consumidores na estabilidade econômica do país e os estimularam a assumir novos compromissos.

Ainda no segmento de bens duráveis, os resultados favoráveis obtidos ao longo do ano possibilitaram ao ramo de *Veículos, motos, partes e peças*⁴ contabilizar acréscimo de 10,0%. Trata-se da comercialização de bens de alto valor unitário, os quais têm nos juros e no crédito direto ao consumidor os instrumentos essenciais de expansão das vendas. A conjuntura econômica favorável, refletindo-se na ampliação do crédito e dos prazos de financiamento, possibilitou o aumento das vendas desses bens. Ademais, as medidas adotadas pelo governo federal para amenizar os efeitos da crise econômica no setor automotivo, somadas às reduções dos juros, conseguiram motivar os consumidores. A princípio, os incentivos fiscais estavam previstos para expirar em 31 de março de 2009, mas, ao término dessa data, o governo os prorrogou por mais alguns meses. Em setembro, impulsionadas pelo acirramento da concorrência entre as revendedoras, intensificando as campanhas promocionais, e pela desoneração fiscal, as vendas tiveram o melhor resultado do ano (25,7%). Em outubro, mais uma vez, o IPI foi prorrogado, embora

As medidas adotadas pelo governo federal para amenizar os efeitos da crise econômica no setor automotivo, somadas às reduções dos juros, conseguiram motivar os consumidores

com a cobrança gradual, e, em 31 de março de 2010, expirou-se em definitivo.

No último segmento, *Material de construção*, observou-se variação de -3,2%. Os incentivos fiscais concedidos pelo governo federal, deixando mais baratos alguns produtos da indústria da construção civil, e os prazos mais longos não conseguiram reverter o desaquecimento das vendas. Os dados demonstraram que, de janeiro a setembro, o ramo registrou variações negativas, embora os resultados do último trimestre tenham sido positivos. Nesse período, a taxa mais expressiva se observou em novembro (10,4%). O aumento da demanda em razão do fim do ano, período em que, geralmente, se intensificam as reformas, explica tal desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados da PMC, conclui-se que a crise econômica internacional atingiu, nos primeiros meses de 2009, o comércio varejista baiano. Nesse período, de um modo geral, os segmentos dependentes do crédito sentiram os impactos do agravamento dessa crise. Ao contrário, nos ramos de atividade influenciados pelo rendimento da população, observaram-se, ao longo do ano, os melhores desempenhos.

Comparando-se o resultado do comércio baiano em 2009 com os apurados desde 2004, ano em que o varejo

⁴ A despeito de os ramos de *Veículos, motos, partes e peças* e de *Material de construção* não integrarem o volume de vendas, a pesquisa os investiga, dada a importância deles no comércio.

começou a apresentar desempenhos positivos, constata-se desaceleração do crescimento do setor. Apesar disso, a taxa registrada em 2009 (7,0%) pode ser considerada significativa, o que se atribui principalmente ao aumento das vendas a partir do segundo trimestre, período em que a economia brasileira iniciou o processo de retomada do nível de atividade.

Nesse sentido, com a conjuntura econômica bem mais favorável, as expectativas para 2010 são de que o crescimento do comércio baiano deverá situar-se em um patamar superior ao registrado em 2009. Serão determinantes para sustentar tal desempenho a continuidade da expansão do crédito, o alongamento dos prazos de parcelamento, a melhoria de rendimentos dos consumidores, essencialmente daqueles de menor poder aquisitivo, a exemplo do reajuste do salário mínimo em janeiro, e, principalmente, a dinamização do mercado de trabalho, com aumento do emprego no estado. A esses fatores deve-se acrescentar que a realização da Copa do Mundo vem contribuindo para impulsionar as vendas em determinados segmentos do varejo, como o de eletroeletrônicos.

Os expressivos resultados apurados nos três primeiros meses de 2010 permitiram ao varejo baiano acumular, nesse período, crescimento de 15,0%. Essa taxa, além de constituir-se na de maior expressividade registrada pelo setor desde janeiro de 2001, quando teve início a série histórica da PMC, reforça os prognósticos de desempenho expressivo do comércio ao longo deste ano. Entretanto, deve-se levar em consideração que esse resultado sofreu influência da base comparativa — primeiro trimestre de 2009 —, período marcado pelos reflexos negativos da crise econômica internacional, quando o varejo acumulou crescimento de apenas 2,6%.

De acordo com os dados apurados pela PMC no primeiro trimestre de 2010, comparados com os de igual período de 2009, os oito ramos de atividade que compõem o indicador do varejo (volume de vendas) registraram variações positivas. Os principais destaques nas vendas couberam aos ramos de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, Móveis e eletrodomésticos e Tecidos, vestuário e calçados*. Importa destacar que, nos três primeiros meses

de 2009, esses segmentos apresentaram acentuadas variações negativas.

Mas a pesquisa revelou que, no primeiro trimestre de 2010, a principal contribuição positiva na taxa que mede o comportamento do comércio veio do ramo de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*. Embora, nos meses de janeiro a março, esse segmento não tenha apresentado a principal taxa de expansão nas vendas, o seu desempenho, nesse período, foi bastante significativo. Por isso, como ocorreu ao longo de 2009, esse ramo de atividade permaneceu se destacando como o principal responsável pelo aumento do comércio baiano no início de 2010. Tal comportamento se explica pelo fato de, na estrutura varejista, o grupo apresentar, dentre os demais, o maior peso.

Cabe ressaltar que, em 2009 e até 31 de março de 2010, os incentivos fiscais concedidos pelo governo federal contribuíram, decisivamente, para dinamizar a demanda de determinados segmentos da indústria, principalmente da automotiva, cujas vendas expandiram-se consideravelmente nos primeiros meses de 2010, notadamente em março, último mês em que vigoraram as reduções tributárias. Ao não mais prorrogar tais incentivos, as justificativas das autoridades governamentais se fundamentaram no fato de que tal medida se tornou desnecessária, uma vez que os segmentos que foram beneficiados poderão, nos próximos meses, ter as vendas impulsionadas em razão do cenário econômico favorável.

Por sua vez, motivadas pela redução da carga tributária, ainda em vigor, incidente sobre determinados produtos da construção civil, as vendas do segmento *Material de construção* acumularam, nos três primeiros meses de 2010, a taxa de maior relevância desde janeiro de 2005, quando o IBGE passou a divulgar dados para esse ramo varejista. No primeiro trimestre de 2009, esse segmento acumulou acentuada retração nas vendas.

Por outro lado, diante do aquecimento do consumo, o principal indicador que deverá ser atentamente observado pelas autoridades governamentais será o índice oficial de inflação. O receio é que a economia brasileira venha a crescer neste ano em um ritmo acelerado, provocando considerável expansão da demanda. Desta forma, se as

empresas não forem capazes de produzir o suficiente para atendê-la, haverá aumentos de preços e, consequentemente, comprometimento da meta inflacionária (4,5%) determinada para 2010. De janeiro a março, o IPCA acumulou acréscimo de 2,06%. Com esse resultado, as previsões são de que esse indicador deverá encerrar o ano acima do centro da meta, mas, provavelmente, dentro da margem de tolerância de 2,0 pontos percentuais acima.

Nesse contexto, visando conter pressões inflacionárias, no fim de abril de 2010, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu elevar de 8,75% para 9,50% a taxa básica anual de juros (Selic). As projeções do mercado financeiro são de que o esperado crescimento da economia deverá continuar pressionando a inflação e, certamente, levará o Banco Central a dar continuidade, no decorrer deste ano, aos aumentos da taxa juros.

Porém, na avaliação de analistas econômicos, tal política monetária não deverá afetar o desempenho do comércio varejista em 2010, já que as condições macroeconômicas que o país atravessa se refletirão na continuidade do aumento do emprego e da renda dos consumidores. Além disso, os prazos de financiamento permanecem bastante alongados. Para a população, principalmente a de menor poder aquisitivo, que representa parcela expressiva do mercado consumidor, os prazos mais longos incentivam a assumir novos compromissos. Ademais, a acirrada concorrência entre as grandes redes varejistas, seguramente, se constituirá em importante estímulo às promoções, concorrendo para dinamizar as vendas do comércio baiano.

REFERÊNCIAS

- BOLETIM MENSAL DO CAGED. Salvador: SEI, dez. 2009. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rele_CAGED_dez09.pdf. Acesso em: 19 mar. 2010.
- ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR. Salvador: SEI, jan. 2010. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ipc/rele_IPC_jan10.pdf. Acesso em: 19 mar. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Índice de Preços ao Consumidor Amplo*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/default.shtm>>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- _____. *Contas nacionais trimestrais*: indicadores de volume e valores correntes - outubro/dezembro 2009. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaulttabelas.shtm>>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm>>. Acesso em: 19 mar.
- PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/srmpmc.pdf>>. (Acesso em: 8 mar.2010).
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. PIB apresenta grande expansão no quarto trimestre e economia baiana tem crescimento de 1,7% em 2009. Salvador: SEI, [2010]. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=139&Itemid=210>. Acesso em: 14 maio 2010.

Política cambial e desenvolvimento econômico: o desafio brasileiro

Carlos Eduardo Iwai Drumond*
Cleiton Silva de Jesus**

Na literatura tradicional sobre crescimento econômico, a taxa real de câmbio não exerce nenhum papel, tanto na literatura mais analítica, derivada do modelo de Solow, quanto naquela com um viés mais histórico-político, proveniente da análise de Rostow (EICHENGREEN, 2008). Não obstante, alguns elementos teóricos alternativos têm apontado a ligação entre política cambial e o desenvolvimento das estruturas produtivas.

Tendo em vista a recente conjuntura de apreciação da moeda brasileira vis-à-vis as demais moedas de parceiros comerciais, começa-se a discutir com mais intensidade os efeitos macroeconômicos de tal valorização no desempenho da economia não apenas no curto prazo.

Nesse sentido, o presente artigo pretende apresentar alguns argumentos que corroboram a importância da variável câmbio no crescimento econômico, salientando o fato de que um possível “desalinhamento cambial” no Brasil pode ter efeitos macroeconômicos perversos, o que se configura como um importante desafio para os formuladores de política.

* Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); graduado em Economia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). carloseduardo.drumond@gmail.com

** Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); graduado em Economia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). claytonhanzo@hotmail.com





O texto é dividido em duas seções, além desta breve introdução e das considerações finais. Na segunda seção, discute-se a relação entre câmbio e crescimento econômico no âmbito mais geral. Na terceira seção, o foco da análise passa a ser o caso brasileiro em período recente, chamando a atenção para a possível armadilha que envolve o câmbio excessivamente valorizado. Como de praxe, as considerações finais encerram o texto.

A POLÍTICA CAMBIAL COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Em termos de política econômica, dificilmente se pode falar em consenso, e não é diferente em relação ao papel da política cambial no processo de desenvolvimento econômico. No que diz respeito ao ramo mais tradicional da ciência econômica, é evidente que não há espaço para nenhuma política de administração da demanda agregada no longo prazo. A ideia central é que, no longo prazo, as economias tendem a convergir para uma taxa natural de crescimento compatível com pleno emprego. Sendo assim, o que se poderia fazer de melhor seria promover um ambiente de estabilidade de preços e regras institucionais favoráveis à atuação da iniciativa privada. Por outro lado, existe um grupo de economistas insatisfeitos com a noção de longo prazo citada acima, considerando as escolhas de política econômica tomadas no presente (inclusive as políticas de administração da demanda agregada) como determinantes das diferentes trajetórias possíveis para o desenvolvimento das economias. Mais recentemente, o câmbio tem ocupado um grande espaço na agenda de pesquisa de alguns destes pesquisadores.

A maioria dos economistas contemporâneos assume pleno emprego em suas análises. Estes modelos, que não incluem a possibilidade de desemprego, tendem a negligenciar a restrição no balanço de pagamento e o papel do câmbio real. Discordamos deste posicionamento. Muitas economias em desenvolvimento apresentam um nível significativo de desemprego e uma recente literatura empírica tem sugerido que a taxa de câmbio real pode ter uma importante influência nas trajetórias de longo prazo das economias (RAZMI; RAPETTI; SKOTT, 2009, p. 3, tradução nossa).

Numa conjuntura extremamente favorável de crescimento da renda do resto do mundo, os efeitos negativos da apreciação cambial seriam atenuados. [...] numa economia com baixo nível de poupança, os déficits em conta corrente são resultados naturais da necessidade de financiamento externo

Os efeitos de curto prazo das taxas de câmbio real sobre a competitividade das exportações são bastante conhecidos. Um modelo simples de demanda agregada, em que valham as condições de Marshall-Lerner, mostrará de modo conciso que uma apreciação cambial tenderá a tornar os preços dos produtos exportáveis menos atraentes no mercado internacional, o que causaria efeitos negativos sobre a conta corrente do balanço de pagamentos. Evidentemente, numa conjuntura extremamente favorável de crescimento da renda do resto do mundo, os efeitos negativos da apreciação cambial seriam atenuados. Além disso, alguns argumentarão, numa economia com baixo nível de poupança, os déficits em conta corrente são resultados naturais da necessidade de financiamento externo.

De fato, é preciso romper a barreira da análise de curto prazo e compreender que os efeitos negativos da apreciação cambial possivelmente possuem reflexos que extrapolam o curto período e que o financiamento com poupança externa não parece ser uma saída plausível de desenvolvimento. Em um cenário em que a poupança externa não se efetiva como investimento produtivo, os déficits em conta corrente tendem a se transformar em barreiras para o crescimento. Como apontam Bresser-Pereira e Nakano (2003), uma das condições necessárias para a “macroestabilidade” é que exista uma taxa de

câmbio “realista” que assegure superávits na conta corrente suficientes para garantir o equilíbrio intertemporal do balanço de pagamentos.

Além disso, um câmbio relativamente valorizado (desalinhado) pode ter efeitos negativos duradouros sobre o setor produtivo, implicando desestímulo para o processo de acumulação de capital. Desta forma, uma política cambial ativa poderia ser usada como parte da estratégia de crescimento. Um câmbio real favorável ao setor produtivo poderia, inclusive, ter efeitos benéficos em termos de inovação e tecnologia, dado os impactos do setor exportador para a economia como um todo.

A princípio, este pode parecer um debate essencialmente teórico. Não obstante a história econômica geralmente reserva boas lições de política que não devem ser esquecidas. Concretamente, a taxa de câmbio já foi utilizada (e ainda é) como ferramenta deliberada de política econômica com vistas ao longo prazo. Gala (2007) descreve com detalhes duas estratégias opostas de política cambial na segunda metade do século XX. De um lado, a estratégia latino-americana, e do outro, a asiática.

Na América Latina, verifica-se no período um viés de forte apreciação cambial. A tendência de apreciação cambial latino-americana tem relação com três fatos importantes: a estratégia de substituição das exportações, o combate à inflação via ancora cambial e o populismo cambial. O primeiro fato teve seu papel histórico. Contudo, ao passo que as plantas industriais destes países se solidificam, a justificativa para apreciação cambial deixa de ser válida. No caso do combate à inflação, estratégias nem sempre muito coordenadas levaram países como a Argentina a crises intensas no balanço de pagamentos. Quanto ao populismo cambial, são patentes suas fragilidades estruturais.

No caso asiático, a política cambial ativa teve um papel fundamental na estratégia *export-led-growth* adotada por muitos países da região. A utilização de taxas de câmbio deliberadamente desvalorizadas teve efeitos dinâmicos sobre os setores exportadores, que, combinados com ações pró-inovação, catapultaram essas economias para trajetórias de crescimento marcadas pelo incremento da produtividade e pelo acréscimo de valor agregado em seus produtos exportáveis.

É preciso refletir sobre a estratégia asiática como um sinal da efetiva importância do câmbio real no processo de crescimento econômico. Em parte, essa reflexão ganha aderência à realidade quando se observa que a economia chinesa vem, nos últimos anos, adotando uma política semelhante e tendo sucesso.

A estratégia chinesa, que segue os passos da Coreia do Sul e do Japão, de manter um câmbio permanentemente desvalorizado, tem levado a um crescimento sustentado de seu estoque de capital e produto. Um câmbio competitivo estimula exportações, promove investimento e, portanto, favorece a acumulação de um estoque de bens de capital de alto padrão voltado para a produção de bens comercializáveis (GALA, 2007, p. 77).

O DESAFIO BRASILEIRO

A economia brasileira vive um período de certo estado de graça. As expectativas de crescimento para 2010 são positivas e há uma grande confiança no sucesso dos projetos ligados ao pré-sal, além dos frutos que se espera colher da realização de dois grandes eventos esportivos nesta década. De qualquer modo, não se pode esquecer que, após um longo ciclo de crescimento per capita (4,5% a.a. entre 1950-1980), as estratégias de política econômica adotadas no pós-década de 90 conduziram a economia brasileira para um regime de crescimento do tipo *stop and go* que ainda reverbera nas memórias mais atentas.

A política cambial ativa teve um papel fundamental na estratégia *export-led-growth* adotada por muitos países da região. A utilização de taxas de câmbio deliberadamente desvalorizadas teve efeitos dinâmicos sobre os setores exportadores

A nova onda de apreciação cambial vivida pelo Brasil pode representar um grande entrave para um projeto de crescimento sustentável de longo prazo. Bresser-Pereira e Nakano (2002, 2003), por exemplo, argumentam haver no país uma espécie de “armadilha juros-câmbio”. Com juros altos e câmbio recorrentemente apreciado, os estímulos aos investimentos são reduzidos, e a acumulação de capital, necessária para se alcançar as taxas de crescimento do produto desejadas, é interrompida.

Nos últimos tempos, a taxa básica de juros (Selic) tem tido um viés de baixa, alcançando o seu nível mais baixo já registrado. De certo modo, isso poderia colocar em xeque a ideia de uma armadilha de juros. Ainda assim, a taxa de juros está longe de ter se tornado um ponto resolvido, e a política monetária ainda é vista por muitos críticos como um freio de mão sempre pronto a ser puxado pela autoridade monetária em momentos de crescimento. De toda sorte, a existência de um “desalinhamento cambial” no Brasil se coloca como um desafio gritante, o que logicamente não pode ser pensado de forma isolada da política monetária.

Seguindo a hipótese Bresser/Nakano (2002), Oreiro e outros (2008) mostraram a existência de um “desalinhamento cambial” significativo na economia brasileira a partir do segundo trimestre de 2005. De fato, as evidências apontadas por estes autores mostram que o referido “desalinhamento” é caracterizado pela sobrevalorização cambial, o que tem causado um impacto negativo sobre o crescimento econômico no Brasil em período recente.

Apreciação cambial [...] pode representar um grande entrave para um projeto de crescimento sustentável de longo prazo. [...] recorrentemente apreciado, os estímulos aos investimentos são reduzidos, e a acumulação de capital, [...] interrompida

As evidências empíricas [...] indicam que as exportações de bens baseados em recursos naturais passaram de 40% para 50% no período que vai de janeiro de 1996 a fevereiro de 2008

Vários são os pesquisadores que têm chamado a atenção para a problemática do câmbio no Brasil, sendo unâni- mes em concordar que, sem uma política cambial que impulse as exportações, sobretudo aquelas intensivas em tecnologia, a restrição externa se constituirá num entrave ao crescimento da economia brasileira. Pode-se argumentar, então, que políticas que tenham em vista uma meta implícita de câmbio podem ser estrategica- mente interessantes, de tal modo que o desalinhamento existente venha a ser atenuado.

Existem algumas explicações para o recente ciclo de valo- rização da moeda brasileira, que passou, por exemplo, de R\$ 2,85 por dólar, no início de 2004, para R\$ 1,79, em março de 2010. Algumas dessas explicações são as seguintes: a entrada de recursos por meio das transações correntes, a melhora de indicadores macroeconômicos, favorecendo a entrada de investimento direto estrangeiro, e o patamar da taxa de juros doméstica (CURADO; NAKABASHI, 2007). De fato, a balança comercial brasileira obteve um superávit acumulado de US\$ 25.013 milhões de março de 2009 a março de 2010, a conta de capital e financeira do balanço de pagamentos apresentou um superávit médio de US\$ 51.321,84 milhões de 2006 a 2009 e a taxa de juros mensal (anualizada) durante o período de janeiro de 2006 a março de 2010 foi de 12,12% em média.

Uma questão relevante é saber como essa tendência de apreciação pode afetar a economia brasileira por um perí- odo de tempo mais longo. Assim, as evidências empíricas apontadas por Nakabashi, Cruz e Scatolin (2008) indicam

que as exportações de bens baseados em recursos naturais passaram de 40% para 50% no período que vai de janeiro de 1996 a fevereiro de 2008. Esse dado mostra que o país ficou mais dependente das exportações de bens baseados em recursos naturais, o que pode ser prejudicial para a economia, já que a perda de participação do setor industrial no produto, segundo estes autores, traz efeitos maléficos para a economia como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos utilizados neste texto não sugerem que uma política cambial ativa seja uma panaceia, muito pelo contrário, a estratégia de política econômica adequada às especificidades brasileiras deve levar em consideração, além do câmbio, outras variáveis relevantes, tais como a coordenação entre a política fiscal e a monetária, dependendo, é claro, do estágio do ciclo dos negócios em que a economia se encontra. Um ambiente institucional propício para políticas discricionárias é algo que deve ser levado em consideração pelas autoridades políticas, mesmo quando se tem em vista a manutenção da estabilidade inflacionária, como é o caso do regime de metas de inflação adotado desde 1999. A ideia central é que estabilidade inflacionária e estabilidade macroeconômica não devem ser tratadas como sinônimos. Portanto, em vez de um conjunto de regras rígidas, para que a economia brasileira alcance trajetórias de crescimento mais robustas, é preciso um *mix* de políticas sensatas, que inclua, neste momento, a variável câmbio.

REFERÊNCIAS

- BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade. *Revista de Economia Política* [Brazilian Journal of Political Economy], São Paulo, v. 21, n. 2, p. 146-177, jul. 2002.
- _____. Crescimento econômico com poupança externa? *Revista de Economia Política* [Brazilian Journal of Political Economy], São Paulo, v. 23, n. 2, p. 3-27, abr./jun. 2003.
- CURADO, M.; NAKABASHI, L. Alternativas para contenção do processo de valorização da taxa de câmbio brasileira. *Economia & Tecnologia*, Curitiba, v. 3, n. 9, p.29-43, abr./jun. 2007.
- EICHENGREEN, B. The Real Exchange Rate and Economic Growth, Commission on Growth and Development, *Working Paper*, The World Bank, Washington DC, n. 4, p. 1-35, 2008.
- GALA, Paulo. Dois padrões de política cambial: América Latina e Sudeste Asiático. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 65-91, abr. 2007.
- NAKABASHI, L.; CRUZ, M. J. V.; SCATOLIN, F. Efeitos do câmbio e juros sobre as exportações da indústria brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 433-461, set./dez. 2008.
- OREIRO, J. L. et al. Restrições macroeconômicas ao crescimento da economia brasileira num contexto de perfect storm: diagnósticos e algumas proposições de política, In: FÓRUM DE ECONOMIA DE SÃO PAULO, 5., 2008, São Paulo. *Trabalhos Apresentados...* São Paulo: FGV/EESP, 2008.
- RAZMI, A.; RAPETTI, M.; SKOTT, P. The Real Exchange Rate as an Instrument of Development Policy. *Working Paper*, University of Massachusetts Amherst, University of Massachusetts – Amherst, n. 7, p. 1-44, 2009.

Bahia mantém trajetória de crescimento e expande 9,5% no primeiro trimestre

Denis Veloso da Silva*
João Paulo Caetano Santos**

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia registrou expansão de 9,5% no nível da atividade econômica no primeiro trimestre de 2010 em comparação a igual período do ano anterior. O resultado reflete o bom momento pelo qual passa a economia baiana e brasileira, as quais mostram sinais de recuperação da crise econômica de 2008. No que concerne à economia brasileira, a taxa de expansão também foi bastante significativa, alcançando 9,0% no mesmo período.

O expressivo crescimento do PIB trimestral baiano foi resultado da expansão dos três setores da atividade econômica — agropecuária, indústria e serviços. Na sequência, é apresentada a dinâmica desses setores e a contribuição de cada um para a formação da taxa geral. A Tabela 1 exibe a taxa de crescimento do PIB trimestral e de cada um de seus principais componentes.

* Graduado em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); assessor técnico da equipe de Contas Regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). denisveloso@gmail.com

** Mestrando e graduado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). joaopcs@gmail.com





Tabela 1
Taxa de crescimento setorial do PIB com base no modelo de estimação trimestral
Bahia – 1º tri/2010

Atividades	Variação no primeiro trimestre do ano em comparação a igual período do ano anterior (%)	Variação nos últimos 12 meses em relação a igual período do ano anterior (%)
Agropecuária	14,6	-3,1
Indústria	13,4	3,5
Ind. transformação	14,0	1,6
Construção civil	15,0	10,1
Serviços	7,7	5,4
Comércio	15,0	9,3
PIB	9,5	4,1

Fonte: SEI/Coref.

SAFRA RECORDE GARANTE EXPANSÃO DE 14,6% NA AGROPECUÁRIA

Dentre os três setores de atividade econômica, o agropecuário foi o que apresentou a maior taxa de expansão (14,6%). Dentro da agropecuária, cabe destacar a dinâmica da agricultura baiana. No primeiro trimestre de 2010, as estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) indicaram que os grãos registraram crescimento de 13,8%, totalizando 6,8 milhões de toneladas. Dentre os grãos, destaca-se o crescimento na produção de feijão (23,9%), soja (20,6%) e algodão (8,9%). Ainda com relação aos grãos, cabe ressaltar que, nesse mesmo período, esses produtos registraram variação positiva na produtividade (8,1%, 12,9% e 15,0%, respectivamente). O Gráfico 1 resume a dinâmica baiana da produção de grãos.

Ainda no setor agrícola, há de se destacar a expansão na produção de cana-de-açúcar (9,6%) e café (1,5%). Por outro lado, as culturas de mandioca (-3,2%) e cacau (-1,0%) tiveram desempenho negativo no mesmo período.

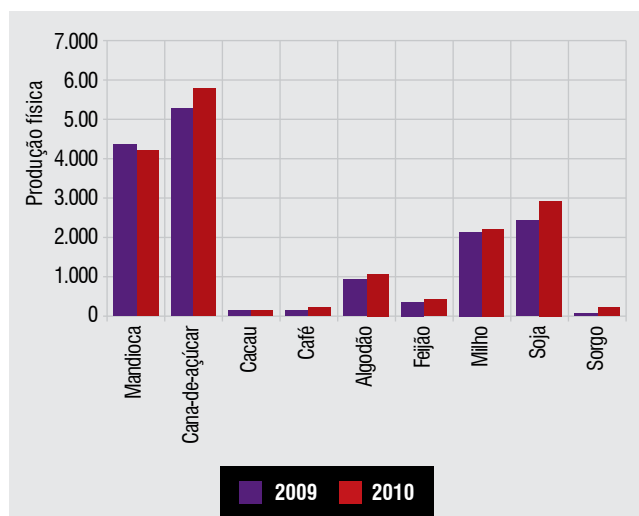


Gráfico 1
Estimativas de produção física dos principais produtos agrícolas – 2009/2010

Fonte: IBGE–LSPA.

SETOR INDUSTRIAL RECUPERA-SE E CRESCE 13,4%

O aquecimento em maior magnitude da demanda interna e em menor da demanda externa propiciou ao segmento industrial¹ a recuperação do seu nível de atividade, atingindo, no primeiro trimestre de 2010, níveis superiores aos registrados antes da crise econômica. Cabe destacar ainda que o desempenho positivo do segmento industrial se pautou também nas medidas de política fiscal expansionista adotadas pelo governo ao longo de 2009 e que se mantiveram até o período recente.

No que concerne à produção industrial, os dados da Pesquisa Industrial Mensal (2010) apontam que a indústria de transformação registrou expansão de 13,9% na comparação com o mesmo trimestre de 2009, acumulando, nos últimos quatro trimestres, expansão de 1,6%.

À exceção dos segmentos de *Borracha e plástico* e *Veículos automotores*, os quais tiveram retração de 3,1% e 1,9%, respectivamente, todos os demais aumentaram

¹ O segmento industrial corresponde ao grupamento formado pela indústria de transformação, indústria extrativa mineral, indústria da construção civil e os serviços industriais de utilidade pública.

A indústria de transformação registrou expansão de 13,9% na comparação com o mesmo trimestre de 2009, acumulando, nos últimos quatro trimestres, expansão de 1,6%

o nível de produção. Dentre os segmentos que cresceram no trimestre, o principal impacto positivo veio de *Refino de petróleo e produção de álcool*, com expansão de 13,6%, destacando-se a produção de nafta e óleo diesel (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2010). Cabe ainda mencionar o crescimento nos segmentos de *Produtos químicos* (21,0%) e *Metalurgia básica* (41,9%). Já a indústria extrativa, após ter passado por um período de quedas contínuas em 2009, cresceu 4,4% no primeiro trimestre de 2010.

A despeito da forte expansão verificada no nível produtivo, o mesmo não foi observado no que concerne ao mercado de trabalho. Conforme os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (2010), o nível de pessoal ocupado na indústria de transformação registrou aumento bem mais modesto (4,3%). As maiores expansões foram observadas nos segmentos de *Fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (26,0%), *Calçados e couro* (18,7%) e *Madeira* (15,5%).

A *Construção civil* não só manteve o ritmo de expansão pelo qual tem se caracterizado nos últimos anos, como também foi, individualmente, o segmento industrial que registrou a maior taxa de expansão no primeiro trimestre (15,0%). Com esse resultado, a indústria da construção civil acumula crescimento de 10,1% nos últimos 12 meses. Esse expressivo crescimento está associado aos inúmeros empreendimentos imobiliários privados, bem como às obras de infraestrutura urbana realizadas pelo poder público.

CRESCIMENTO DO SETOR DE SERVIÇOS FOI DE 7,7%

O setor de serviços determina, em grande medida, a dinâmica da atividade econômica como um todo, visto que responde por aproximadamente 63% da economia baiana. Dessa forma, o crescimento de 9,5% do PIB baiano no primeiro trimestre foi, em muito, determinado pela expansão de 7,7% ocorrida nos serviços.

A taxa de crescimento desse setor torna-se ainda mais relevante se considerarmos que durante a crise econômica e no decorrer do ano de 2009 essa atividade ostentou taxas de crescimento positivas, o que por si só determina uma base de comparação bastante considerável.

Considerando-se os segmentos da atividade, destaca-se a expansão no setor de transportes (15,8%), o qual se associa à própria dinâmica da atividade econômica. Na medida em que se tem uma economia em processo de expansão, há de se esperar que ocorra maior demanda dos meios de transportes, responsáveis pelos fluxos de mercadorias e de pessoas de uma região para outra. Nesse sentido, a Bahia se insere nessa dinâmica na medida em que o crescimento da economia nacional influi no aumento da demanda por produtos intermediários, os quais respondem por grande parte da produção industrial baiana. Além disso, considera-se também o fluxo de mercadorias da Bahia com o resto do mundo, também potencializado pela retomada do crescimento econômico nas principais economias globais.

O setor de serviços determina, [...] a dinâmica da atividade econômica como um todo, [...] o crescimento de 9,5% do PIB baiano no primeiro trimestre foi, [...] determinado pela expansão de 7,7% ocorrida nos serviços

A atividade comercial, dada a sua característica de intermediária entre o processo de produção e o consumo final, emerge como um termômetro natural da atividade econômica como um todo. Nesse sentido, os dados relativos às vendas do comércio varejista evidenciam o momento de crescimento econômico pelo qual passa a Bahia.

No que concerne às vendas do comércio varejista baiano, elas têm-se mantido em contínua expansão desde o início de 2004, sendo que a taxa do primeiro trimestre de 2010 (15,0%) foi a maior de toda a série.

Na Tabela 2, são exibidas as informações relativas às vendas do comércio varejista no primeiro trimestre de 2010, segundo os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (2010). Nela, pode-se observar que os segmentos que registraram as maiores variações foram os de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (37,3%) e *Móveis e eletrodomésticos* (31,4%). Destaque também para o crescimento no setor de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumos* (13,5%). Na medida em que esta atividade sofre os impactos

Tabela 2
Indicadores de desempenho do comércio varejista baiano segundo grupos de atividades
Jan.-mar. 2010

Atividades	Acumulado no ano de 2010 (1) Volume de vendas (2)
Comércio varejista (3)	15,0
1 - Combustíveis e lubrificantes	6,2
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	13,5
2.1 - Hipermercados e supermercados	13,6
3 - Tecidos, vestuário e calçados	13,2
4 - Móveis e eletrodomésticos	31,4
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	9,9
6 - Equipamentos e materiais p/ escritório, informática e comunicação	37,3
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	13,7
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	6,6
9 - Veículos e motos, partes e peças	23,1
10 - Material de construção	16,4

Fonte: IBGE-PMC.

(1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

(3) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das ativ. numeradas de 1 a 8.

Tabela 3
Balança comercial
Bahia – jan.-mar. 2009/2010

Valores em US\$ 1000 FOB

Discriminação	2009	2010	Var. %
Exportação	1.317.091	2.065.549	56,83
Importação (1)	817.547	1.559.386	87,26
Saldo	499.544	506.163	-
Corrente de comércio	2.134.638	3.624.935	68,61

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 16/3/2010.

(1) Importações efetivas, dados preliminares.

diretos das variações no mercado de trabalho, é possível afirmar que a elevação da renda e a estabilidade na taxa de desemprego influenciaram, de forma significativa, a expansão desse segmento no primeiro trimestre.

Com relação ao comércio exterior baiano, observou-se, no primeiro trimestre de 2010, que as exportações baianas totalizaram US\$ 2,06 bilhões, com crescimento de 56,8% em relação ao mesmo período de 2009. Já as importações, por conta do crescimento econômico interno, expandiram-se em 87,3%, na comparação com o primeiro trimestre de 2009, totalizando US\$ 1,59 bilhão. Esse movimento determinou superávit de US\$ 506 milhões. No que concerne às exportações baianas, elas têm sido beneficiadas pelo aumento nos volumes exportados e no preço dos produtos. Sobre a questão dos preços, o Boletim do Comércio Exterior da SEI expõe que

[...] uma demanda mais ativa, uma oferta maior e a volta acentuada da especulação dos *hedge funds*, atuando, principalmente, nas posições compradas, vêm sustentando os preços das matérias-primas" (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010).

Dentre os principais segmentos exportados pela Bahia, destaca-se o crescimento de 433% verificado em *Petróleo e derivados* e de 101% em *Químicos e petroquímicos*. A explicação reside no fato de se ter uma baixa base de comparação, visto que, no primeiro trimestre de 2009, houve uma significativa redução nas exportações desses segmentos, por conta da crise financeira, mas também pela elevação nos preços de manufaturados (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2009). Na Tabela 4 estão evidenciadas as exportações dos principais segmentos da Bahia.

Tabela 4
Exportações baianas, principais segmentos
Jan./mar. 2009/2010

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2009	2010		
Químicos e petroquímicos	225.930	454.947	101,37	22,03
Petróleo e derivados	84.264	449.132	433,01	21,74
Papel e celulose	353.063	411.010	16,41	19,90
Metalúrgicos	136.179	198.176	45,53	9,59
Automotivo	63.212	94.278	49,15	4,56
Cacau e derivados	45.894	72.678	58,36	3,52
Minerais	53.435	58.022	8,58	2,81
Borracha e suas obras	44.214	55.593	25,74	2,69
Algodão e seus subprodutos	51.566	45.767	-11,25	2,22
Soja e derivados	98.449	38.529	-60,86	1,87
Café e especiarias	31.929	29.915	-6,31	1,45
Couros e peles	18.134	27.293	50,51	1,32
Calçados e suas partes	20.751	26.348	26,97	1,28
Sisal e derivados	24.464	16.610	-32,10	0,80
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	15.349	15.674	2,12	0,76
Frutas e suas preparações	8.374	13.105	56,50	0,63
Fumo e derivados	3.011	4.107	36,40	0,20
Móveis e semelhantes	2.891	3.096	7,09	0,15
Pesca e aquicultura	512	479	-6,45	0,02
Demais segmentos	35.470	50.790	43,19	2,46
Total	1.317.091	2.065.549	56,83	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 9/4/2010.

Elaboração: SEI.

Ainda com relação aos dados exibidos na Tabela 4, constata-se que, no primeiro trimestre de 2010, apenas cinco segmentos tiveram variação negativa, com destaque para a queda nas exportações de soja e derivados (-60,9%). O crescimento econômico pelo qual passa a economia baiana tende a ser um obstáculo para que se tenha, em 2010, um crescimento mais robusto do saldo comercial externo, visto que, até o momento, as importações vêm tendo uma dinâmica de crescimento maior do que as exportações. Dessa forma, a expectativa é de que o saldo comercial baiano, em 2010, seja até menor que em 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da economia baiana verificada no primeiro trimestre de 2010 refletiu a conjunção de uma série de fatores positivos observados nos três setores da atividade

econômica. No entanto, há de se ressaltar que parte desse crescimento também pode ser explicada pela baixa base de comparação, dado que, no mesmo período do ano anterior, houve retração na atividade econômica. Ademais, excluindo o fator estatístico, observa-se que a economia baiana, assim como a brasileira, passa por um período de franca expansão, caracterizada por aumento da produção industrial e agrícola, bem como do setor de serviços. Individualmente, cabe destacar que o crescimento do PIB no primeiro trimestre se deu, em grande medida, pela expansão do setor agrícola — produção de grãos —, e pelo crescimento da indústria de transformação, da construção civil e do comércio. Ademais, apesar de não se ter um indicador do consumo das famílias na Bahia, é possível afirmar que no estado, a exemplo do que ocorre no Brasil, esse dado foi decisivo para o crescimento da atividade econômica no primeiro trimestre.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). *Produção e refino de petróleo e outros combustíveis*. [Brasília-DF: ANP, [2010]. Disponível em: <www.anp.gov.br>. Acesso em: 7 jun. 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 7 jun. 2010.
- BOLETIM DO CAGED. Salvador: SEI, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 7 jun. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas trimestrais do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE [2010]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 jun. 2010.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, maio 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 jun. 2010.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Salvador: SEI, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 7 jun. 2010.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 jun. 2010.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 jun. 2010.
- PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 jun. 2010.
- PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 jun. 2010.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Boletim do comércio exterior da Bahia*, Salvador: SEI, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 7 jun. 2010.

Crises e oportunidades: sentimentos e aprendizados de um educador

Moacir Gadotti

Diretor do Instituto Paulo Freire,
professor titular da Universidade de São Paulo.



Tenho acompanhado, como educador, os trabalhos do Projeto GT Crises & Oportunidades, do Instituto Paulo Freire, uma parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a United Nations Institute for Training and Research (Unitar), que está se reunindo desde 2008. Eis algumas impressões das reuniões das quais participei, particularmente a organizada em São Paulo, no dia 10 de agosto de 2009.

Esse texto expressa meus sentimentos e aprendizados desse notável GT. Os assuntos econômicos acabaram não se distanciando de minhas preocupações educacionais, pois é a partir sobretudo do campo da educação, por dever de ofício, que devo situar minhas considerações, agregando algumas referências aos textos que podem ser acessados no *blog criseoportunidade.wordpress.com*.

Nota-se que a crise que teve início em 2008 se constituiu numa oportunidade para reafirmar o papel do Estado na economia e reforçar políticas sociais de emprego e distribuição de renda. O poder de compra das pessoas mais empobrecidas, possibilitado, por exemplo, pelo Programa Bolsa Família, acabou se tornando, no Brasil, um fator de resistência àquela crise.

Mas o que apareceu desde logo nas discussões é que as crises são férteis em oportunidades de rediscutir o modelo de desenvolvimento e o próprio conceito de desenvolvimento, entendido não apenas como “crescimento econômico”. É uma oportunidade a mais para discutir a questão mais profunda da injustiça social e da desigualdade econômica. Como diz Paul Singer, “a instabilidade é característica de qualquer mercado livre”.

A questão do modelo já está posta na região. Chamou-me muito a atenção, no ano passado, quando a Constituição do Equador introduziu o conceito indígena de “bem viver” (em vez de desenvolvimento) e adotou, como política de Estado, o conceito de economia solidária. Mais do que um conceito, o “bem viver” é uma prática ancestral dos indígenas que consiste em ter um modo de vida equilibrado e em harmonia dos seres humanos entre si e destes com a natureza, onde se encontram todos os elementos (água, ar, terra etc.) necessários para uma vida saudável. Esse conceito só foi valorizado agora como “novo paradigma”, quando o modo dominante de viver hoje, que se fundamenta na exploração econômica, na dominação política e no esgotamento da mãe Terra, está pondo em risco a sobrevivência da própria espécie.

Esse debate implica a discussão do aquecimento global e das mudanças climáticas (gatilho de todas as crises) e o consequente “repensar do paradigma energético-produtivo”, como afirma Ladislau Dowbor. Uma mudança significativa no modelo implica pelo menos duas dimensões: o desenvolvimento sustentável e a democratização do conhecimento. Na primeira dimensão, eu incluiria o conceito de economia solidária e desenvolvimento local (pequenos negócios, cooperativas, agricultura familiar, mutirões) e, na segunda dimensão, a democratização das comunicações (radicalização da democracia).

A saída seria “inclusante e sustentável”, como afirma Juarez de Paula. Os dados divulgados nos últimos anos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), das Nações Unidas, corroboram essa tese: se continuarmos na rota atual, o planeta não vai mais suportar a ação humana. A categoria sustentabilidade é central se pensarmos num novo paradigma de vida

que harmonize ser humano, desenvolvimento e sistema Terra. O nó da sustentabilidade é o “crescimento sem limites”, como vem afirmando Ignacy Sachs e Amartya Sen, defendendo um “ecodesenvolvimento”. A crise econômica não pode esconder ou minimizar o tema da sustentabilidade. Ao contrário, a sustentabilidade é um conceito fundante do novo paradigma econômico.

A crise é uma oportunidade de mudanças significativas muito além da dimensão financeira e pode alcançar a melhoria da qualidade da educação e dos serviços de saúde. Segundo Ladislau Dowbor, como “convergência de crises” – efeito estufa, energética, água potável, alimentos e pobreza –, devemos associar uma visão global a medidas práticas concretas desde já (sem ter a pretensão de consertar desde logo todo o sistema) e construir, como se propõe o GT do Instituto Paulo Freire, uma “agenda de mudanças estruturais”. O gestor público certamente não poderá esperar todas as mudanças estruturais para tomar decisões, mas poderá introduzir medidas concretas para se chegar lá mais rapidamente e em tempo. Como diz John Holloway, o “conceito de revolução hoje” implica organizar a resistência e a transformação nas “fissuras” do sistema.

Como educador, não vejo que haja justiça social e igualdade de oportunidades sem a extensão de educação de qualidade para todos. Se para crescer precisamos distribuir renda, crescer significa distribuir conhecimento, que é a principal riqueza de que dispomos. Trata-se, acima de tudo, de tirar o empobrecido da miséria e transformá-lo em cidadão. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tão badalado hoje pelo governo federal, sem um programa de educação popular cidadã, só vai ficar na “infraestrutura”, não incidindo na necessária transformação cultural das consciências. Envolver os movimentos sociais e as ONG nesse processo é fundamental. Sem a sociedade civil, o Estado não dará conta de fazer as necessárias “mudanças estruturais”. O Brasil está tendo um crescimento menor entre os países chamados de “emergentes” devido ao seu atraso educacional: ocupamos hoje o 88º lugar num conjunto de 128 países no *ranking* do Índice Internacional de Educação para Todos da Unesco. Na última década, perdemos 12 posições, o que significa que outros países estão fazendo a lição de casa da educação básica melhor do que nós. Uma agenda de mudanças estruturais deve incluir a universalização da educação básica de qualidade.

Em seu livro *História Econômica do Brasil*, de 1945, Caio Prado Jr já argumentava que “[...] a ausência de bom ensino compromete o desenvolvimento nacional e nosso intercâmbio com países mais avançados”. É sabido que um ensino ineficiente contribui diretamente com o baixo desempenho da economia. Uma educação de qualidade é condição da eficiência econômica, pois o sistema produtivo é também uma vítima da má qualidade da educação.

É verdade que a educação não tem por finalidade servir à economia, mas indicar caminhos para a economia. O investimento em educação não deve ser feito apenas para fomentar a economia (visão instrumental da educação). A educação não deve ser entendida apenas como uma variável econômica ou como pura adaptação aos imperativos da economia informacional e global. Na educação, precisamos sair desse paradigma profundamente ideológico e substituí-lo por um paradigma da cidadania, cerne do desenvolvimento. O pensamento pedagógico não pode ser colonizado pela economia, como se a economia tivesse por função legitimar a política educacional. A educação não é apenas um investimento econômico.

Amarthia Sen, em seu livro *Desenvolvimento com Liberdade*, sustenta que todos nascemos com potencialidades, e a educação é a oportunidade de desabrochar essas potencialidades. A relação entre desenvolvimento e educação estaria aí. A educação seria um fator estratégico, decisivo, mesmo que não isolado de outros fatores. Normalmente, a educação capitalista contribui mais como estratégia de competitividade (produtividade no trabalho e crescimento econômico) do que para o desenvolvimento humano integral, a cidadania e a justiça social. As pessoas não precisam competir para progredir, como nos videogames, onde quem mata mais, avança ganha mais bônus. Uma educação cidadã, emancipadora, é o oposto da educação que promove o individualismo. Pelo contrário, precisamos cooperar para progredir.

Finalmente, uma “agenda de mudanças estruturais”, além de se articular com agendas de outros países e de outros grupos, como vem propondo Paul Singer, deve dirigir-se à sociedade, aos movimentos sociais, seja qual for o governo, pois são eles que estão hoje na dianteira das mudanças estruturais neste país. Este é um grande desafio para o qual todos devemos nos sentir implicados. Porque uma agenda da crise é sempre uma agenda pós-crise.

Estado da Bahia deve receber **643 investimentos industriais** até 2013

Fabiana Karine Santos de Andrade*

No volume global de investimentos para o estado da Bahia até 2013, que devem chegar a R\$ 28,1 bilhões, espera-se que sejam implantadas e/ou ampliadas 643 empresas de diversos setores, que deverão gerar 109.625 empregos diretos.

A expectativa é que, em três anos, sejam implantados 525 empreendimentos, o que corresponde a um investimento de R\$ 24,2 bilhões. As ampliações devem absorver um volume de R\$ 4,0 bilhões, totalizando 115 empresas.

Por complexo de atividade, destaca-se o *Químico-petroquímico*, com um volume de R\$ 7,1 bilhões, envolvendo a intenção de implantação de 142 empreendimentos no estado, até 2013. No complexo *Atividade mineral e beneficiamento*, o volume previsto chega a R\$ 6,3 bilhões, em 34 projetos de empresas com decisão de investimento. No complexo *Metal-mecânico*, os investimentos devem chegar a R\$ 2,7 bilhões, a partir de 70 projetos. Vale destacar o complexo *Outros*, com inversões previstas de R\$ 7,0 bilhões, destacando-se a área de energia, mais precisamente a geração de energia eólica e em PCH (pequenas centrais hidrelétricas). Pretende-se implantar vários parques eólicos e pequenas hidrelétricas espalhados por diversos municípios do estado.

Por território de identidade, o maior volume de inversões previstas é para o território *Metropolitana de Salvador*, no qual é esperado um investimento de aproximadamente R\$ 7,0 bilhões, alocados em 294 projetos. No território *Sertão Produtivo*, os investimentos devem chegar a R\$ 4,4 bilhões, com um maior volume na atividade de extração de minerais metálicos. Estão previstos recursos para a exploração de jazidas de ferro, com construção de um mineroduto, além da produção de ferro e cimento. No *Recôncavo*, devem-se gerar investimentos da ordem de R\$ 3,8 bilhões, com 32 projetos de empresas com a intenção de investir no estado.

A política de atração de investimentos industriais adotada pelo governo do estado da Bahia com o objetivo de incentivar a vinda de empresas dos mais variados segmentos, vem, ao longo dos anos, contribuindo de forma positiva para o desenvolvimento econômico e social do estado. Tal política promove a diversificação do parque industrial e a mudança, mesmo que gradativa, do perfil da sua matriz, com a instalação de empreendimentos dos mais variados segmentos. A ação governamental para desenvolver o setor industrial baiano vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos especiais. Atualmente, esses incentivos podem ser solicitados via Programa Desenvolve, o qual concede benefícios fiscais para as empresas dos mais variados setores que tenham a intenção de investir no estado.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia; técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração. fabianaa@sicm.ba.gov.br





Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade
2009-2013

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	2.759.005.028	136	9,8	21,2
Atividade mineral e beneficiamento	6.285.078.611	34	22,3	5,3
Calçados/têxtil/confeções	975.061.397	66	3,5	10,3
Complexo madeireiro	163.183.896	25	0,6	3,9
Eletroeletrônico	281.611.955	62	1,0	9,6
Metal-mecânico	2.718.463.407	70	9,7	10,9
Químico-petroquímico	7.116.843.593	142	25,3	22,1
Reciclagem	7.800.000	2	0,0	0,3
Transformação petroquímica	805.421.712	72	2,9	11,2
Outros	7.030.410.019	34	25,0	5,3
Total	28.142.879.618	643	100,0	100,0

Fonte: SICM/Coinc.

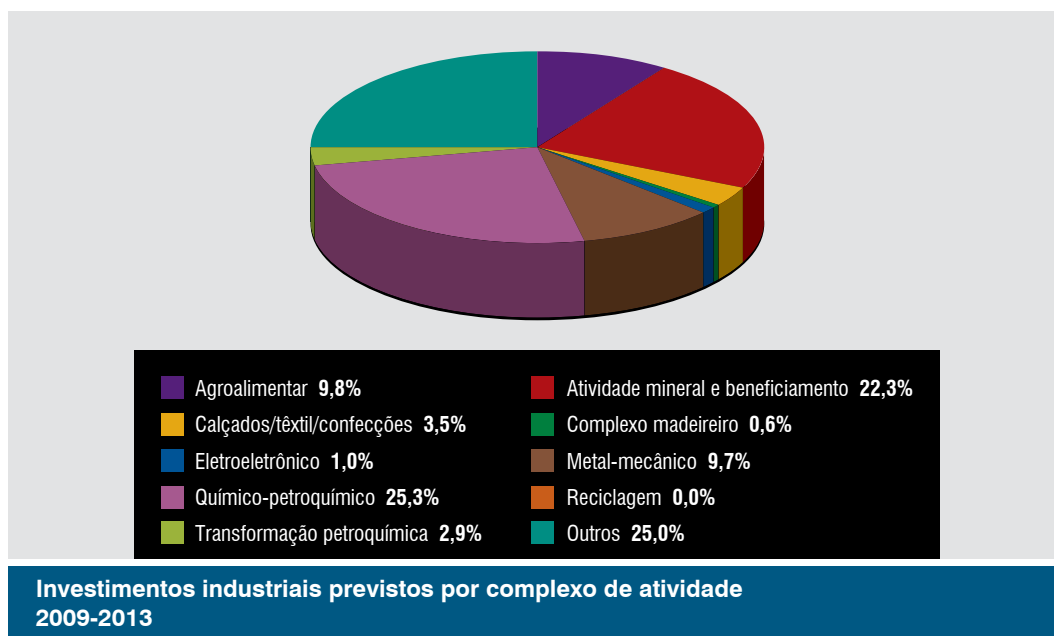
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31.12.2009.

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade
2009-2013

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	1.686.065.667	26	6,0	4,0
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	388.519.785	21	1,4	3,3
Bacia do Jacuípe	14.364.490	3	0,1	0,5
Bacia do Paramirim	4.500.000	1	0,0	0,2
Bacia do Rio Corrente	6.000.000	1	0,0	0,2
Baixo Sul	685.866.869	7	2,4	1,1
Chapada Diamantina	4.322.137	4	0,0	0,6
Extremo Sul	1.090.581.487	24	3,9	3,7
Irecê	27.193.000	3	0,1	0,5
Itapetinga	189.270.227	12	0,7	1,9
Litoral Sul	2.020.385.397	51	7,2	7,9
Médio Rio das Contas	553.658.237	15	2,0	2,3
Metropolitana de Salvador	6.697.312.195	294	23,8	45,7
Oeste Baiano	1.505.536.098	29	5,3	4,5
Piemonte da Diamantina	892.975.297	3	3,2	0,5
Piemonte do Paraguaçu	26.910.161	5	0,1	0,8
Piemonte Norte do Itapicuru	22.000.000	1	0,1	0,2
Portal do Sertão	346.696.134	53	1,2	8,2
Recôncavo	3.816.458.219	32	13,6	5,0
Semiárido Nordeste II	12.336.622	2	0,0	0,3
Sertão do São Francisco	1.162.904.375	15	4,1	2,3
Sertão Produtivo	4.431.883.086	6	15,7	0,9
Sisal	14.500.000	5	0,1	0,8
Vale do Jiquiriçá	1.939.183.000	7	6,9	1,1
Velho Chico	503.000.000	2	1,8	0,3
Vitória da Conquista	100.457.136	21	0,4	3,3
Total	28.142.879.618	643	100,0	100,0

Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31.12.2009.



Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/12/2009.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: *Gazeta Mercantil*, *Valor Econômico*, *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Diário Oficial do Estado da Bahia*. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas Probahia, Bahiaplast e do atual Desenvolve.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

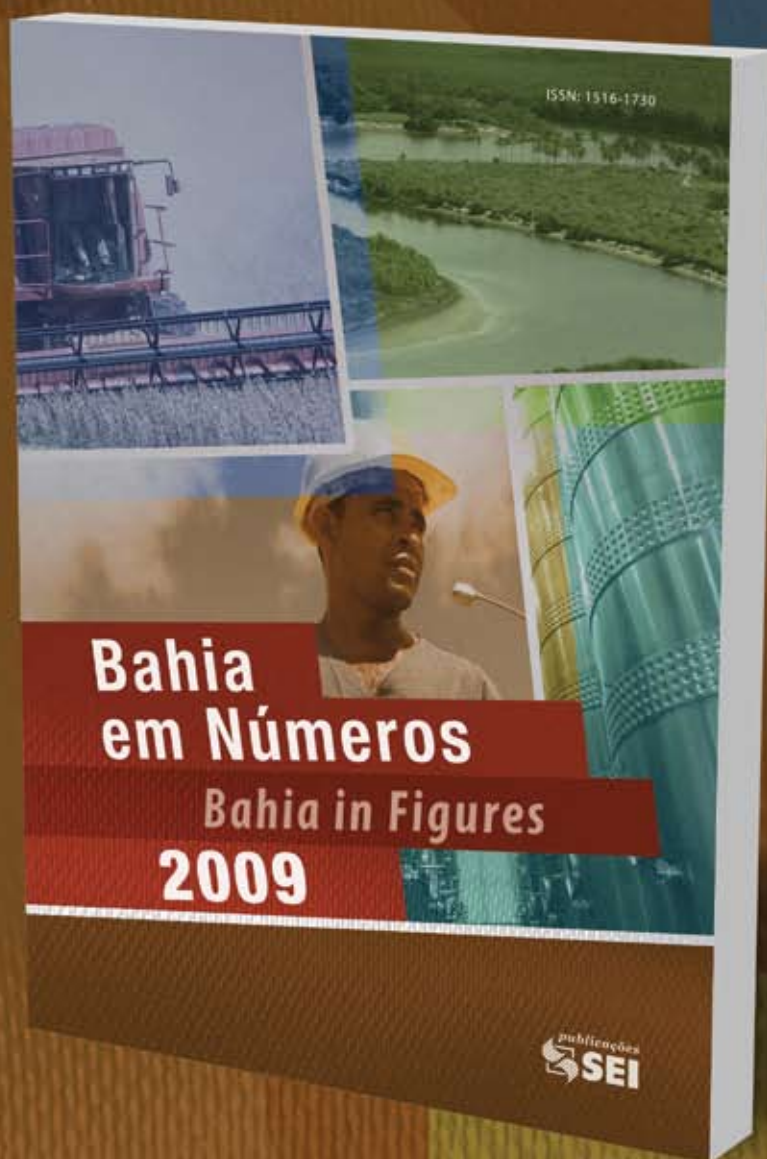
Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.

Apresentamos a Bahia...

Mais de 560 km², 26 territórios de identidade, 14 milhões de habitantes, economia de R\$ 120 bilhões, 417 municípios e muito mais estão aqui na revista *Bahia em Números*, ou *Bahia in Figures*.

Os principais números de nossa economia, informações sobre população, mapas, cartogramas e outros dados relevantes resumidos em uma publicação que apresenta a Bahia.

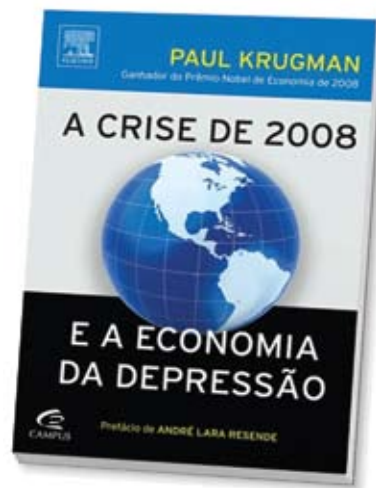
Conheça Mais – *Bahia em Números* /
Bahia in Figures





FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

Finanças Comportamentais, obra que faz parte da Coleção Expo Money apresentada pelo autor Aquiles Mosca, relata como se dá a dinâmica do processo decisório humano quando o assunto é gestão financeira e de investimentos. Na busca pela independência financeira, o investidor tomará decisões — onde aplicar os recursos, em que momento comprar e vender os diversos ativos, a que preço efetuar essas operações. A compreensão das tendências comportamentais que influem no processo decisório possui um papel importante para o sucesso financeiro.



A CRISE DE 2008 E A ECONOMIA DA DEPRESSÃO

Nesta nova edição ampliada e melhorada de *Uma Nova Recessão*, Paul Krugman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2008, no livro *Crise de 2008 e a Economia da Depressão*, mostra como a incapacidade dos reguladores de acompanhar os avanços de um sistema financeiro cada vez mais fora de controle predisps os Estados Unidos e todo o mundo a afundar na mais grave crise financeira desde a década de 1930. Ele também expõe as medidas a serem tomadas para conter a crise e reverter a queda da economia mundial em grave recessão.



MERCADOS FUTUROS AGROPECUÁRIOS

Em *Mercados Futuros Agropecuários*, os autores Martines, Marques & Mello destacam como funciona o mercado futuro e de opções agropecuárias, além das estratégias que podem ser utilizadas para a administração de riscos de preços. Especificamente, a obra traz — na teoria e na prática — o funcionamento de tais mercados, ao desenvolver a habilidade de acessar informações e interpretá-las, discutir estratégias atuais e potenciais com futuros e outros derivativos. Os autores também apresentam aos leitores as principais bolsas de interesse do agronegócio.



SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS: SÉRIE 1999-2007

Os resultados do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios baianos, apresentados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) na Série Estudos e Pesquisas (SEP) 84, são fruto de um projeto em rede, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e executado pelos órgãos de planejamento e estatística das diversas Unidades da Federação. No volume citado acima são apresentados os PIBs dos 417 municípios baianos para o período 1999 a 2007, elaborado sob metodologia uniforme para todos os municípios do País, o que permite total comparabilidade entre os dados, e com os resultados dos estados e do País.



SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS PIB DA BAHIA 1995-2008: A NOVA BASE DAS CONTAS REGIONAIS

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) traz, na Série Estudos e Pesquisas, a abordagem sobre *PIB da Bahia 1995-2008: A Nova Base das Contas Regionais*. Neste volume, são apresentados os resultados setoriais do Produto Interno Bruto do estado da Bahia relativos ao período 1995-2008. Nela estão incorporados os resultados de pesquisas agropecuárias, como o Censo Agropecuário 1995-1996, assim como as pesquisas econômicas anuais da indústria, da construção civil, do comércio e dos serviços, dentre outros. Enfim, por meio desse estudo, a SEI torna disponível para o público em geral, pesquisadores, estudantes das esferas pública e privada e, principalmente, para o sistema de planejamento estadual um valioso instrumento de análise da economia baiana, apresentado em uma série contínua dos últimos 14 anos.



SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS TRABALHO EM QUESTÃO

A proposta da publicação *Trabalho em Questão*, da Série Estudos e Pesquisas, remete às alternativas atuais do mundo do trabalho. Há algumas décadas, o mercado de trabalho mundial, em geral, e brasileiro, em particular, experimentam transformações redefinidoras de suas bases de organização e funcionamento, um fenômeno que vem sendo bastante analisado por estudiosos desse tema. Foi, portanto, com o objetivo de enriquecer a discussão sobre as transformações do mundo do trabalho, especialmente no Brasil, que a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia empenhou-se na elaboração desta publicação.

Conjuntura Econômica Baiana



Os indicadores conjunturais apresentados nesta seção, para o primeiro trimestre de 2010, demonstram sinais de recuperação da economia brasileira e baiana, após apresentar baixa performance no ano anterior, decorrente dos impactos sofridos da crise internacional. A economia baiana apresentou comportamento favorável no primeiro trimestre de 2010, com sinais de expansão ao longo do ano, nos principais indicadores analisados.

A produção da indústria baiana de transformação fechou o primeiro trimestre de 2010 com acréscimo de 13,9% na comparação com o mesmo período de 2009, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE). Os principais segmentos que influenciaram positivamente foram *Produtos químicos* (21,0%), *Refino de petróleo e álcool* (13,6%) e *Metalurgia básica* (41,9%).

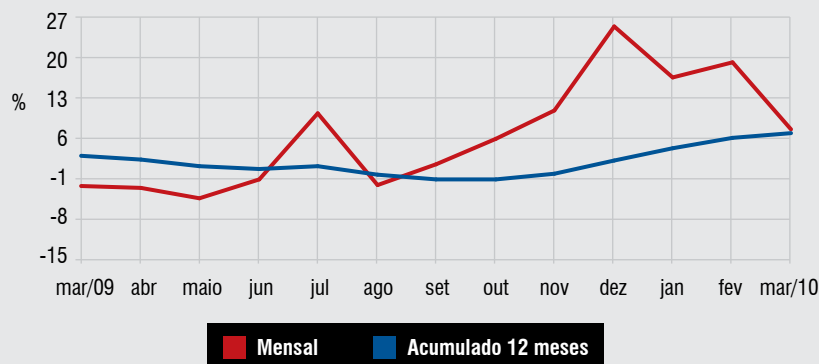
Seguindo a mesma análise, a balança comercial baiana fechou o trimestre com crescimento significativo tanto nas exportações (56,8%) quanto nas importações (87,1%), acumulando superávit de US\$ 507 milhões. O aumento do saldo da balança comercial (4,7%) deveu-se à trajetória persistente em patamares negativos das importações e sinaliza uma recuperação gradativa nas exportações baianas, que vinham apresentando taxas decrescentes desde novembro de 2008. No primeiro quadrimestre, em relação ao mesmo período do ano anterior, as exportações e as importações apontaram crescimentos de 49,8% e 84,7%, respectivamente, animando as expectativas do setor na retomada do crescimento.

O comércio varejista fechou o primeiro trimestre de 2010 com crescimento de 15,0% e continua sendo o setor da economia com melhor desempenho desde 2009, favorecido pelo aquecimento da economia baiana, que, em relação à atividade varejista, manteve-se em ritmo positivo e vem crescendo a cada período. Os segmentos que evidenciaram as maiores contribuições na taxa de crescimento no período em análise foram *Hipermercados, supermercados e produtos alimentícios* (13,5%) e *Móveis e eletrodomésticos* (31,4%). As vendas de *Veículos, motos e peças* registraram acréscimo de 23,1% no mesmo período.

Já o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, acumulou, no primeiro trimestre de 2010, alta de 2,1% em relação ao mesmo período de 2009 e, no primeiro quadrimestre, teve acréscimo de 2,7%. Os segmentos de *Despesas pessoais* (4,9%), *Alimentos e bebidas* (3,7%) e *Transporte e comunicação* (2,3%) foram os que mais pressionaram o indicador. Em maio, o índice apontou taxa de 0,49%, acumulando, nos últimos 12 meses, alta de 4,25%.

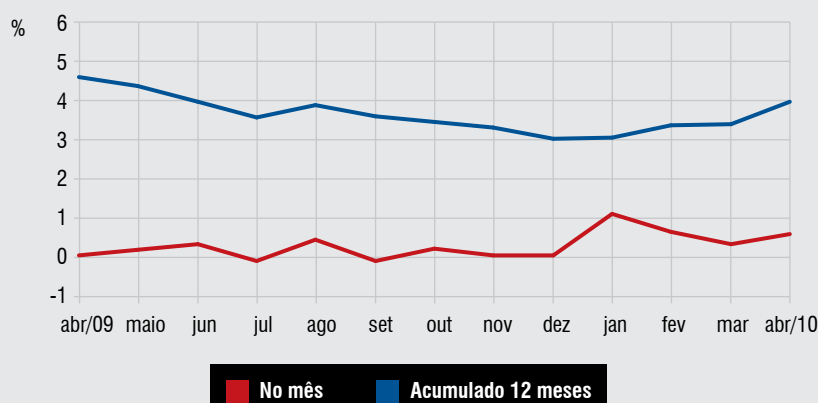
No mercado de trabalho, conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego, em março de 2010, fechou em 19,9% da população economicamente ativa. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados aumentou 2,8% nos últimos 12 meses.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, registrou, em março de 2010, acréscimo de 7,6% na comparação com o mesmo mês de 2009. Essa foi a terceira taxa positiva apresentada em 2010 na atividade econômica. As taxas crescentes em meses anteriores contribuíram para a recuperação no acumulado dos últimos 12 meses (6,9%).



Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador

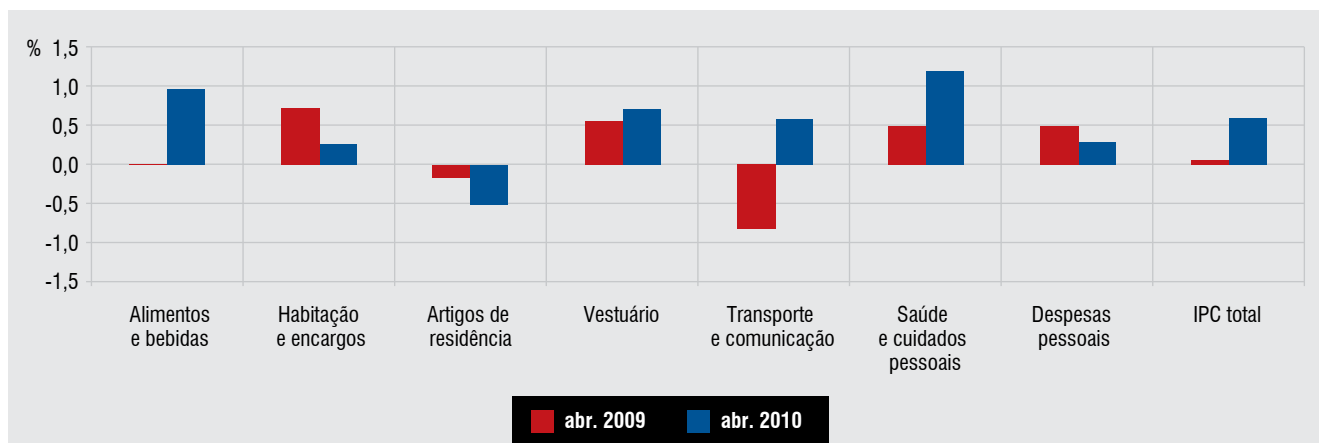
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

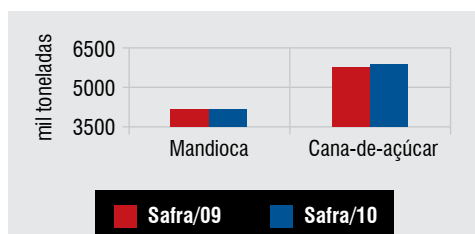
Em abril de 2010, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, registrou inflação de 0,59%. No acumulado dos 12 meses, o índice apresentou variação positiva de 3,96%. Esse resultado reflete a alta nos preços de 181 produtos, dos 375 que compõem o IPC-SEI. Dentre eles, os que sofreram maior crescimento nos preços foram coentro (20,0%), conjunto esportivo masculino (19,95%), batata inglesa (18,85%), feijão rajado (16,92%), alface (16,90%), limão (15,95%), cebolinha (13,51%), tomate (10,06%), plano odontológico (9,18%) e quiabo (9,12%).



Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

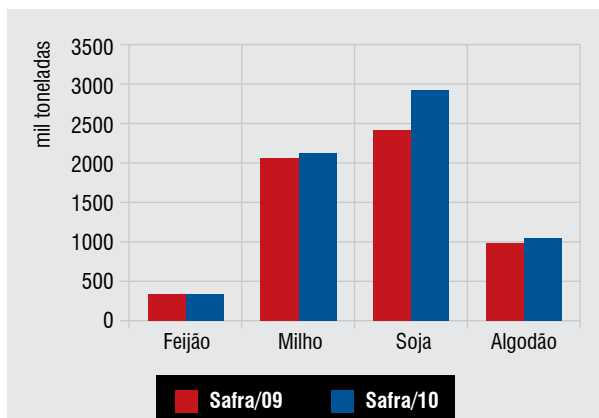
Os grupos *Alimentos e bebidas* (0,95%), *Transporte e comunicação* (0,57%) e *Saúde e cuidados pessoais* (1,19%) apresentaram, no mês de abril, as maiores contribuições para a inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subgrupos *Alimentação no domicílio* (1,25%) e *Transporte* (0,60%) foram os que apresentaram os maiores acréscimos de preço no período, seguidos de *Produtos farmacêuticos* (2,88%).



Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Com as colheitas em andamento no estado, segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em abril de 2010, a produção de mandioca manteve-se estável, enquanto que a de cana-de-açúcar figurou com incremento positivo da ordem de 1,4% em relação à safra 2009, decorrente da melhoria dos rendimentos físicos.

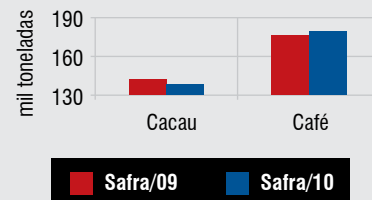


**Estimativa da produção agrícola:
feijão, milho, soja e algodão – Bahia**

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O Levantamento apresenta estimativas de crescimento para a produção das culturas de feijão, de milho, do algodão e da soja, em 2010. A safra de feijão apresenta modesto incremento da produção, algo em torno de 0,6%, em relação à de 2009. As estimativas da produção de milho também figuram com acréscimo de 2,8% em relação à safra anterior. Integrando o rol das mais importantes *commodities* agrícolas do estado, a soja e o algodão exibem crescimento da produção de 21,1% e 7,2%, respectivamente. A soja em função da elevação da produtividade (12,9%) e da área cultivada (6,9%). O algodão também em função do incremento da produtividade (15,2%), porém atenuada pela redução da área cultivada (-5,8%).

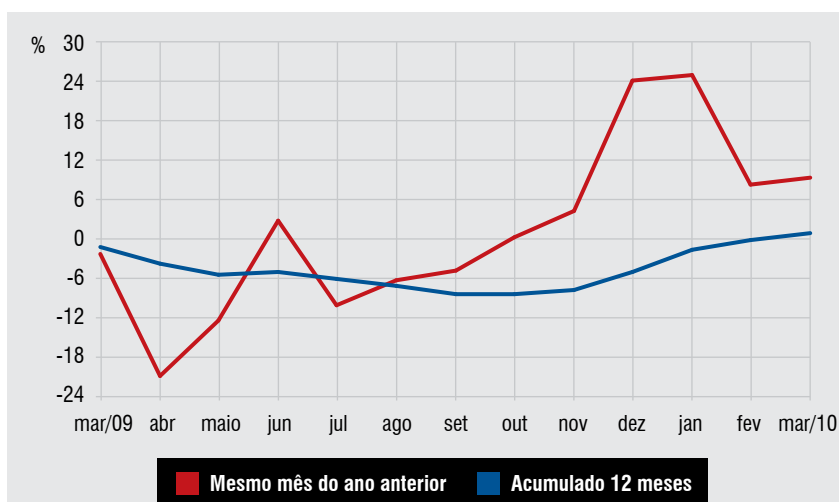
As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agropecuária baiana, cacau e café, apresentam trajetórias divergentes para 2010. Concerne ao cacau, em fase de colheita, constata-se um declínio da produção em torno de -3,6%, causado pela estabilidade apresentada na variação da taxa da área cultivada. Relativo ao café, em fase de entressafra, as estimativas apontam para um tímido crescimento da produção desse grão (1,5%) em 2010.



**Estimativa da produção agrícola:
cacau e café – Bahia**

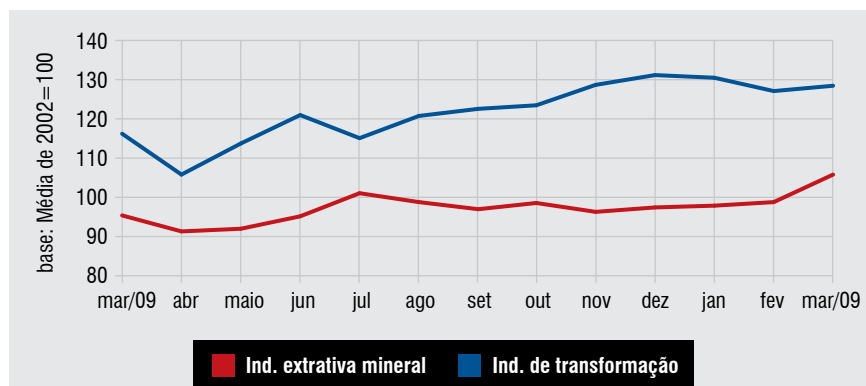
Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria de transformação baiana registrou, em março de 2010, crescimento de 9,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O indicador, no primeiro trimestre, acumula acréscimo de apenas 13,9%, amortizando significativamente as expectativas iniciais quanto ao crescimento da atividade industrial no estado. Conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE), no que se refere aos setores, os de *Produtos químicos* (21,0%), em razão do aumento na produção de etileno não saturado e polietileno de baixa densidade, *Refino de petróleo e produção de álcool* (13,6%), em razão da maior produção de óleo diesel e nafta para petroquímica, e *Metalurgia básica* (41,9%) foram os que mais contribuíram para o resultado positivo no período.



**Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia**

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

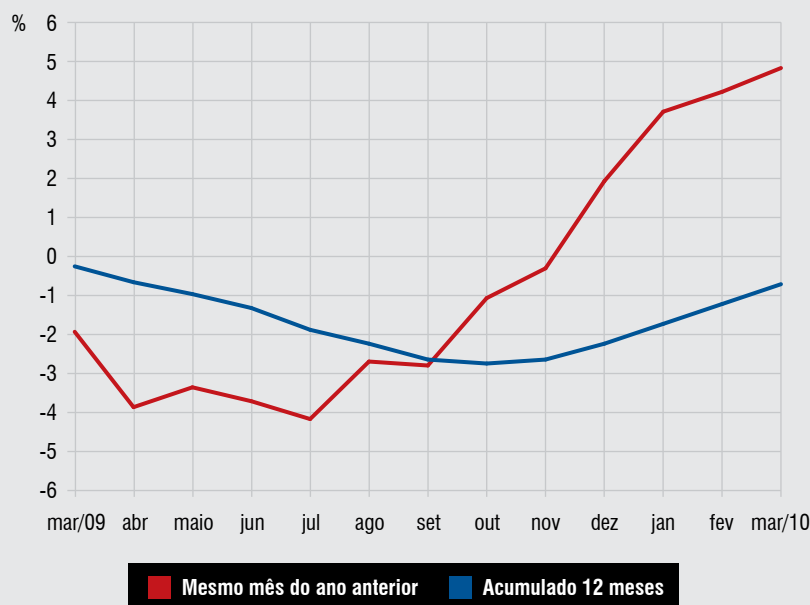


Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral – Bahia

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

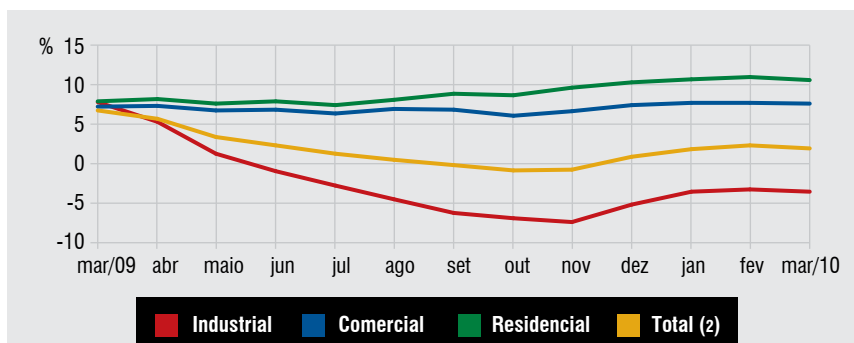
A análise da indústria de transformação, em março de 2010, eliminando influências sazonais, aponta acréscimo de 1,1% na comparação com o mês de fevereiro do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pelo crescimento de 3,5% apresentado pelo ramo de *Refino de petróleo*, que tem forte participação neste setor. Os demais setores que apresentaram expansão registraram as seguintes taxas: *Celulose e papel* (11,7%), *Alimentos e bebidas* (8,9%), *Minerais não metálicos* (1,6%) e *Veículos automotores* (47,0%). A indústria extrativa registrou crescimento (7,3%) na mesma análise.

Em março de 2010, a indústria baiana de transformação teve acréscimo de 4,2% no nível de emprego, quando comparada ao mesmo mês de 2009, contribuindo para o decréscimo de 1,0% no acumulado dos últimos 12 meses. Portanto, cabe destacar os segmentos que contribuíram para a expansão do emprego industrial no primeiro trimestre de 2010: *Calçados e couro* (18,7%), *Alimentos e bebidas* (7,8%), *Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos* (8,7%), *Borracha e plástico* (1,3%) e *Fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (26,0%).



Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação Bahia

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) - Bahia

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

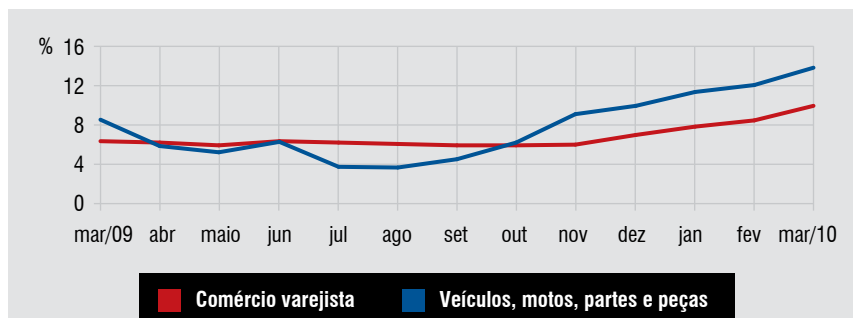
(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.

O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de março de 2010, acréscimo de 4,4% em relação ao mesmo mês de 2009. No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo de energia elétrica registrou acréscimo de 2,0%. Dentre os principais setores de consumo, na mesma base de comparação, o industrial apresentou decréscimo de 3,5%, enquanto os outros dois setores, residencial e comercial, expandiram 10,2% e 7,6%, respectivamente.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE), em março de 2010, o varejo baiano registrou um crescimento de 19,0%, comparado a março de 2009. No primeiro trimestre, o incremento foi de 15,0%. Essa variação positiva foi percebida em todos os oito ramos que compõem o indicador do comércio. No segmento de *Veículos e motos*, que não faz parte do setor, constatou-se, no período, uma variação de 23,1%. Para os últimos 12 meses, a expansão nas vendas desse setor foi de 13,8%.

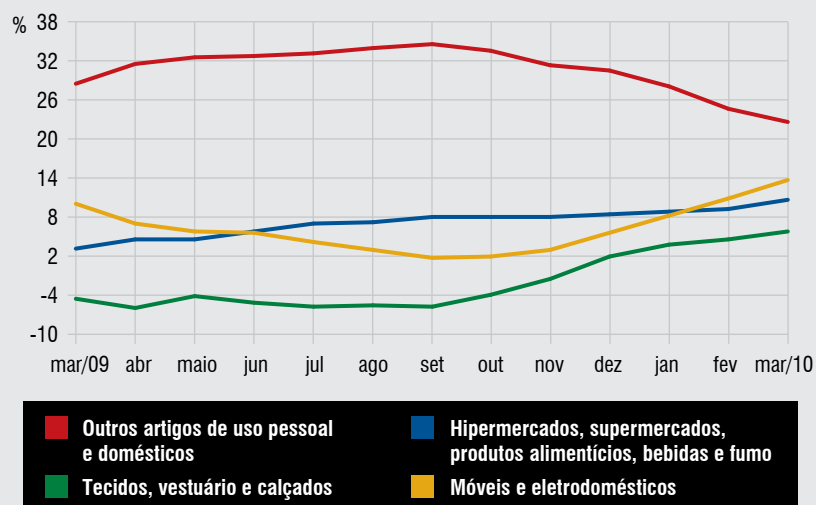


Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) - Bahia

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.



Taxa de variação do volume de vendas no varejo (1): principais segmentos – Bahia

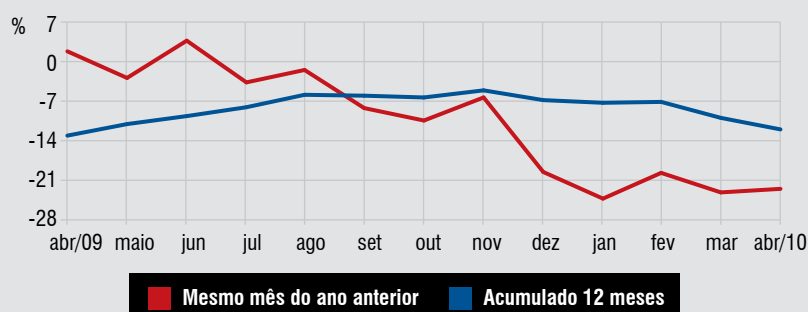
Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

No primeiro trimestre de 2010, por atividade, verifica-se que, em comparação com o mesmo período do ano passado, os segmentos de destaque foram *Hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (13,5%) e *Móveis e eletrodomésticos* (31,4%). No acumulado dos 12 meses, esses ramos apresentaram taxas positivas de 10,7% e 13,7%, respectivamente. Ao longo dos últimos 12 meses, o segmento de *Tecidos, vestuário e calçados* (13,7%) também registrou, apesar de suave, crescimento nas vendas. Quanto ao de *Outros artigos de uso pessoal e domésticos*, considerando os 12 meses, o ritmo de crescimento foi amenizado (22,6%).

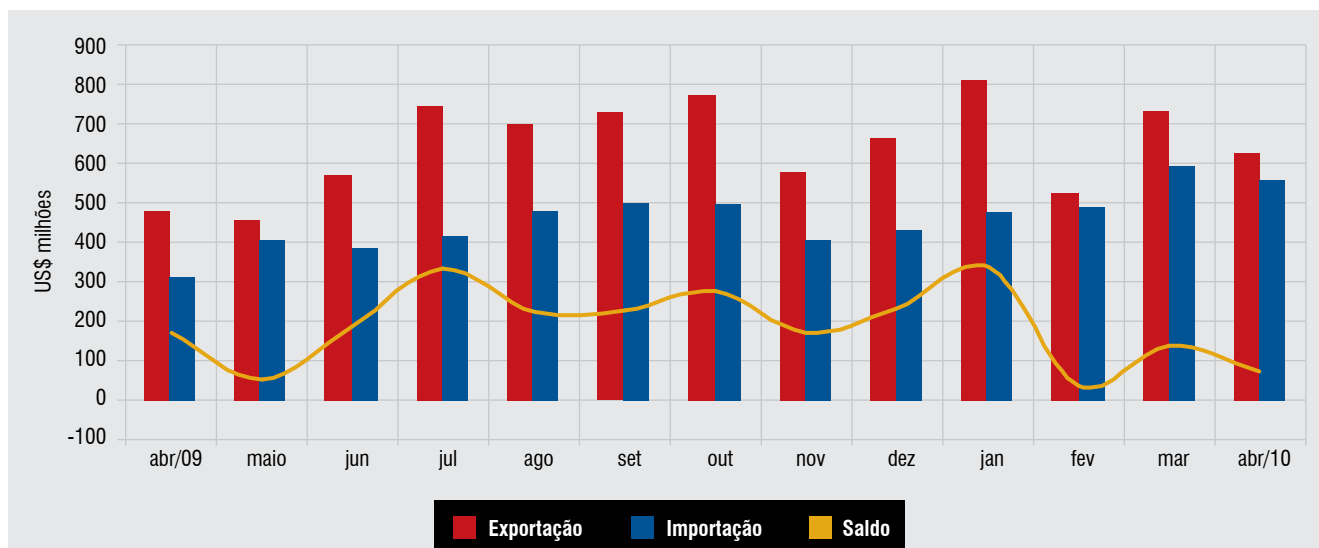
Com base nos dados divulgados pelo Bacen, em abril de 2010, foram emitidos 244,5 mil cheques sem fundos na Bahia, representando decréscimo de 22,6% na comparação com o mesmo mês de 2009. As taxas negativas registradas ao longo do período, desde julho de 2007, com exceção apenas de quatro meses, determinaram a trajetória de queda também no acumulado dos 12 meses. Desde o mês de março de 2007, tem-se verificado taxas negativas no acumulado dos 12 meses, culminando com o percentual de 12,0% em março de 2010.



Quantidade de cheques sem fundos – Bahia

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

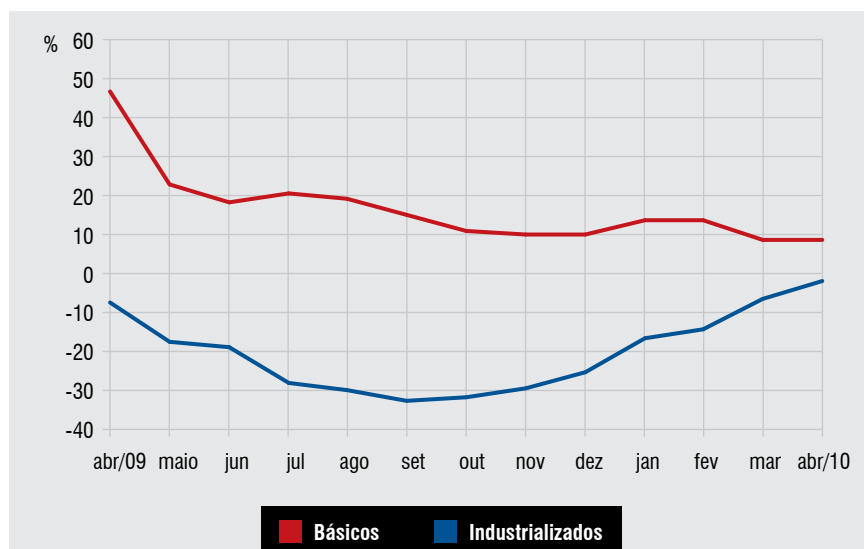


Balança comercial – Bahia

Fonte: Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

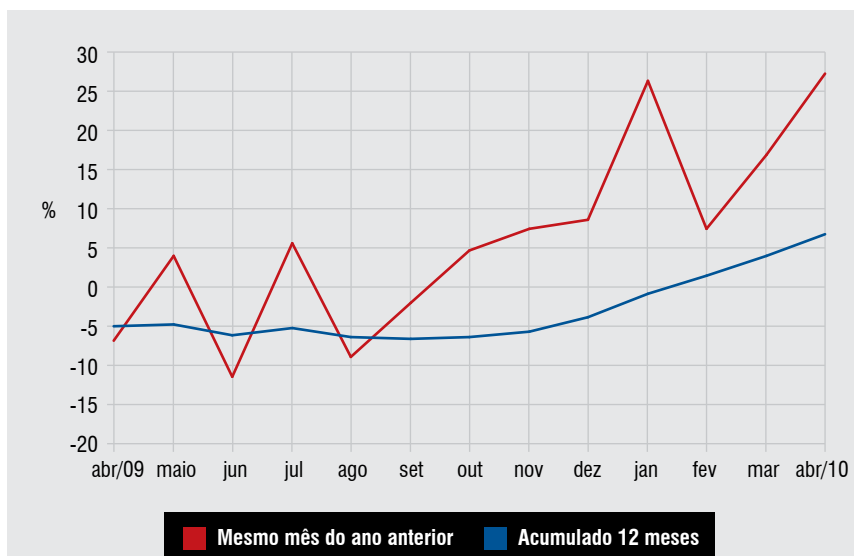
Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas somaram, em abril de 2010, US\$ 627,4 milhões, e as importações, US\$ 557,0 milhões, resultando num superávit mensal de US\$ 70,4 milhões. Confrontando abril de 2010 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apontam expansão com taxa de 30,7%, e as importações, no referido mês, registraram variação nominal de 78,1% em relação a 2009.

As exportações por fator agregado, na comparação abril de 2010 em relação a abril de 2009, registraram acréscimos tanto nas vendas de produtos básicos (43,1%) como nas de produtos industrializados (27,3%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos apresentaram crescimento (8,5%), e os industrializados tiveram queda de 1,8%. Desde agosto de 2007, os dados demonstram que as exportações de produtos básicos estão crescendo mais expressivamente em relação aos produtos industrializados.



Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado (1) – Bahia

Fonte: Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

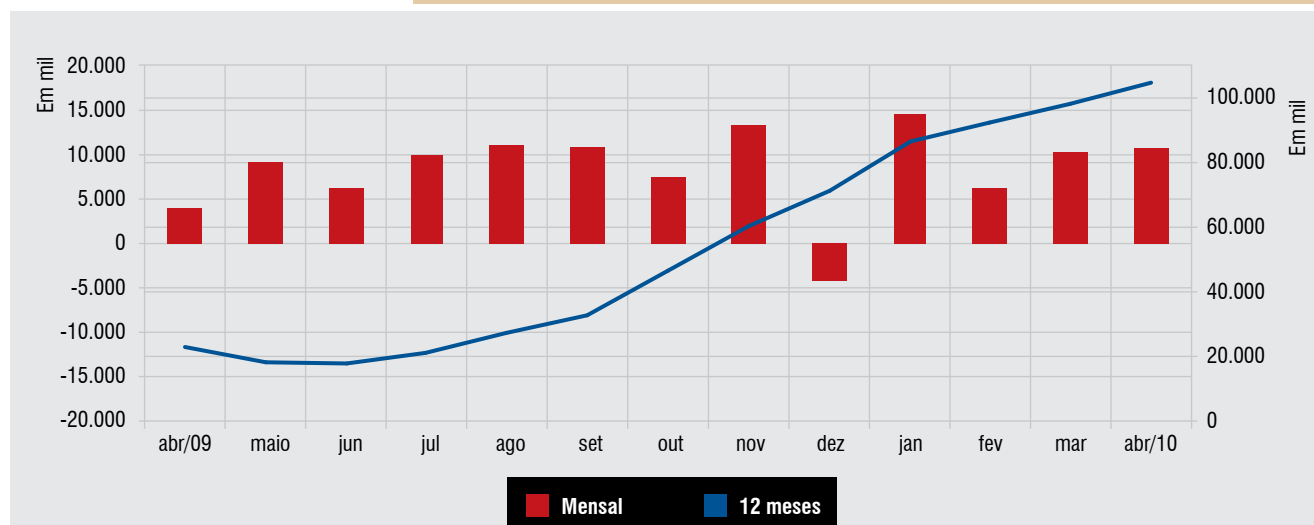


A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, em abril de 2010, acréscimo de 27,3% na comparação com o mesmo mês de 2009, acumulando no ano expansão de 19,4%. Nesse mês, a arrecadação foi de R\$ 971,8 milhões. O bom desempenho apresentado é proveniente da recuperação da arrecadação verificada no estado nos últimos 12 meses (6,7%), segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz).

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

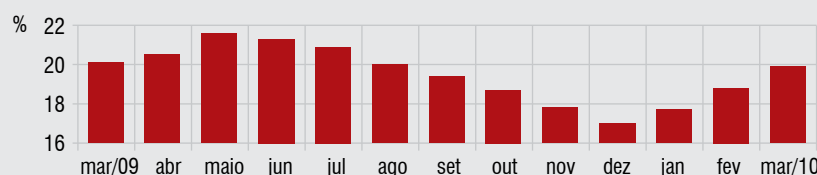
De acordo com dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em abril de 2010, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apontou crescimento (10.590 postos de trabalho). Esse foi o quarto dado positivo após retração no último mês de 2009. Com o resultado de abril, o saldo de postos de trabalho nos 12 meses apontou aceleração no ritmo de crescimento, acumulando 104.579 postos de trabalho.



Geração de empregos celetistas (1) na Bahia

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Saldo de empregos (admissões - demissões).

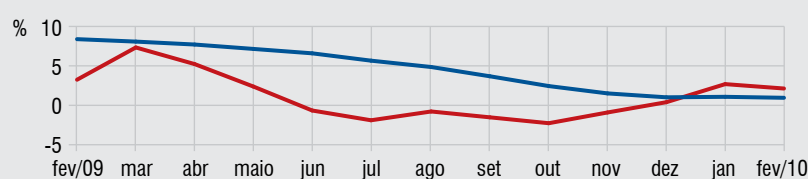
Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, em março de 2010, cerca de 327 mil pessoas estavam desempregadas, ou seja, 19,9% da população economicamente ativa (PEA). Cotejando-se com fevereiro de 2010 verificou-se elevação de 6,0%, e com relação a março de 2009, observou-se expansão de 1,4%. O crescimento da PEA e a redução do nível de ocupação no período explicam esse desempenho.



Taxa de desemprego total – RMS

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de fevereiro de 2010 (R\$ 1.025,00), em comparação ao mesmo mês de 2009 (R\$ 1.004,00), apresentou aumento de 2,1%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS). Quanto à massa de rendimento médio real dos ocupados, verificou-se progresso de 1,1%, em razão da queda dos rendimentos e do nível de emprego no período.

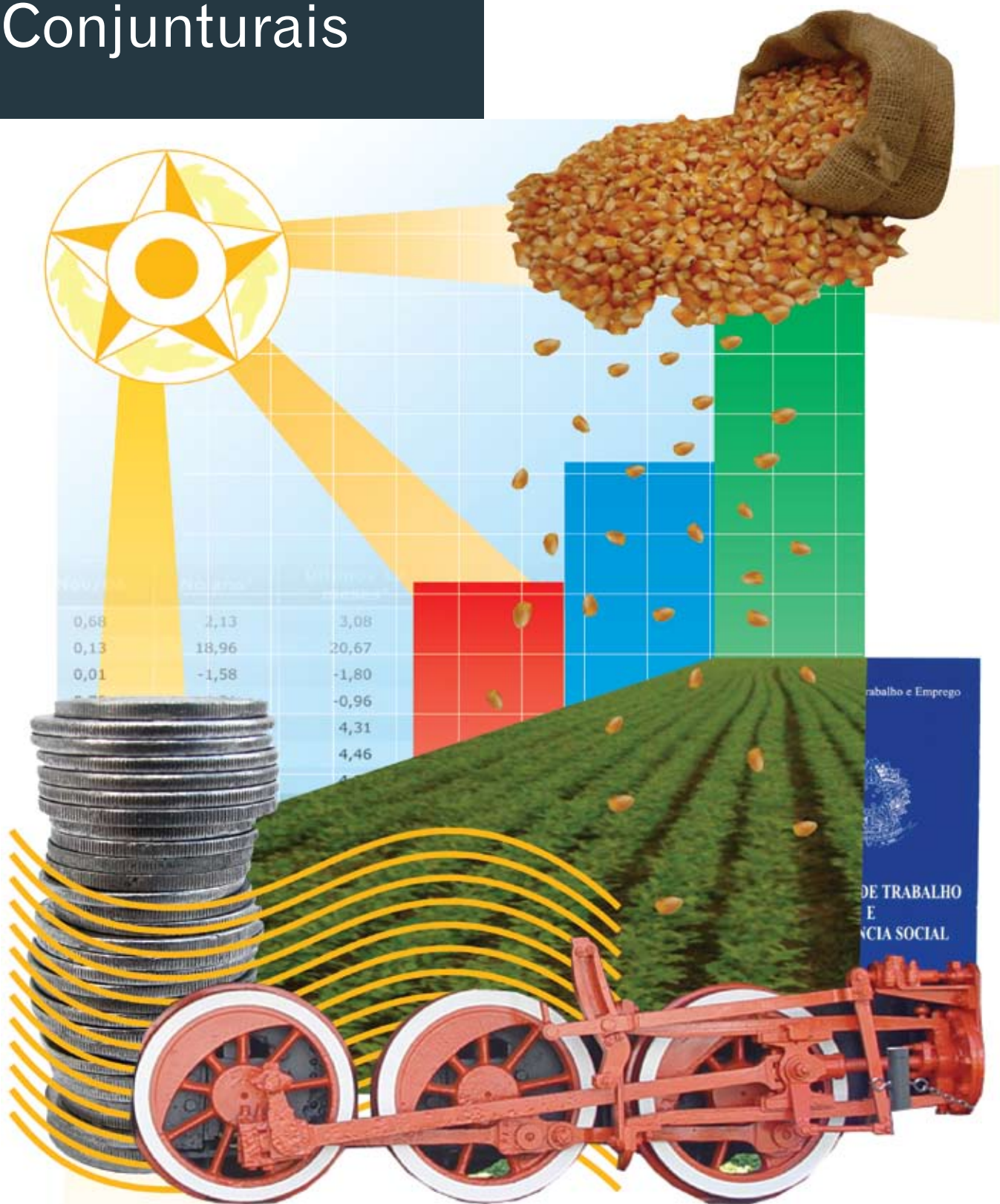


Taxa de variação do rendimento médio real (1) – RMS

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – abr. 2010						
Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Abr. 2009	Abr. 2010	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994=100
Alimentos e bebidas	0,01	0,95	3,74	3,78	123,43	302,20
Habitação e encargos	0,72	0,26	2,73	8,50	116,61	799,53
Artigos de residência	-0,17	-0,52	-1,51	-4,21	92,56	213,01
Vestuário	0,55	0,70	0,45	3,95	108,16	193,91
Transporte e comunicação	-0,82	0,57	2,31	3,62	107,11	767,99
Saúde e cuidados pessoais	0,48	1,19	1,57	2,40	116,13	389,22
Despesas pessoais	0,49	0,28	4,86	5,26	119,26	470,46
Geral	0,05	0,59	2,73	3,96	114,12	383,62

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1-40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Pesquisa nacional da cesta básica Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – abr. 2010					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
Aracaju	184,97	1,80	9,33	12,95	39,42
Belém	227,04	5,25	11,12	13,23	48,39
Belo Horizonte	239,06	6,55	11,73	11,42	50,95
Brasília	237,76	0,57	6,99	7,50	50,67
Curitiba	238,71	3,20	12,68	13,82	50,88
Florianópolis	239,67	4,30	13,64	14,06	51,08
Fortaleza	187,21	2,62	5,79	0,50	39,90
Goiânia	206,46	-0,22	8,15	-2,54	44,00
João Pessoa	203,86	3,86	19,47	10,78	43,45
Natal	223,22	12,09	19,98	16,04	47,57
Porto Alegre	268,72	4,53	13,11	14,44	57,27
Recife	214,48	6,17	25,20	21,42	45,71
Rio de Janeiro	253,13	5,37	18,64	13,72	53,95
Salvador	220,00	5,41	20,12	15,08	46,89
São Paulo	261,29	3,01	14,55	15,85	55,71
Vitória	244,07	5,10	11,40	11,28	52,02
Manaus	241,52	4,41	11,85	14,63	51,47

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2009/2010

Produtos do LSPA (1)	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2009 (2)	2010 (3)	Variação (%)	2009 (2)	2010 (3)	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi (4)	148.219	150.884	1,8	24.479	24.935	1,9
Algodão herbáceo	961.895	1.045.304	8,7	3.167	3.829	20,9
Alho	5.144	6.370	23,8	7.782	8.074	3,8
Amendoim	7.212	7.175	-0,5	1.031	1.032	0,1
Arroz total	58089	47.697	-17,9	1.768	2.112	19,5
Arroz sequeiro	53.843	40.953	-23,9	1.683	1.972	17,2
Arroz irrigado	3.859	6.744	74,8	2.104	3.677	74,8
Batata-inglesa	290680	302.650	4,1	37.692	37.784	0,2
Cana-de-açúcar	5.262.828	5.859.898	11,3	57.392	58.580	2,1
Cebola	224.961	172.103	-23,5	23.056	16.603	-28,0
Feijão total	341.989	334.431	-2,2	617	598	-3,1
Feijão 1ª safra	113105	114.758	1,5	530	476	-10,2
Sequeiro	41.032	43.466	5,9	606	476	-21,4
Irrigado	12.771	5.339	-58,2	3.376	2.795	-17,2
Caupi	59.302	65.953	11,2	401	446	11,2
Feijão 2ª safra	228884	219.673	-4,0	671	690	2,8
Sequeiro	181.852	173.383	-4,7	591	605	2,3
Irrigado	38.420	37.621	-2,1	2.690	2.686	-0,1
Caupi	8.612	8.669	0,7	456	481	5,5
Fumo	4.581	4.899	6,9	932	923	-1,0
Girassol	-	-	0,0	-	-	0,0
Mamona	66.860	85.849	28,4	579	804	38,9
Mandioca	4.345.034	4.169.208	-4,0	13.072	13.037	-0,3
Milho total	2.157.719	2.125.755	-1,5	2.841	2.903	2,2
Milho 1ª safra	1644839	1.568.465	-4,6	4.049	4.011	-0,9
Sequeiro	1.470.551	1.395.555	-5,1	3.807	3.765	-1,1
Irrigado	174.288	172.910	-0,8	8.736	8.479	-2,9
Milho 2ª safra	512880	557.290	8,7	1.451	1.633	12,5
Sequeiro	511.610	556.016	8,7	1.450	1.632	12,6
Irrigado	1.270	1.274	0,3	2.367	2.368	0,0
Soja	2.426.298	2.928.250	20,7	2.552	2.881	12,9
Sorgo granífero	103.312	161.369	56,2	1.320	1.663	26,0
Tomate	315.430	276.987	-12,2	47.121	43.320	-8,1
Lavouras permanentes						
Banana (5)	1.425.991	1.425.947	0,0	15.282	15.173	-0,7
Cacau	143.252	138.104	-3,6	259	248	-4,2
Café	176.851	179.449	1,5	1.141	1.137	-0,4
Castanha-de-caju	5.262.828	5.343	-99,9	207	207	0,0
Coco-da-baía (4)	467.080	488.677	4,6	7.503	6.165	-17,8
Guaraná	2.707	2.686	-0,8	408	406	-0,5
Laranja (5)	906.965	898.426	-0,9	16.267	16.261	0,0
Mamão (5)	-	-	0,0	-	-	0,0
Pimenta-do-reino	4.004	4.011	0,2	2.291	2.295	0,2
Sisal	268.823	279.371	3,9	1.034	1030	-0,4
Uva	90.508	78.075	-13,7	24.304	22.099	-9,1

Fonte: IBGE-PAM/LSPA/GCEA

Elaboração: SEI/CAC.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2008.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro de 2009.

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA) para o LSPA, abril de 2010 (dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(5) Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare. Desconsiderar variação percentual.

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos – Bahia – 2009/2010

Produtos do LSPA (1)	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) (4)	
	2009 (2)	2010 (3)	Variação (%)	2009 (2)	2010 (3)	Variação (%)	2009 (2)	2010 (3)
Lavouras temporárias								
Abacaxi	9.521	9.160	-3,8	6.055	6.051	-0,1	3.466	3.109
Algodão herbáceo	289.758	272.996	-5,8	289.483	272.996	-5,7	275	0
Alho	661	789	19,4	661	789	19,4	0	0
Amendoim	6.993	6.951	-0,6	6.993	6.951	-0,6	0	0
Arroz total	32.855	22.585	-31,3	32.855	22.585	-31,3	0	0
Arroz sequeiro	31.664	20.751	-34,5	31.990	20.751	-35,1	-326	0
Arroz irrigado	1.190,8	1.834	54,0	1.203	1.834	52,5	-12	0
Batata-inglesa	7.712	8.010	3,9	7.712	8.010	3,9	0	0
Cana-de-açúcar	96.693	105.365	9,0	90.574	100.033	10,4	6.119	5.332
Cebola	9.757	10.366	6,2	9.575	10.366	8,3	182	0
Feijão total	615.839	589.901	-4,2	554.321	559.461	0,9	61.518	30.440
Feijão 1ª safra	270.127,0	271.500	0,5	213.569	241.060	12,9	56.558	30.440
Sequeiro	112.715,9	117.593	4,3	67.737	91.358	34,9	44.979	26.235
Irrigado	3.706,5	1.910	-48,5	3.783	1.910	-49,5	-76	0
Caupi	153.704,6	151.997	-1,1	147.857	147.792	0,0	5.847	4.205
Feijão 2ª safra	345.712	318.401	-7,9	340.752	318.401	-6,6	4.960	0
Sequeiro	311.707	286.385	-8,1	307.584	286.385	-6,9	4.123	0
Irrigado	14.280	14.008	-1,9	14.284	14.008	-1,9	-4	0
Caupi	19.725	18.008	-8,7	18.884	18.008	-4,6	841	0
Fumo	4.914	4.899	-0,3	4.914	4.899	-0,3	0	0
Girassol	0	-	0,0	0	-	0,0	0	0
Mamona	120.514	106.824	-11,4	115.571	391.047	238,4	4.943	-284.223
Mandioca	342.023	374.071	9,4	332.395	319.807	-3,8	9.628	54.264
Milho total	890.378	793.447	-10,9	759.603	732.272	-3,6	130.775	61.175
Milho 1ª safra	531.694	452.222	-14,9	406.219	391.047	-3,7	125.475	61.175
Sequeiro	511.661	431.830	-15,6	386.268	370.655	-4,0	125.393	61.175
Irrigado	20.033	20.392	1,8	19.951	20.392	2,2	82	0
Milho 2ª safra	358.684	341.225	-4,9	353.384	341.225	-3,4	5.300	0
Sequeiro	358.147	340.687	-4,9	352.847	340.687	-3,4	5.300	0
Irrigado	537	538	0,3	537	538	0,3	0	0
Soja	950.920	1.016.550	6,9	950.920	1.016.550	6,9	0	0
Sorgo granífero	87.110	97.059	11,4	78.249	97.059	24,0	8.861	0
Tomate	6.694	6.394	-4,5	6.694	6.394	-4,5	0	0
Lavouras permanentes								
Banana	98.410	93.986	-4,5	93.314	93.977	0,7	5.096	9
Cacau	556.801	556.747	0,0	552.302	556.096	0,7	4.499	651
Café	163.017	166.926	2,4	155.047	157.833	1,8	7.970	9.093
Castanha-de-caju	25.703	26.033	1,3	25.460	25.787	1,3	243	246
Coco-da-baía	80.957	79.371	-2,0	80.269	79.261	-1,3	688	110
Guaraná	6.634	6.772	2,1	6.634	6.608	-0,4	0	164
Laranja	69.811	67.233	-3,7	55.755	55.250	-0,9	14.056	11.983
Mamão	0	0	0,0	0	0	0,0	0	0
Pimenta-do-reino	1.836	1.748	-4,8	1.748	1.748	0,0	88	0
Sisal	282.385	271.576	-3,8	260.044	271.236	4,3	22.341	340
Uva	3.724	3.533	-5,1	3.724	3.533	-5,1	0	0

Fonte: IBGE-PAM/LSPA/GCEA

Elaboração: SEI/CAC.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2008.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro de 2009.

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA) para o LSPA, fevereiro de 2010 (dados sujeitos a retificação).

(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – abr. 2010

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
Indústria geral	9,5	13,4	0,7
Extrativa mineral	12,3	4,4	-1,8
Indústria de transformação	9,4	13,9	0,8
Alimentos e bebidas	19,7	2,8	-0,7
Celulose, papel e produtos de papel	14,8	1,7	-0,2
Refino de petróleo e álcool	13,9	13,6	-9,3
Produtos químicos	-4,7	21,0	10,9
Borracha e plástico	-5,1	-3,1	-8,4
Minerais não metálicos	22,0	16,8	10,2
Metalurgia básica	39,3	41,9	-1,7
Veículos automotores	9,6	-1,9	-2,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Devido à paralisação na produção de *Veículos automotores* na Bahia, ocorrida no mês de dezembro de 2008, o resultado do Índice mensal (base: igual mês do ano anterior = 100) no mês de dezembro de 2009 foi muito elevado (1.851.050,00), por isso está representado por um hífen (-).

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – mar. 2009-mar. 2010

(%)

Períodos	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
Março 2009	-2,3	-10,3	-1,1
Abril	-20,9	-13,0	-3,8
Mai	-12,5	-12,9	-5,4
Junho	2,8	-10,4	-5,1
Julho	-10,1	-10,3	-6,0
Agosto	-6,3	-9,8	-7,1
Setembro	-4,8	-9,2	-8,4
Outubro	0,3	-8,3	-8,3
Novembro	4,4	-7,1	-7,8
Dezembro	24,1	-4,9	-4,9
Janeiro	25,0	25,0	-1,6
Fevereiro	8,2	16,4	-0,1
Março 2010	9,4	13,9	0,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – mar. 2010				
				(%)
Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	Acumulado 12 meses (6)
Rural/irrigação	32,4	-1,3	-21,4	-6,6
Residencial	15,8	13,5	9,6	10,6
Industrial (1)	12,3	-1,9	0,8	-3,5
Comercial	15,8	11,5	7,3	7,6
Utilidades públicas (2)	26,9	-7,1	-8,3	1,0
Setor público	-42,5	31,4	72,0	24,6
Concessionária	16,0	3,0	1,0	-0,8
Total	11,2	4,4	4,3	2,0

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a *Iluminação pública, Água, esgoto e saneamento e Tração elétrica*.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – mar. 2010			
			(%)
Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio varejista	19,0	15,0	9,9
Combustíveis e lubrificantes	9,7	6,2	3,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	18,4	13,5	10,7
Hipermercados e supermercados	18,4	13,6	9,9
Tecidos, vestuário e calçados	14,1	13,2	5,8
Móveis e eletrodomésticos	35,2	31,4	13,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,7	9,9	9,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	1,2	13,7	10,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	48,6	37,3	-6,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	13,1	6,6	22,6
Veículos, motos e peças	36,6	23,1	13,8
Material de construção	26,4	16,4	2,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Total de cheques compensados – Bahia – abr. 2009-abr. 2010

(%)

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)
Abril 2009	-9,4	-7,9	-14,6	-8,6	0,4	-4,2
Maio	-5,9	-12,0	-14,1	-2,8	-2,4	-3,9
Junho	11,6	-2,9	-12,4	10,0	6,2	-2,2
Julho	-0,1	-7,9	-11,7	1,1	-1,7	-2,2
Agosto	-2,0	-3,2	-10,7	-2,6	1,9	-1,7
Setembro	-3,4	-15,7	-11,3	0,2	-6,6	-2,2
Outubro	4,3	-9,1	-11,1	7,3	-3,0	-2,3
Novembro	-3,3	0,7	-10,1	-5,2	8,7	-1,4
Dezembro	4,3	-11,0	-10,2	7,5	0,5	-1,2
Janeiro	-11,2	-11,9	-11,9	-10,5	-0,2	-0,2
Fevereiro	-6,4	-5,1	-8,7	0,0	13,8	6,3
Março	21,2	-4,5	-7,2	-6,3	-11,5	-0,1
Abril 2010	-11,8	-7,1	-7,2	9,9	6,5	1,5

Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Exportações, principais segmentos – Bahia – jan.-abr. 2009/2010

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2009	2010		
Químicos e petroquímicos	324.328	605.250	86,62	22,48
Papel e celulose	442.616	547.125	23,61	20,32
Petróleo e derivados	146.658	537.327	266,38	19,95
Metalúrgicos	181.439	222.465	22,61	8,26
Automotivo	106.990	124.227	16,11	4,61
Cacau e derivados	65.825	98.719	49,97	3,67
Soja e derivados	114.403	93.976	-17,86	3,49
Minerais	78.341	87.636	11,86	3,25
Borracha e suas obras	57.949	71.776	23,86	2,67
Algodão e seus subprodutos	69.201	50.148	-27,53	1,86
Café e especiarias	41.195	40.325	-2,11	1,50
Couros e peles	24.963	36.995	48,20	1,37
Calçados e suas partes	26.735	31.958	19,54	1,19
Sisal e derivados	29.968	23.836	-20,46	0,89
Máqs., apars. e mat. elétricos	18.598	23.709	27,48	0,88
Frutas e suas preparações	12.587	19.417	54,26	0,72
Fumo e derivados	3.428	4.550	32,73	0,17
Móveis e semelhantes	3.322	4.508	35,70	0,17
Pesca e aquicultura	617	599	-2,92	0,02
Demais segmentos	48.136	68.426	42,15	2,54
Total	1.797.299	2.692.972	49,83	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 11/05/2010.

Elaboração: SEI.

Exportações, principais países – Bahia – jan.-abr. 2009/2010

Países	Peso (ton.)		Var. (%)	(US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2009	2010		2009	2010		
Estados Unidos	274.031	690.640	152,03	253.196	535.753	111,60	19,89
China	424.818	411.517	-3,13	257.661	373.521	44,97	13,87
Argentina	93.489	98.198	5,04	186.327	242.950	30,39	9,02
Antilhas Holandesas	408.685	490.708	20,07	97.738	218.314	123,37	8,11
Países Baixos	400.456	299.140	-25,30	188.795	196.017	3,83	7,28
Alemanha	191.319	157.036	-17,92	95.915	107.081	11,64	3,98
Reino Unido	70.272	159.921	127,57	46.076	89.988	95,30	3,34
Itália	139.357	110.251	-20,89	76.068	80.254	5,50	2,98
Coreia do Sul	31.173	76.950	146,85	29.220	78.978	170,29	2,93
Bélgica	120.196	156.117	29,89	67.904	78.914	16,21	2,93
Demais países	489.493	621.412	26,95	498.399	691.202	38,68	25,67
Total	2.643.289	3.271.890	23,78	1.797.299	2.692.972	49,83	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 11/05/2010.

Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-abr. 2010**

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	10 anos números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2009	1.825	139,1	1.471	140,6	354	133,1	1.273	139,0	58,9	19,4	3.580
Fevereiro	1.823	138,9	1.469	140,4	354	133,1	1.283	140,1	58,7	19,4	3.587
Março	1.827	139,3	1.460	139,6	367	138,0	1.285	140,3	58,7	20,1	3.593
Abril	1.834	122,5	1.458	132,7	376	94,5	1.285	134,1	58,8	20,5	3.599
Mai	1.832	122,4	1.436	130,7	396	99,5	1.294	135,1	58,6	21,6	3.605
Junho	1.836	122,6	1.445	131,5	391	98,2	1.297	135,4	58,6	21,3	3.612
Julho	1.834	122,5	1.451	132,0	383	96,2	1.306	136,3	58,4	20,9	3.618
Agosto	1.835	122,6	1.468	133,6	367	92,2	1.312	137,0	58,3	20,0	3.624
Setembro	1.836	122,6	1.480	134,7	356	89,4	1.318	137,6	58,2	19,4	3.631
Outubro	1.846	123,3	1.501	136,6	345	86,7	1.315	137,3	58,4	18,7	3.637
Novembro	1.847	123,4	1.518	138,1	329	82,7	1.321	137,9	58,3	17,8	3.643
Dezembro	1.858	124,1	1.542	140,3	316	79,4	1.318	137,6	58,5	17,0	3.650
Janeiro 2010	1.849	123,5	1.522	138,5	327	82,2	1.333	139,1	58,1	17,7	3.656
Fevereiro	1.866	124,6	1.515	137,9	351	88,2	1.324	138,2	58,5	18,8	3.663
Março	1.867	124,7	1.495	136,0	372	93,5	1.330	138,8	58,4	19,9	3.669
Abril	1.871	125,0	1.516	137,9	355	89,2	1.333	139,1	58,4	19,0	3.676
Variação mensal abr. 2010/mar. 2010		0,2		1,4		-4,6		0,2	0,0	-4,5	
Variação no ano abr. 2010/dez. 2009		0,7		-1,7		12,3		1,1	-0,2	11,8	
Variação anual abr. 2010/abr. 2009		2,0		4,0		-5,6		3,7	-0,7	-7,3	

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Taxas de desemprego, por tipo
Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-abr. 2010

Em porcentagem

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador (RMS)					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2009	19,4	11,5	7,8	5,4	2,5	18,0	10,9	7,1	24,5	13,9	10,5
Fevereiro	19,4	11,5	7,9	5,2	2,6	17,8	11,0	6,9	25,2	13,7	11,5
Março	20,1	12,0	8,1	5,6	2,5	17,9	10,9	6,9	28,8	16,2	12,6
Abril	20,5	12,7	7,8	5,5	2,3	18,2	11,5	6,7	29,4	17,4	11,9
Maio	21,6	13,6	8,1	5,6	2,4	19,2	12,1	7,2	30,6	19,2	11,4
Junho	21,3	13,9	7,5	5,1	2,3	19,3	12,6	6,7	28,9	18,6	10,2
Julho	20,9	13,3	7,6	5,4	2,2	18,9	12,1	6,9	28,4	17,9	10,5
Agosto	20,0	12,8	7,2	4,9	2,3	18,5	11,9	6,7	26,0	16,4	9,6
Setembro	19,4	12,0	7,4	5,1	2,3	18,4	11,2	7,2	23,9	15,4	8,5
Outubro	18,7	11,4	7,3	5,1	2,2	17,5	10,5	7,1	23,6	15,3	8,3
Novembro	17,8	11,0	6,8	4,9	1,9	16,3	9,8	6,6	23,7	15,9	7,9
Dezembro	17,0	10,6	6,4	4,5	1,9	15,4	9,4	6,0	22,9	15,1	7,9
Janeiro 2010	17,7	11,1	6,6	4,4	2,2	16,2	10,1	6,1	23,0	14,7	8,4
Fevereiro	18,8	11,6	7,2	4,9	2,4	17,6	10,7	6,9	23,3	14,8	8,5
Março	19,9	12,4	7,5	5,0	2,5	18,6	11,4	7,2	25,0	16,2	8,8
Abril	19,0	12,2	6,8	4,8	2,0	17,7	11,2	6,5	24,2	16,2	8,0
Variação mensal abr. 2010/mar. 2010	-4,5	-1,6	-9,3	-4,0	-20,0	-4,8	-1,8	-9,7	-3,2	0,0	-9,1
Variação no ano abr. 2010/dez. 2009	11,8	15,1	6,3	6,7	5,3	14,9	19,1	8,3	5,7	7,3	1,3
Variação anual abr. 2010/abr. 2009	-7,3	-3,9	-12,8	-12,7	-13,0	-2,7	-2,6	-3,0	-17,7	-6,9	-32,8

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

**Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-abr. 2010**

(%)

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção (1)	Serviços pessoais (2)	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2009	8,6	6,1	17,0	32,4	26,7	8,2	1,0
Fevereiro	9,0	6,2	16,6	32,7	26,1	8,5	0,9
Março	8,5	6,2	16,0	33,1	26,7	8,5	1,0
Abril	8,5	6,0	15,0	33,4	27,9	8,1	1,1
Maio	7,8	6,3	16,0	33,4	27,7	7,9	0,9
Junho	8,2	6,5	16,9	32,1	27,4	7,9	1,0
Julho	7,9	6,9	16,9	32,5	26,9	8,0	0,9
Agosto	7,9	6,5	16,8	32,8	27,1	7,9	1,0
Setembro	7,7	6,4	16,9	33,5	26,8	7,9	0,8
Outubro	8,0	6,5	16,7	33,1	27,2	7,4	1,1
Novembro	8,4	6,8	16,3	33,4	26,6	7,4	1,1
Dezembro	8,8	7,1	15,8	33,4	27,0	6,9	1,0
Janeiro 2010	8,8	7,0	16,3	33,0	27,2	6,7	1,0
Fevereiro	8,5	6,8	16,7	31,9	28,3	7,0	0,8
Março	8,2	6,9	16,4	32,1	28,1	7,3	1,0
Abril	7,9	6,9	16,7	33,1	26,7	7,7	1,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; Diversão, radiodifusão e teledifusão; Comércio, Administração de valores imobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza.

(2) Incluem Serviços pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços comunitários, Oficinas de reparação mecânica e Outros serviços.

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-abr. 2010

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/ carteira assin.	Assalariado priv. s/ carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/ público	Autônomo trab. p/ empresa			
Janeiro 2009	64,0	40,6	9,3	13,9	22,3	18,7	3,6	3,2	8,2	2,3
Fevereiro	64,2	41,0	9,4	13,8	22,5	19,3	3,2	2,9	8,5	1,9
Março	64,7	40,8	9,5	14,4	21,9	19,3	2,6	2,8	8,5	2,1
Abril	65,7	41,4	9,2	15,1	21,3	18,6	2,7	3	8,1	1,9
Maio	66,1	42,2	9,0	14,9	20,9	18,3	2,7	3	7,9	2,1
Junho	66,2	42,4	9,1	14,6	21,2	18,4	2,8	2,9	7,9	1,8
Julho	65,5	41,6	9,2	14,6	21,9	19,2	2,7	2,7	8,0	1,9
Agosto	65,4	41,8	9,0	14,5	22,1	19,3	2,7	2,6	7,9	2,0
Setembro	65,3	41,8	9,4	14,0	22,1	19,2	2,9	2,6	7,9	2,1
Outubro	65,7	42,0	9,5	14,2	22,1	19,0	3,0	2,7	7,4	2,1
Novembro	65,2	41,2	10,0	13,9	22,4	19,6	2,8	2,8	7,4	2,2
Dezembro	66,0	42,2	9,5	14,2	22,4	20,0	2,4	2,8	6,9	1,9
Janeiro 2010	66,3	43,2	9,2	13,8	22,1	19,8	2,3	2,8	6,7	2,1
Fevereiro	67,0	44,4	9,0	13,5	21,0	18,5	2,5	3,0	7,0	2,0
Março	66,9	44,2	9,4	13,3	20,6	18,0	2,6	3,2	7,3	2,0
Abril	66,7	44,4	9,0	13,3	20,2	17,7	2,5	3,4	7,7	2,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem *Trabalhadores familiares e Donos de negócios familiares*.

**Rendimento médio real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-mar. 2010**

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2009	1.004	103,2	1.111	103,2	724	109,9
Fevereiro	1.007	103,5	1.114	103,5	727	110,4
Março	1.037	106,5	1.139	105,8	733	111,3
Abril	1.026	105,4	1.128	104,8	717	108,8
Mai	1.025	105,3	1.124	104,4	701	106,4
Junho	995	102,2	1.112	103,3	699	106,1
Julho	989	101,6	1.097	101,9	710	107,8
Agosto	994	102,2	1.104	102,5	748	113,6
Setembro	999	102,6	1.103	102,5	719	109,2
Outubro	1.013	104,1	1.126	104,6	715	108,6
Novembro	1.029	105,7	1.147	106,5	717	108,9
Dezembro	1.025	105,3	1.135	105,4	724	109,9
Janeiro 2010	1.031	105,9	1.132	105,1	737	112,0
Fevereiro	1.029	105,7	1.124	104,5	734	111,4
Março	1.066	109,6	1.163	108,1	758	115,1
Variação mensal mar. 2010/fev. 2010		3,7		3,5		3,4
Variação no ano mar. 2010/dez. 2009		4,0		2,6		4,7
Variação anual mar. 2010/mar. 2009		2,8		2,2		3,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluídos os *Assalariados* e os *Empregados domésticos assalariados* que não tiveram remuneração no mês, os *Trabalhadores familiares* sem remuneração salarial e os *Trabalhadores* que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.(2) Excluídos os *Assalariados* que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de março – 2010.

(4) Base: Média de 2000 = 100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-mar. 2010

(R\$)

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2009	(2)	539	623	1.004	2.558
Fevereiro	(2)	544	630	985	2.499
Março	(2)	549	635	991	2.525
Abril	(2)	543	609	986	2.530
Maio	(2)	558	606	986	2.567
Junho	(2)	551	608	956	2.549
Julho	(2)	543	623	958	2.422
Agosto	(2)	530	643	981	2.371
Setembro	(2)	545	655	985	2.312
Outubro	(2)	551	662	988	2.407
Novembro	(2)	557	670	993	2.408
Dezembro	(2)	562	684	1.000	2.321
Janeiro 2010	(2)	577	687	1.004	2.316
Fevereiro	(2)	582	685	984	2.406
Março	(2)	576	675	988	2.586

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de março – 2010.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Rendimento real trimestral dos assalariados (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-mar 2010

Trimestres	Total	Assalariados no setor privado (1)						Assalariados do setor público (2)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação	Comércio	Serviços	Assinada	Não assinada	
Janeiro 2009	1.111	923	1.198	763	906	997	584	1.821
Fevereiro	1.114	910	1.182	739	902	977	602	1.849
Março	1.139	916	1.200	751	912	986	591	1.900
Abril	1.128	911	1.246	710	911	975	601	1.876
Mai	1.124	915	1.232	719	907	980	604	1.864
Junho	1.112	911	1.233	716	899	976	613	1.816
Julho	1.097	898	1.121	748	887	965	582	1.806
Agosto	1.104	908	1.226	754	886	977	595	1.840
Setembro	1.103	912	1.183	760	889	983	595	1.837
Outubro	1.126	935	1.244	763	916	1.009	622	1.862
Novembro	1.147	968	1.219	765	967	1.040	640	1.828
Dezembro	1.135	978	1.242	758	977	1.048	643	1.737
Janeiro 2010	1.132	980	1.253	759	979	1.051	610	1.756
Fevereiro	1.124	960	1.196	761	964	1.036	571	1.817
Março	1.163	961	1.252	781	955	1.037	553	2.050
Variação mensal mar. 2010/fev. 2010	3,5	0,1	4,7	2,6	-1,0	0,1	-3,1	12,8
Variação no ano mar. 2010/dez. 2009	2,6	-1,7	0,8	3,0	-2,3	-1,1	-13,9	18,0
Variação anual mar. 2010/mar. 2009	2,2	4,9	4,4	3,9	4,7	5,2	-6,3	7,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de março – 2010.

(2) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Nota: Exclui os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Rendimento médio real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-mar. 2010

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2009	210	432	625	1.055	2.111	432	468	707	1.249	2.186
Fevereiro	210	436	622	1.052	2.103	431	482	697	1.249	2.178
Março	227	462	620	1.137	2.082	431	482	681	1.244	2.281
Abril	248	481	620	1.137	2.073	481	482	677	1.240	2.170
Maio	237	480	619	1.033	2.068	480	481	682	1.240	2.273
Junho	207	478	614	1.033	2.062	478	480	699	1.237	2.262
Julho	236	477	616	1.031	2.058	477	479	719	1.235	2.233
Agosto	246	476	615	1.028	2.056	476	478	717	1.229	2.235
Setembro	255	476	615	1.028	2.050	476	478	717	1.228	2.151
Outubro	245	476	614	1.125	2.049	476	477	717	1.228	2.259
Novembro	245	475	614	1.188	2.127	475	491	717	1.329	2.351
Dezembro	255	475	613	1.225	2.125	475	511	751	1.328	2.314
Janeiro 2010	303	475	653	1.212	2.085	475	515	757	1.277	2.306
Fevereiro	301	510	656	1.136	2.048	475	515	753	1.225	2.247
Março	300	510	656	1.200	2.144	510	515	750	1.214	2.335
Variação mensal mar. 2010/fev. 2010	-0,3	0,1	0,0	5,7	4,7	7,5	0,0	-0,3	-0,9	3,9
Variação no ano mar. 2010/dez. 2009	17,5	7,4	7,1	-2,1	0,9	7,4	0,9	-0,1	-8,6	0,9
Variação anual mar. 2010/mar. 2009	31,9	10,3	5,7	5,5	3,0	18,3	6,9	10,1	-2,4	2,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de março – 2010.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Flutuação mensal do emprego Bahia – jan. 2009-abr. 2010					
Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2009	71.170	7.258	22.683	14.524	28.099
Janeiro	-917	-1.018	906	-1.480	-256
Fevereiro	422	-277	-282	-421	945
Março	4.497	27	1.839	-425	2.042
Abril	3.917	-381	2.565	490	1.485
Maio	9.060	1.870	624	1.390	2.086
Junho	6.119	278	950	720	1.514
Julho	9.792	995	3.824	980	2.532
Agosto	11.085	2.491	3.780	2.281	4.343
Setembro	10.765	2.624	3.486	2.750	3.524
Outubro	7.443	2.117	1.932	2.592	2.834
Novembro	13.241	-224	4.549	4.647	5.953
Dezembro	-4.254	-1.244	-1.490	1.000	1.097
2010	41.328	9.410	13.743	2.697	8.639
Janeiro	14.424	2.418	4.029	1.578	3.972
Fevereiro	6.088	1.505	2.766	1.324	1.198
Março	10.226	3.146	4.348	-723	2.033
Abril	10.590	2.341	2.600	518	1.436
maio 2009 – abr. 2010	104.579	18.317	31.398	19.057	32.522

Fonte: MTE – Cadastro de Empregados e Desempregados – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Flutuação mensal do emprego Região Metropolitana de Salvador – jan. 2009-abr. 2010					
Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2009	39.965	-258	15.199	5.159	19.750
Janeiro	-1.146	101	378	-1.179	-241
Fevereiro	-1.219	-649	-489	-359	333
Março	2.810	-620	1.529	-295	2.185
Abril	3.065	-371	2.173	222	1.134
Maio	1.970	-152	238	348	1.471
Junho	1.474	-258	163	425	1.177
Julho	4.894	242	2.753	320	1.697
Agosto	7.370	344	2.978	771	2.904
Setembro	6.964	980	2.185	1.472	2.313
Outubro	3.609	56	870	988	1.672
Novembro	10.619	457	3.302	2.003	4.731
Dezembro	-445	-388	-881	443	374
2010	20.076	2.722	10.940	1.164	5.698
Janeiro	7.622	834	3.804	630	2.454
Fevereiro	3.699	321	1.631	439	1.234
Março	5.774	914	3.690	-27	1.532
Abril	2.981	653	1.815	122	478
maio 2009 – abr. 2010	56.531	4.003	22.548	7.934	22.037

Fonte: MTE – Cadastro de Empregados e Desempregados – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Demonstrativo das receitas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2009/2010						
Receita realizada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	175.774.095	...	175.774.095	139.135.973	344.923.879	484.059.852
Receitas correntes	137.483.571	...	137.483.571	120.022.097	126.499.698	246.521.795
Receita tributária	44.664.813	...	44.664.813	41.886.932	44.411.248	86.298.180
Impostos	44.112.647	...	44.112.647	41.378.731	42.016.828	83.395.559
Taxas	552.166	...	552.166	508.201	2.394.420	2.902.621
Receita de contribuições	73.316.958	...	73.316.958	60.059.854	63.053.536	123.113.390
Contribuições sociais	71.093.889	...	71.093.889	58.702.824	61.893.060	120.595.884
Contribuições econômicas	2.223.068	...	2.223.068	1.357.030	1.160.476	2.517.506
Receita patrimonial	8.697.210	...	8.697.210	6.250.353	7.743.057	13.993.410
Receitas imobiliárias	88.224	...	88.224	84.035	82.502	166.537
Receitas de valores mobiliários	3.199.819	...	3.199.819	2.608.653	3.984.470	6.593.123
Receita de concessões e permissões	240.651	...	240.651	218.666	732.931	951.597
Compensações financeiras	5.167.503	...	5.167.503	3.338.167	2.940.713	6.278.880
Outras receitas patrimoniais	1.013	...	1.013	832	2.441	3.273
Receita agropecuária	3.189	...	3.189	3.589	3.494	7.083
Receita da produção vegetal	2.334	...	2.334	1.853	1.879	3.732
Receita da produção animal e derivados	852	...	852	1.734	1.612	3.346
Outras receitas agropecuárias	3	...	3	2	3	5
Receita industrial	86.254	...	86.254	97.024	83.046	180.070
Receita da indústria de transformação	86.254	...	86.254	97.024	83.046	180.070
Receita de serviços	7.263.314	...	7.263.314	6.286.577	6.273.397	12.559.974
Transferências correntes	24.616	...	24.616	28.706	21.360	50.066
Transferências intergovernamentais	0	...	0	4	-	4
Transferências de instituições privadas	332	...	332	3.063	277	3.340
Transferências do exterior	2.511	...	2.511	8.613	4.587	13.200
Transferências de pessoas	81	...	81	75	75	150
Transferências de convênios	21.613	...	21.613	16.866	16.360	33.226
Transferências para o combate à fome	79	...	79	85	61	146
Outras receitas correntes	3.409.429	...	3.409.429	5.409.062	4.910.560	10.319.622
Multas e juros de mora	1.470.114	...	1.470.114	2.394.249	2.517.733	4.911.982
Indenizações e restituições	508.627	...	508.627	697.356	308.144	1.005.500
Receita da dívida ativa	258.566	...	258.566	597.298	581.646	1.178.944
Receitas diversas	1.172.121	...	1.172.121	1.720.159	1.503.037	3.223.196
Receitas de capital	38.290.524	...	38.290.524	19.113.876	218.424.181	237.538.057
Operações de crédito	29.148.082	...	29.148.082	12.043.628	22.384.276	34.427.904
Operações de crédito internas	29.126.705	...	29.126.705	10.571.657	22.336.879	32.908.536
Operações de crédito externas	21.377	...	21.377	1.471.971	47.397	1.519.368
Alienação de bens	44.515	...	44.515	24.395	122.964	147.359
Alienação de bens móveis	21.315	...	21.315	13.292	111.662	124.954
Alienação de bens imóveis	23.200	...	23.200	11.103	11.302	22.405
Amortizações de empréstimos	4.126.434	...	4.126.434	4.089.629	5.313.953	9.403.582
Transferências de capital	13.889	...	13.889	7.598	19.092	26.690
Transferências de pessoas	40	...	40	-	-	-

(Conclusão)

Demonstrativo das receitas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2009/2010

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Transferência de outras instituições públicas	312	...	312	9	10.536	10.545
Transferências de convênios	13.537	...	13.537	7.589	8.556	16.145
Outras receitas de capital	4.957.605	...	4.957.605	2.948.626	190.583.896	193.532.522
Resultado do Banco Central do Brasil	0	...	0	-	185.352.903	185.352.903
Remuneração das disponibilidades	4.957.604	...	4.957.604	2.948.626	5.230.792	8.179.418
Receita dívida ativa alienação estoques de café	0	...	0	-	78	78
Outras receitas	0	...	0	-	123	123
Receita (intraorçamentária) (II)	1.778.429	...	1.778.429	1.528.602	1.676.759	3.205.361
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	177.552.524	...	177.552.524	140.664.575	346.600.638	487.265.213
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	47.380.096	...	47.380.096	38.088.203	27.938.473	66.026.676
Operações de crédito internas	47.380.096	...	47.380.096	37.172.274	27.938.473	65.110.747
Mobiliária	47.380.096	...	47.380.096	37.172.274	27.938.473	65.110.747
Operações de crédito externas	-	...	-	915.929	-	915.929
Mobiliária	-	...	-	915.929	-	915.929
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	224.932.620	...	224.932.620	178.752.778	374.539.226	553.292.004
Déficit (VI)	-	...	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	224.932.620	...	224.932.620	178.752.778	374.539.226	553.292.004
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	...	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas correntes	1.778.429	...	1.778.429	1.528.602	1.676.759	3.205.361
Receita tributária	5	...	5	408	116	524
Impostos	-3	...	-3	364	13	377
Taxas	8	...	8	44	103	147
Receita de contribuições	1.756.347	...	1.756.347	1.512.710	1.643.257	3.155.967
Contribuições sociais	1.756.347	...	1.756.347	1.512.710	1.643.257	3.155.967
Receita patrimonial	2.328	...	2.328	637	300	937
Receitas imobiliárias	632	...	632	190	283	473
Receitas de valores mobiliários	1.681	...	1.681	440	-	440
Receita de concessões e permissões	14	...	14	7	17	24
Compensações financeiras	...	...	0	-	-	-
Receita industrial	13.996	...	13.996	11.672	26.618	38.290
Receita da indústria de transformação	13.996	...	13.996	11.672	26.618	38.290
Receita de serviços	3.575	...	3.575	2.567	5.949	8.516
Outras receitas correntes	2.179	...	2.179	608	519	1.127
Multas e juros de mora	93	...	93	39	34	73
Indenizações e restituições	1.864	...	1.864	348	307	655
Receitas correntes diversas	222	...	222	221	178	399
Total	3.556.859	...	3.556.859	1.528.602	1.676.759	3.205.361

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

(...) Dado indisponível.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

Demonstrativo das despesas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2009/2010						
(R\$ 1.000)						
Despesa executada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	142.797.441	...	142.797.441	133.472.788	150.189.516	283.662.304
Despesas correntes	138.263.031	...	138.263.031	129.687.171	106.878.952	236.566.123
Pessoal e encargos sociais	24.743.631	...	24.743.631	26.746.461	22.193.799	48.940.260
Juros e encargos da dívida	34.402.663	...	34.402.663	30.567.741	9.599.968	40.167.709
Outras despesas correntes	79.116.737	...	79.116.737	72.372.968	75.085.185	147.458.153
Transferência a estados, DF e municípios	28.398.785	...	28.398.785	24.606.369	25.707.735	50.314.104
Benefícios previdenciários	37.516.736	...	37.516.736	32.085.905	33.751.682	65.837.587
Demais despesas correntes	13.201.216	...	13.201.216	15.680.695	15.625.768	31.306.463
Despesas de capital	4.534.411	...	4.534.411	3.785.617	43.310.564	47.096.181
Investimentos	957.673	...	957.673	204.386	649.990	854.376
Inversões financeiras	2.910.591	...	2.910.591	2.814.794	3.244.937	6.059.731
Amortização da dívida	666.147	...	666.147	766.438	39.415.637	40.182.075
Reserva de contingência	-	...	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	2.011.694	...	2.011.694	1.805.321	1.921.049	3.726.370
Despesas correntes	2.010.989	...	2.010.989	1.802.555	1.811.582	3.614.137
Pessoal e encargos sociais	1.975.704	...	1.975.704	1.770.361	1.739.300	3.509.661
Outras despesas correntes	35.285	...	35.285	32.194	72.283	104.477
Demais despesas correntes	35.285	...	35.285	32.194	72.283	104.477
Despesas de capital	704	...	704	2.766	109.467	112.233
Investimentos	20	...	20	54	780	834
Inversões financeiras	685	...	685	2.712	108.687	111.399
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	144.809.135	...	144.809.135	135.278.109	152.110.566	287.388.675
Amortização da dívida – refinanciamento (XI)	120.532.846	...	120.532.846	103.324.217	25.741.541	129.065.758
Amortização da dívida interna	117.691.241	...	117.691.241	102.752.519	24.090.418	126.842.937
Dívida mobiliária	117.690.733	...	117.690.733	102.752.372	24.090.387	126.842.759
Outras dívidas	508	...	508	147	31	178
Amortização da dívida externa	2.841.605	...	2.841.605	571.698	1.651.123	2.222.821
Dívida mobiliária	2.685.460	...	2.685.460	429.429	1.041.385	1.470.814
Outras dívidas	156.146	...	156.146	142.268	609.739	752.007
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	265.341.981	...	265.341.981	238.602.326	177.852.107	416.454.433
Superávit (XIII)	-	...	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	265.341.981	...	265.341.981	238.602.326	177.852.107	416.454.433

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

(...) Dado indisponível até 11/05/2010.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Estado

(Continua)

Balço Orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2009/2010

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	3.414.028.707	...	3.414.028.707	2.912.105.603	2.881.117.410	5.793.223.013
Receitas correntes	3.383.061.169	...	3.383.061.169	2.900.669.020	2.833.116.318	5.733.785.338
Receita tributária	2.039.406.989	...	2.039.406.989	1.734.904.028	1.659.987.300	3.394.891.328
Impostos	1.987.533.849	...	1.987.533.849	1.682.734.678	1.599.603.608	3.282.338.286
Taxas	51.873.139	...	51.873.139	52.169.350	60.383.692	112.553.042
Contribuição de melhoria	-	...	-	-	-	-
Receita de contribuições	210.746.618	...	210.746.618	173.964.266	168.330.918	342.295.183
Contribuições sociais	210.746.618	...	210.746.618	173.964.266	168.330.918	342.295.183
Contribuições econômicas	-	...	-	-	-	-
Receita patrimonial	22.275.151	...	22.275.151	31.532.829	30.782.417	62.315.245
Receitas imobiliárias	2.905.907	...	2.905.907	2.217.157	2.957.309	5.174.466
Receitas de valores mobiliários	19.238.820	...	19.238.820	29.135.816	27.562.773	56.698.589
Receitas de concessões e permissões	82.687	...	82.687	135.261	224.106	359.367
Outras receitas patrimoniais	47.737	...	47.737	44.594	38.230	82.824
Receita agropecuária	4.263	...	4.263	-	1.435	1.435
Receita da produção vegetal	-	...	-	-	-	-
Receita da produção animal e derivados	-	...	-	-	1.435	1.435
Outras receitas agropecuárias	4.263	...	4.263	-	-	-
Receita industrial	-	...	-	-	-	-
Receita da indústria de transformação	-	...	-	-	-	-
Receita da indústria de construção	-	...	-	-	-	-
Outras receitas industriais	-	...	-	-	-	-
Receita de serviços	9.190.762	...	9.190.762	12.635.053	10.663.933	23.298.986
Transferências correntes	1.322.477.621	...	1.322.477.621	1.261.241.595	1.223.144.188	2.484.385.782
Transferências intergovernamentais	1.313.088.593	...	1.313.088.593	1.246.903.919	1.183.974.164	2.430.878.083
Transferências de instituições privadas	-	...	-	-	600.000	600.000
Transferências do exterior	-	...	-	-	386.529	386.529
Transferências de pessoas	-	...	-	-	-	-
Transferências de convênios	9.389.028	...	9.389.028	14.337.676	38.183.495	52.521.171
Transferências para o combate à fome	-	...	-	-	-	-
Outras receitas correntes	208.838.934	...	208.838.934	79.014.415	91.163.006	170.177.421
Multas e juros de mora	23.097.316	...	23.097.316	16.598.261	17.651.834	34.250.095
Indenizações e restituições	22.880.559	...	22.880.559	1.442.195	3.147.344	4.589.540
Receita da dívida ativa	1.847.825	...	1.847.825	1.298.102	1.372.553	2.670.655
Receitas diversas	161.013.233	...	161.013.233	59.675.857	68.991.275	128.667.131
Conta retificadora da receita orçamentária	(429.879.169)	...	(429.879.169)	(392.623.165)	(350.956.878)	(743.580.043)
Receitas de capital	30.967.538	...	30.967.538	11.436.583	48.001.092	59.437.675
Operações de crédito	8.404.553	...	8.404.553	9.117.402	14.964.933	24.082.335
Operações de crédito internas	479.700	...	479.700	8.514.836	9.100.897	17.615.733
Operações de crédito externas	7.924.853	...	7.924.853	602.567	5.864.036	6.466.602
Alienação de bens	139.125	...	139.125	59.456	33.022	92.477
Alienação de bens móveis	135.425	...	135.425	-	-	-
Alienação de bens imóveis	3.700	...	3.700	59.456	33.022	92.477
Amortização de empréstimos	11.331.943	...	11.331.943	485.889	11.839.268	12.325.157

(Conclusão)

Balço Orçamentário – Receita Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2009/2010						
(R\$ 1,00)						
Receita realizada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Amortização de empréstimos	11.331.943	...	11.331.943	485.889	11.839.268	12.325.157
Transferências de capital	11.091.917	...	11.091.917	1.773.813	21.158.369	22.932.182
Transferências intergovernamentais	-	...	-	1.246.903.919	1.183.974.164	2.430.878.083
Transferências de instituições privadas	-	...	-	-	600.000	600.000
Transferências do exterior	-	...	-	-	386.529	386.529
Transferências de pessoas	-	...	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	...	-	-	-	-
Transferências de convênios	11.091.917	...	11.091.917	14.337.676	38.183.495	52.521.171
Transferências para o combate à fome	-	...	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	...	-	23	5.501	5.524
Integralização do capital social	-	...	-	-	-	-
Div. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	...	-	-	-	-
Restituições	-	...	-	-	-	-
Outras receitas	-	...	-	23	5.501	5.524
Receitas (intraorçamentárias) (II)	238.070.981	...	238.070.981	222.309.646	228.756.241	451.065.887
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	3.652.099.688	...	3.652.099.688	3.134.415.250	3.109.873.650	6.244.288.900
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	-	...	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	...	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	...	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	...	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	...	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	...	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	...	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	3.652.099.688	...	3.652.099.688	3.134.415.250	3.109.873.650	6.244.288.900
Déficit (VI)	-	...	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	3.652.099.688	...	3.652.099.688	3.134.415.250	3.109.873.650	6.244.288.900
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas correntes	238.070.981	...	238.070.981	222.309.646	228.756.241	451.065.887
Receita de contribuições	238.070.981	...	238.070.981	222.309.646	219.736.027	442.045.674
Contribuições sociais	238.070.981	...	238.070.981	222.309.646	219.736.027	442.045.674
Receita de serviços	-	...	-	-	9.020.213	9.020.213
Total	238.070.981	...	238.070.981	222.309.646	228.756.241	451.065.887

Fonte: Sefaz.

Elaboração: Coref/SEI.

(...) Dado indisponível até 21/05/2010.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Balanço Orçamentário – Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2009/2010

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	2.885.166.340	...	2.885.166.340	2.609.416.036	3.140.879.215	5.750.295.252
Despesas correntes	2.651.292.151	...	2.651.292.151	2.273.687.485	2.673.817.221	4.947.504.706
Pessoal e encargos sociais	1.628.944.193	...	1.628.944.193	1.466.005.399	1.440.647.309	2.906.652.707
Juros e encargos da dívida	50.524.027	...	50.524.027	76.119.674	82.235.088	158.354.762
Outras despesas correntes	971.823.932	...	971.823.932	731.562.411	1.150.934.825	1.882.497.236
Transferências a municípios	510.434.052	...	510.434.052	425.392.426	404.508.001	829.900.427
Demais despesas correntes	461.389.880	...	461.389.880	306.169.985	746.426.824	1.052.596.809
Despesas de capital	233.874.188	...	233.874.188	335.728.552	467.061.994	802.790.546
Investimentos	56.674.325	...	56.674.325	24.584.045	153.212.437	177.796.482
Inversões financeiras	25.179.170	...	25.179.170	12.844.693	40.146.105	52.990.797
Amortização da dívida	152.020.694	...	152.020.694	298.299.814	273.703.452	572.003.266
Reserva de contingência	-	...	-	-	-	-
Reserva do rpps	-	...	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	213.441.631	...	213.441.631	203.948.191	233.163.123	437.111.315
Subtotal das despesas (III) = (I + II)	3.098.607.971	...	3.098.607.971	2.813.364.228	3.374.042.339	6.187.406.567
Amortização da dívida/refinanciamento(IV)	-	...	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	...	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	...	-	-	-	-
Outras dívidas	-	...	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	...	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	...	-	-	-	-
Outras dívidas	-	...	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	3.098.607.971	...	3.098.607.971	2.813.364.228	3.374.042.339	6.187.406.567
Superávit (VI)	-	...	-	-	-	56.882.334
Total (VIII) = (V + VI)	3.098.607.971	...	3.098.607.971	2.813.364.228	3.374.042.339	6.244.288.900

Despesa intraorçamentária	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas correntes	213.441.631	...	213.441.631	203.948.191	233.163.123	437.111.315
Pessoal e encargos sociais	191.791.511	...	191.791.511	203.780.372	227.229.700	431.010.072
Outras despesas correntes	21.650.120	...	21.650.120	167.820	5.933.423	6.101.243
Despesas de capital	-	...	-	-	-	-
Investimentos	-	...	-	-	-	-
Total	213.441.631	...	213.441.631	203.948.191	233.163.123	437.111.315

Fonte: Sefaz.

Elaboração: SEI/Coref

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

(...)Dado indisponível até 21/05/2010.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X

Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2009-mar. 2010						
(R\$ 1.000)						
Meses	ICMS		Outras		Total	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Janeiro	810.970	1.022.833	34.657	28.914	845.627	1.022.862
Fevereiro	801.240	878.417	52.661	68.300	853.902	946.717
Março	713.872	861.232	50.502	63.356	764.374	924.588
Abril	776.584	...	55.207	...	831.791	...
Maiο	836.838	...	78.041	...	914.879	...
Junho	775.248	...	90.239	...	865.487	...
Julho	806.720	...	94.934	...	901.654	...
Agosto	823.385	...	84.955	...	908.340	...
Setembro	864.030	...	77.583	...	941.613	...
Outubro	901.385	...	48.331	...	949.716	...
Novembro	902.751	...	33.708	...	936.459	...
Dezembro	838.339	...	45.815	...	884.154	...
Total	9.851.361	2.762.482	746.635	160.570	10.597.997	2.894.167

Fonte: Sefaz – Balancetes mensais.

Elaboração: SEI.

(...) Dado indisponível até 11/05/2010.

Arrecadação mensal do ICMS, por unidades da Federação
Brasil – jan.-abr. 2009/2010

(R\$ 1.000,00)

Unidade da Federação	2010					2009				
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Acumulado jan.-mar.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Acumulado jan.-abr.
Norte	1.148.444	1.020.758	1.071.449	...	3.240.651	1.078.528	923.943	893.020	921.449	3.816.940
Acre	36.394	42.921	42.921	...	122.236	34.597	41.066	39.692	40.394	155.749
Amazonas	397.269	398.974	368.269	...	1.164.512	343.474	315.410	279.705	323.044	1.261.633
Pará	425.393	356.789	380.768	...	1.162.950	409.677	316.597	324.176	307.041	1.357.491
Rondônia	160.193	141.937	135.183	...	437.313	147.020	127.459	126.131	119.458	520.068
Amapá	40.688	0	63.625	...	104.313	37.665	28.112	31.205	31.081	128.063
Roraima	0	0	0	...	0	29.946	26.149	25.290	28.701	110.086
Tocantins	88.507	80.136	80.682	...	249.325	76.148	69.149	66.820	71.730	283.847
Nordeste	3.400.265	3.037.763 (1)	2.980.506	...	9.418.534	2.838.114	2.633.128	2.466.247	2.578.050	10.515.539
Maranhão	242.934	212.775	215.953	...	671.662	216.691	195.452	186.530	186.878	785.551
Piauí	161.733	154.646 (1)	139.051	...	455.430	126.844	133.219	111.637	118.688	490.388
Ceará	504.015	452.163	453.743	...	1.409.921	428.874	373.102	376.289	372.400	1.550.665
Rio Grande do Norte	246.070	212.792	206.511	...	665.373	207.861	183.673	179.982	186.931	758.447
Paraíba	213.516	194.584	189.241	...	597.341	175.841	166.273	160.712	153.035	655.861
Pernambuco	691.127	614.845	606.695	...	1.912.667	584.951	508.477	483.826	503.815	2.081.069
Alagoas	170.552	163.162	163.560	...	497.274	149.905	137.607	127.779	137.580	552.871
Sergipe	136.250	126.437 (1)	122.427	...	385.114	122.043	114.202	107.366	121.927	465.538
Bahia	1.034.068	906.359	883.327	...	2.823.754	825.104	821.123	732.126	796.796	3.175.149
Sudeste	11.338.416	11.263.893	11.654.101	...	34.256.410	9.315.973	10.141.304	9.676.612	10.112.711	39.246.600
Minas Gerais	2.056.652	1.902.185	1.957.225	...	5.916.062	1.751.720	1.649.325	1.640.353	1.743.818	6.785.216
Espírito Santo	584.483	559.227	566.365	...	1.710.075	621.235	581.036	490.115	578.135	2.270.521
Rio de Janeiro	1.964.384	1.707.862	1.776.963	...	5.449.209	1.664.125	1.493.785	1.511.606	1.833.699	6.503.215
São Paulo	6.732.896	7.094.619	7.353.547	...	21.181.062	5.278.894	6.417.158	6.034.538	5.957.060	23.687.650
Sul	3.592.714	2.931.756	3.354.418	...	9.878.888	3.099.325	2.679.976	2.707.729	2.993.388	11.480.418
Paraná	1.186.849	1.045.314	1.161.594	...	3.393.757	1.020.193	907.680	926.315	1.005.823	3.860.011
Santa Catarina	864.836	741.594	771.223	...	2.377.653	736.353	661.225	665.176	705.108	2.767.862
Rio Grande do Sul	1.541.029	1.144.848	1.421.601	...	4.107.478	1.342.779	1.111.070	1.116.238	1.282.456	4.852.543
Centro-Oeste	1.812.450	1.676.445	1.806.041	...	5.294.936	1.619.333	1.485.042	1.527.083 (1)	1.592.569	6.224.027
Mato Grosso	446.445	397.395	436.812	...	1.280.652	387.332	371.644	379.359	384.067	1.522.402
Mato Grosso do Sul	323.337	356.481	367.208	...	1.047.026	386.053	346.054	356.689	358.165	1.446.961
Goiás	643.980	574.198	672.333	...	1.890.511	505.641	485.254	479.414 (1)	533.181	2.003.490
Distrito Federal	398.688	348.371	329.689	...	1.076.748	340.307	282.089	311.620	317.156	1.251.172
Brasil	21.292.289	19.930.615 (1)	20.866.516	...	62.089.420	17.951.274	17.863.392	17.270.691 (1)	18.198.167	71.283.524

Fonte: Confaz-Cotepe/ICMS.

Elaboração: SEI/Coref.

Última Atualização: 26/10/2009.

(...) Dado indisponível até 13/05/2010.

(1) Dados sujeitos a atualização.

MUNICÍPIO

Balanço orçamentário

(Continua)

Balanço Orçamentário – Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-abr. 2009/2010						
(R\$ 1,00)						
Receita realizada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	521.292.878	...	521.292.878	419.204.624	401.142.454	820.347.078
Receitas correntes	526.600.164	...	526.600.164	435.954.922	427.102.441	863.057.363
Receita tributária	222.221.623	...	222.221.623	190.148.127	136.001.507	326.149.634
Impostos	185.514.144	...	185.514.144	159.137.763	115.427.189	274.564.952
Taxas	36.487.595	...	36.487.595	30.771.787	20.341.801	51.113.588
Outras receitas tributárias	219.884	...	219.884	238.577	232.517	471.094
Receita de contribuições	15.480.567	...	15.480.567	13.089.286	16.034.478	29.123.764
Contribuições sociais	6.322.468	...	6.322.468	6.503.152	7.095.369	13.598.521
Contribuições econômicas	9.158.099	...	9.158.099	6.586.134	8.939.109	15.525.243
Receita patrimonial	4.540.876	...	4.540.876	7.460.493	6.372.663	13.833.156
Receitas imobiliárias	81.000	...	81.000	251.929	217.160	469.089
Receitas de valores mobiliários	3.226.737	...	3.226.737	4.822.952	4.629.703	9.452.655
Receitas de concessões e permissões	1.133.559	...	1.133.559	2.385.612	1.525.800	3.911.412
Outras receitas patrimoniais	99.580	...	99.580	-	-	-
Receita industrial	474.147	...	474.147	316.791	323.322	640.113
Receita da indústria de construção	474.147	...	474.147	316.791	323.322	640.113
Receita de serviços	669.681	...	669.681	170.162	748.430	918.592
Transferências correntes	268.907.496	...	268.907.496	211.254.074	252.342.285	463.596.359
Transferências intergovernamentais	260.991.509	...	260.991.509	205.855.428	249.640.917	455.496.345
Transferências de instituições privadas	5.795.400	...	5.795.400	3.533.200	400	3.533.600
Transferências de pessoas	820	...	820	930	24	954
Transferências de convênios	2.119.768	...	2.119.768	1.864.516	2.700.944	4.565.460
Outras receitas correntes	14.305.775	...	14.305.775	13.515.989	15.279.756	28.795.745
Multas e juros de mora	7.627.661	...	7.627.661	7.062.039	8.140.330	15.202.369
Indenizações e restituições	169.252	...	169.252	204.607	181.322	385.929
Receita da dívida ativa	3.964.079	...	3.964.079	4.619.668	5.926.632	10.546.300
Receitas diversas	2.544.782	...	2.544.782	1.629.675	1.031.472	2.661.147
Receitas de capital	22.545.987	...	22.545.987	3.907.457	-	3.907.457
Operações de crédito	-	...	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	...	-	-	-	-
Alienação de bens	200.580	...	200.580	-	-	-
Alienação de bens móveis	200.580	...	200.580	-	-	-
Transferências de capital	22.345.407	...	22.345.407	3.907.457	-	3.907.457
Transferências intergovernamentais	-	...	-	-	-	-
Transferências de convênios	22.345.407	...	22.345.407	3.907.457	-	3.907.457
Outras receitas de capital	-	...	-	-	-	-

(Conclusão)

**Balanço Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – jan.-abr. 2009/2010**

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas diversas	-	...	-	-	-	-
Dedução da receita corrente	-27.853.273	...	-27.853.273	(20.657.755)	(25.959.987)	(46.617.742)
Receitas (intraorçamentárias) (II)	10.229.804	...	10.229.804	8.331.722	6.150.955	14.482.677
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	531.522.682	...	531.522.682	427.536.346	407.293.409	834.829.755
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	531.522.682	...	531.522.682	427.536.346	407.293.409	834.829.755

Receita intraorçamentária	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas correntes	10.229.804	...	10.229.804	8.331.722	6.150.955	14.482.677
Receita de contribuições	9.626.167	...	9.626.167	8.254.073	5.876.240	14.130.313
Receita de serviços	603.637	...	603.637	77.649	274.715	352.364
Receita de capital	-	...	-	-	-	-
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	...	-	-	-	-
Total	10.229.804	...	10.229.804	8.331.722	6.150.955	14.482.677

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

(...) Dado indisponível até 13/05/2010.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Balanço Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Salvador – jan.-abr. 2009/2010

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-mar.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	372.838.795	...	372.838.795	315.049.142	489.042.277	804.091.419
Despesas correntes	349.875.490	...	349.875.490	293.943.464	426.802.251	720.745.715
Pessoal e encargos sociais	159.953.448	...	159.953.448	142.196.881	146.215.381	288.412.262
Juros e encargos da dívida	11.149.838	...	11.149.838	11.743.197	11.654.926	23.398.123
Outras despesas correntes	178.772.204	...	178.772.204	140.003.386	268.931.944	408.935.330
Despesas de capital	22.963.305	...	22.963.305	21.105.678	62.240.026	83.345.704
Investimentos	1.726.020	...	1.726.020	1.973.800	44.963.964	46.937.764
Inversões financeiras	3.293.806	...	3.293.806	-	-	-
Amortização da dívida	17.943.480	...	17.943.480	19.131.878	17.276.062	36.407.940
Reserva de contingência	-	...	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	8.977.446	...	8.977.446	7.394.491	7.663.955	15.058.446
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	381.816.241	...	381.816.241	322.443.633	496.706.232	819.149.865
Superávit (IV)	-	...	-	-	-	15.679.887
Total (V) = (III + IV)	381.816.241	...	381.816.241	322.443.633	496.706.232	834.829.752

Despesa intraorçamentária	2010			2009		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-mar.
Despesas correntes	8.977.446	...	8.977.446	7.394.491	7.663.955	15.058.446
Pessoal e encargos sociais	8.445.769	...	8.445.769	7.387.039	7.663.955	15.050.994
Outras despesas correntes	531.677	...	531.677	7.452	-	7.452
Despesas de capital	-	...	-	-	-	-
Investimentos	-	...	-	-	-	-
Total	8.977.446	...	8.977.446	7.394.491	7.663.955	15.058.446

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

(...) Dado indisponível até 13/05/2010.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.



Compartilhe seu conhecimento

divulgando artigos na revista
Conjuntura & Planejamento (C&P)

A publicação tem como foco principal o comportamento da economia nacional e regional, bem como o desenvolvimento do planejamento na Bahia. Com um diversificado leque de artigos e informações estatísticas, a revista busca refletir a realidade contemporânea.

Envie seu artigo para o
c&p@sei.ba.gov.br

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA



**Governo do
Estado da Bahia**
Secretaria do Planejamento